

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL

ARINE MONTEIRO PETERSEN

**A PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES NA
EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL NO
ESPÍRITO
SANTO**

Vitória
2015

ARINE MONTEIRO PETERSEN

**A PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES NA
EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL NO
ESPÍRITO
SANTO**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Política Social – Mestrado em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Política Social.

Vitória
2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL (MESTRADO)
Av. Fernando Ferrari, 514 – Campus Universitário Goiabeiras
29075-910 – Vitória - ES - Brasil – Telefone: (27) 3335-2587


Arine Monteiro Petersen

**“A participação do Movimento dos Pequenos Agricultores na
Execução do Programa Nacional de Habitação Rural no
Espírito Santo”**

*Dissertação apresentada ao Curso de
Pós-Graduação em Política Social da
Universidade Federal do Espírito Santo
como requisito parcial para obtenção do
Grau de Mestre em Política Social.*

Aprovado em 23 de novembro de 2015.

COMISSÃO EXAMINADORA


Professora Doutora Ana Targina Rodrigues Ferraz
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora


Professora Doutora Renata Couto Moreira
Universidade Federal do Espírito Santo


Professor Doutor Andre Augusto Michelato Ghizelini
Universidade Federal do Espírito Santo

AGRADECIMENTOS

O caminho percorrido até aqui é fruto de agradecimento a varias pessoas que contribuíram neste trabalho. Ao Movimento dos Pequenos Agricultores pela valiosa contribuição durante as entrevistas, ao apoio e solidariedade na disponibilização dos dados.

À orientadora Ana Targina Ferraz que durante este percurso contribui com o desenvolvimento da pesquisa, pela sabedoria e compreensão nos obstáculos enfrentados neste período.

Aos professores Renata Couto Moreira e André Michelatto por aceitarem participar da Defesa, pela colaboração e discussão. Aos professores do Programa de Pós Graduação de Políticas Sociais, pela valiosa contribuição teórica. Às funcionárias do Programa, sempre prestativas e amáveis.

Aos meus amigos pela fiel torcida desde o início do mestrado até o final, sem este apoio o caminho seria mais difícil.

Aos meus pais Antonio Petersen e Ronilza Petersen e irmão Arles Petersen por todo apoio e incentivo incondicional durante os momentos mais difíceis.

Ao Charles Travezani, meu amor e companheiro, pela dedicação, paciência e compreensão em todas as etapas desse árduo processo.

Ao Mateus, meu filho, por me encher de amor.

À FAPES/CAPES pelo financiamento da pesquisa.

*“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos.
Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe,
jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe
de caminhar”.*
EDUARDO GALEANO

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o impacto da execução do Programa Nacional de Habitação Rural para a organização política do Movimento dos Pequenos Agricultores para verificar a existência ou não de mudanças em suas bandeiras de luta e formas de expressão política. Para atender tal objetivo, partimos de um resgate histórico da problemática da questão agrária no Brasil, cujas consequências remontam aos dias atuais, na pobreza rural e nas precárias condições de vida e trabalho do agricultor camponês. O Programa Nacional de Habitação Rural, portanto, atende as expectativas dos movimentos sociais que reivindicam melhores condições de vida para o campo e o Movimento dos Pequenos Agricultores se destaca na execução deste programa no Estado do Espírito Santo. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas aos membros do Movimento, análise documental, pesquisa bibliográfica e monitoramento no site do MPA. Para análise, utilizamos a análise de conteúdo. Nas considerações finais, apontamos algumas indicações das consequências desta parceria e o impacto, principalmente na relação com sua base.

Palavras - Chave: Programa Nacional de Habitação Rural; Movimentos Sociais; Agricultura Camponesa.

ABSTRACT

This study analyze the impact of the implementation of the National Rural Housing Program for the Movement political organization of Small Farmers to check whether there are changes in their flags of struggle and forms of political expression. For this purpose, we start from a historical ransom of the problems of the agrarian question in Brazil, the consequences of which date back to today in rural poverty and the poor condition of the peasant farmer. The National Programme for Rural Housing therefore meets the expectations of social movements that demand better living conditions for the field and the Small Farmers Movement stands out in implementing this program in the state of Espirito Santo. The research included interviews with members of the Movement, document analysis, bibliographic research and monitoring in the MPA site. For analysis, we used the case study. In the final considerations, we point out some indications of the consequences of this partnership and impact, particularly in relation to its base.

Key - Words: National Rural Housing Program; Social movements; Peasant agriculture.

LISTA DE SIGLAS

APAGES - Associação dos Pequenos Agricultores do Estado do Espírito Santo

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social

CEB's – Comunidades Eclesiais de Base

CEF – Caixa Econômica Federal

CLOC- Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones Rurales

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CP- Consulta Popular

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FAPES – Fundação de Amparo a Pesquisa do Espírito Santo

FETAES – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MAB- Movimento dos Atingidos por Barragens

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MRAM – Modelo de Reforma Agrária de Mercado

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONG – Organização Não Governamental

PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos

PHRRS – Programa Estadual De Habitação Rural

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

PNHU – Programa Nacional de Habitação Urbana

PRN – Partido de Renovação Social

PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
OBJETIVO GERAL	17
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
CAPÍTULO 1 - DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA À CONSTITUINTE DE 1988: AS TRANSFORMAÇÕES DO CAMPO BRASILEIRO E SEUS IMPACTOS PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS.	21
1.1 OS SENTIDOS DA QUESTÃO AGRÁRIA NOS ANOS 1950 E 1960	25
1.2 MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO BRASILEIRO NO PERÍODO DE 1950 E 1960.....	33
1.3 O GOVERNO DE JOÃO GOULART E A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA AGRÍCOLA	41
1.4 ABERTURA DEMOCRÁTICA. CONSTITUIÇÃO DE 1988 E SEUS DESDOBRAMENTOS.....	47
CAPÍTULO 2 – O MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA)	52
2.1 ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DO CAMPO PARA ALÉM DO PAPEL DOS SINDICATOS RURAIS: O SURGIMENTO DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES.....	54
2.2 O PLANO CAMPONÊS E SEUS PRINCIPAIS ASPECTOS.....	62
2.3 REIVINDICAÇÕES, FORMAS DE LUTAS E ORGANIZAÇÃO	67
2.5 PAUTA DE REIVINDICAÇÃO DA MORADIA POPULAR.....	74
CAPÍTULO 3 DA DÉCADA DE 1990 AO GOVERNO LULA: AGRONEGOCIO E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O RURAL	79
3.1 IMPACTOS DA DÉCADA DE 1990 PARA O RUMO DA POLÍTICA AGRÁRIA	79
3.2 E NO BRASIL?	86
3.3 GOVERNO LULA E SEU PROGRAMA POLÍTICO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR.....	92
3.4 HISTÓRICO DO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL	99

3.4.1 Primeiros passos do PNHR no Espírito Santo	101
CAPÍTULO 4. OPERACIONALIZAÇÃO DO PNHR E A PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES NO ESPÍRITO SANTO.	104
4.1 A PARTICIPAÇÃO DO MPA NA EXECUÇÃO DO PNHR NO ESPÍRITO SANTO	105
4.1.1 Relação com a Base por meio do PNHR	110
4.1.2 Dificuldades na implementação do PHNR	113
4.1.3 Relação com o Estado	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123

INTRODUÇÃO

O campo brasileiro ao longo dos anos sofreu profundas modificações, sem alterar a sua estrutura fundiária concentradora de terras. A permanência do latifúndio é o principal fator determinante na reprodução da estrutura desigual do país, que segundo Plínio Jr. “caracterizam o Brasil como uma das sociedades mais injustas do mundo” (2013, p. 193). A pobreza rural fica clara e contundente quando observamos que “a renda média dos trabalhadores rurais pobres é de aproximadamente 80% do salário mínimo, e que a renda média dos trabalhadores não pobres é 40% inferior ao rendimento médio nacional” (SAMPAIO Jr, 2013, p. 190).

Essa pobreza no campo é causada pelo

[...] o predomínio de grandes empresas agrícolas, que organizam sua atividade produtiva tendo como base o controle de vastas extensões de terra e a mobilização de grandes contingente de mão de obra barata para produzir mercadorias em grande escala no regime de monocultura [...] (SAMPAIO Jr, 2013 p. 190).

As origens do latifúndio remontam desde a colonização, momento que a Coroa dividiu o território brasileiro em capitanias hereditárias, extensas áreas de terra que poderiam ser repassadas por herança. Ainda não existia a propriedade privada e o sistema adotado para a exploração baseava-se no *plantation*, que é a combinação de grandes latifúndios, monocultura, trabalho escravo e exportação para a metrópole. Principalmente no Nordeste brasileiro, por meio do cultivo da cana de açúcar, os canaviais foram uma das maiores experiências de fixação e exploração da época no continente latino-americano. Após a Independência (1822), a superação do colonialismo trouxe novos reflexos para a estrutura fundiária brasileira. Permaneceu com uma economia dependente do capital internacional, a escravidão só foi abolida em 1888 e “ao lado de Cuba foi um dos últimos países do continente a abolir a escravidão” (FALEIROS, NAKATANI, VARGAS, 2012, p.218). Destarte, é em 1850 com a Lei de Terras que a propriedade privada é legalizada no Brasil e o objetivo principal era bloquear o acesso a terras para a população livre (o sistema de escravidão já estava em declínio), mas a estrutura fundiária pouco se alterou

com a lei, permanecendo do Estado as terras devolutas e o restante dos proprietários que já a ocupavam.

O surgimento do campesinato no Brasil, segundo Martins (1995) ocorre junto com o sistema escravista/latifundiário/exportador, o que difere do camponês europeu da via clássica, já que a este foi concedido o direito a terra. Os chamados “agredados” que não eram escravos, mas trabalhavam por meio do favor para os fazendeiros, eram os grandes responsáveis pela abertura das fazendas, que era um processo demorado, em torno de cinco anos para as fazendas e os cafezais estarem prontos para a colheita e era neste momento que o escravo aparecia. Os agregados trabalhavam no “cafezal em troca do direito de plantar entre os cafeeiros gêneros de que necessitassem, como milho, feijão, arroz, algodão” (MARTINS, 1995. p. 38). Esta característica permanece entre os camponeses, como produtores de gêneros alimentícios para o consumo interno. Mas não só os agregados constituíam o campesinato, também havia os posseiros e os sitiantes. O primeiro relacionava-se àqueles que tinham a posse da terra, mas não possuíam o domínio, o segundo era “o pequeno agricultor independente, dono de um sítio, um lugar na terra, e não de uma sesmaria” (MARTINS, 1995, p. 39).

Ao longo da trajetória do desenvolvimento capitalista no campo, a heterogeneidade é uma marca que recria de forma desigual as condições do campesinato do Brasil. Em cada região do país desenvolveu-se um campesinato com características particulares. No Norte de Minas, os núcleos camponeses se formaram nos arredores das fazendas de gado, por meio de relações de complementariedade e comradrio. Os negros fugiam da escravidão e “formavam grupamentos camponeses em áreas de difícil acesso, para poderem constituir seus espaços de liberdade” (CUNHA, p, 4).

O movimento camponês de maior expressão da época foi as “Ligas Camponesas” que na década de 1950, liderada por Francisco Julião colocou a problemática da terra como pauta política e até os dias atuais é reconhecida pelos movimentos sociais pela importância da sua luta pela reforma agrária.

Portanto, neste trabalho o termo camponês é utilizado, ainda que para alguns autores o termo já esteja em desuso, por tratar-se de uma “[...] questão política das relações do poder e do domínio por parte dos grandes proprietários, que

querem manter as relações de exploração da mão-de obra camponesa” (LIMA, 2011, p. 12).

Os movimentos sociais, portanto, são expressões desta contradição para tornar pública a situação desfavorável dos camponeses na relação com proprietários, pois o direito a terra e a sua permanência significa para os camponeses “[...] parte das condições de produzir alimentos para milhares de famílias no campo e na cidade” (LIMA, 2011, p.12).

O Estado é parte deste conflito e possui uma natureza de classe, que lhe “[...] é conferida pelo tipo de relação de que esses últimos são obrigados a manter com os Estados – Nação do centro [...]” (MATHIAS, SALAMA, 1985, p. 42). O Estado da periferia conforme aponta Mathias, Salama seguirá uma política econômica expressa por um regime político em dois aspectos: tanto expressa o peso de uma divisão internacional do trabalho, que lhe é imposta; e é expressão de uma tentativa de modificá-la” (MATHIAS; SALAMA, 1985, p. 43).

Ao longo dos anos 1990 ascendem governos neoliberais na América Latina, assim como no Brasil, e as lutas sociais ganham novos contornos. O Estado preocupado com a liberalização e desregulamentação dos mercados nacionais, com a redução dos gastos públicos e com o doutrinamento das organizações multilaterais gerou impactos para os trabalhadores, em especial aos trabalhadores do campo. A pobreza acentuou e as condições de vida se tornaram mais árduas. Nesse contexto, para tornar pública a situação precária que se encontravam os agricultores camponeses e para enfrentar o modelo econômico posto pelos governos neoliberais, surgem também novas organizações sociais no meio rural, como é o caso o Movimento dos Pequenos Agricultores.

O MPA é um movimento que surge por um rompimento com o movimento sindical nacional (CONTAG), em que confrontava a aliança que este realizava com o Estado. Em 1997

[...] houve um primeiro encontro nacional de lideranças com o intuito de constituir um movimento nacional. Em julho de 1998 aconteceu um segundo encontro e o movimento deu passos em sua construção. Estes encontros foram dando formato, definindo características que apontavam para a construção de um movimento de massas, de luta permanente, com organização de base e

com bandeiras simples, claras e objetivas (Movimento dos Pequenos Agricultores, 2014).

Entre outras demandas a habitação sempre foi pauta das lutas realizadas pelos movimentos sociais do campo realizavam, principalmente durante as manifestações do “Grito da Terra”¹. Essa pauta é antiga e segundo o Movimento dos Pequenos Agricultores

[...] a primeira pauta nacional do MPA, construída no ano de 1998 já trazia a reivindicação de um programa de habitação camponesa, por que trazíamos esta reivindicação? Devido às políticas neoliberais, o abandono das famílias no campo gerou um empobrecimento que se manifesta diretamente nas casas das famílias camponesas. Quando a casa está ruim reflete diretamente na auto-estima da família, na qualidade de vida, na permanência da juventude no campo. Portanto a habitação camponesa é uma política estratégica para conter o êxodo rural e melhorar a qualidade de vida das famílias no campo(Movimento dos Pequenos Agricultores, 2014)

Em 2009 é lançado o primeiro programa habitacional destinado aos agricultores e trabalhadores rurais por meio do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). É importante ressaltar que

[...] até então, o setor rural era agraciado com políticas econômicas voltadas ao incentivo da lavoura e reformas de suas instalações (estábulo, chiqueiros, etc), através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), entretanto, muitas vezes, as dependências da propriedade rural eram melhores que a própria moradia da família (CAMPINGOTTO, CETOLIN, FAGUNDES, ZONTA, 2013, p.36).

O Programa Nacional de Habitação Rural por meio da Portaria Interministerial n. 326, de 31 de Agosto de 2009, integra o programa Minha Casa, Minha Vida. Os recursos são do Orçamento Geral da União, que são repassados ao Ministério da Fazenda que, por sua vez, aplica o recurso no Ministério das Cidades. Este é o agente responsável pela operacionalização do programa, bem como tem a função de avaliar os resultados obtidos (Ministério das Cidades, 2014).

¹ Principal ação de massa dos movimentos sociais do campo que ocorre anualmente em Brasília sendo um espaço de reivindicação, proposição, mobilizador e de negociação para políticas públicas.

A Caixa Econômica Federal (CEF) e mais recentemente o Banco do Brasil são os responsáveis por analisar e acompanhar as propostas de intervenção habitacional. São também os responsáveis pela aprovação e contratação em nível estadual das unidades habitacionais (Ministério das Cidades, 2014).

O Programa também conta com a participação das chamadas Entidades Organizadoras, que podem ser de caráter público (prefeituras, governos estaduais e do distrito federal) ou privado (associações, cooperativas, sindicatos) de forma a possuir CNPJ e não ter fins lucrativos. Elas são as responsáveis por selecionar os beneficiários, elaborar o Projeto Técnico Social² e o Projeto de Engenharia³, além de monitorar o acompanhamento das obras, bem como a execução do Trabalho Técnico Social.

A meta inicial do programa em 2009 era construir 60 mil unidades habitacionais em todo o território brasileiro até 2014. Contudo, essa meta foi alterada para 120 mil unidades habitacionais devido ao crescimento do programa (CAMPINGOTTO, CETOLIN, FAGUNDES, ZONTA, 2013, p.36).

No Espírito Santo este Programa se consolida com a participação dos movimentos sociais (Movimento dos Pequenos Agricultores, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura no Estado do Espírito Santo, Associações e Cooperativas de Agricultores), da Caixa Econômica Federal e mais recentemente do Banco do Brasil, com a participação do Governo Estadual com uma contra partida financeira e de algumas Prefeituras Municipais que executam o Programa.

O MPA é o movimento que mais se destaca na execução do programa. Até 2015 o movimento já construiu em média 2000 moradias em 33 municípios do estado (MPA, 2014). Sua área de atuação é, principalmente, entre o norte e noroeste do estado.

A parceria estabelecida pelo MPA com o Estado para implementar o PNHR nos instigou a estudar como se estabelece este processo. Como esta parceria afeta as bandeiras de luta do movimento, a relação com sua base? A parceria na execução do programa afetou as formas de expressão política dos interesses

² O PNHR é subdividido em três eixos: Análise Jurídica, Projeto Técnico-Social e o Projeto de Engenharia. O Projeto Social é responsável por ministrar palestras sócio-educativas para os beneficiários, além de ser uma ponte de comunicação com a Caixa Econômica Federal.

³ O Projeto de Engenharia cuida do aspecto da planta da casa e monitora a construção destas, que precisam estar de acordo com os padrões estabelecidos pela Caixa Econômica.

do movimento? O movimento deixou de usar as ações diretas (passeatas, ocupações de prédios públicos, marchas) de enfrentamento na defesa de suas reivindicações? Ou não houve qualquer alteração relevante nas suas formas de expressão e manifestações políticas?

Diante disso, segue o seguinte problema de pesquisa: **A parceria estabelecida entre o MPA e o Estado na execução do PNHR impactou o movimento em sua organização política e formas de atuação?**

OBJETIVO GERAL

Analisar o impacto da execução do Programa Nacional de Habitação Rural para a organização política do Movimento dos Pequenos Agricultores para verificar a existência ou não de mudanças em suas bandeiras de luta e formas de expressão política.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar e analisar os efeitos da interação entre o Estado e o MPA sobre a capacidade do movimento de manter e defender suas bandeiras e interesses.
- Analisar a relação do movimento com a sua base e as principais mudanças a partir da execução do PNHR;
- Identificar as principais dificuldades desta execução e como se transforma em novas pautas e formas de luta para o MPA.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo se apoia na abordagem qualitativa, que possibilita “descrever as qualidades de determinados fenômenos ou objetos de estudo” (CORTES, 1998, p.14). Foi realizado um estudo que tem como foco de análise a explicação de um determinado fenômeno de forma detalhada, em que a “[...] fala como material de análise transforma a questão da descoberta e da validade em habilidade de manipulação de signos” (MINAYO, SANCHES, 1993, p.246). Ou seja, nesta perspectiva a fala ocupa uma posição central na pesquisa, uma vez que esta carrega todos os aspectos das relações sociais,

como valores, ideologias, hábitos e suas condições históricas, socioeconômicos e culturais.

Diante da especificidade do objeto de estudo deste trabalho o estudo de caso se apresentou como a metodologia mais apropriada, pois “nos permite responder como e porque aquelas características específicas que observamos são possíveis” (ROSE, 1998, p.193). Além disso, “o estudo de caso diferencia-se do estudo biográfico e da história de vida por tratar, preferencialmente, de instituições ou movimentos sociais e, especialmente, pelo fato de abordarem-se casos com algo novo para o ponto de vista da ciência” (ROESE, 1998, p.193).

Para compreensão do contexto social em que se encontra o MPA foi realizada uma uma revisão de literatura dos estudos já existentes acerca da temática. Para coleta de dados foi utilizada a observação e o monitoramento do site do MPA para acompanhar as notícias e ações do movimento; a pesquisa documental para levantar os documentos e registros das ações do movimento e de sua execução do programa e entrevistas individuais com os membros do MPA envolvidos diretamente com o PNHR a partir de roteiros semi – estruturados.

Para análise dos dados foi utilizada a análise de conteúdo, em que buscamos nas respostas dos entrevistados os elementos que elucidassem os impactos sofridos pelo movimento no processo de execução do PNHR no Espírito Santo. Para atendimento dos aspectos éticos da pesquisa adotou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que os entrevistados, cientes dos objetivos da pesquisa e de sua metodologia, participassem de forma livre e consciente, assegurando o sigilo da identificação, bem como o respeito à dignidade humana. As entrevistas só foram iniciadas após a leitura e concordância do entrevistado com o termo.

O compromisso com a devolução dos dados também foi previsto, de forma que o Movimento tenha acesso aos resultados da pesquisa e estes possam contribuir para a análise e reflexões acerca do Programa Nacional de Habitação Rural implementado no Estado do Espírito Santo.

Para o registro dos dados coletados nas entrevistas, foram utilizadas anotações, gravações em áudio e transcrição completa do seu conteúdo. Estes instrumentos auxiliaram na interpretação dos dados, para o estabelecimento de

categorias e códigos. Segundo Creswell (2010) o processo de codificação é necessário neste tipo de abordagem para atribuir significado aos dados coletados, ou seja, para organizar o material em sentenças diferenciadas que permitam ao pesquisador relacionar e diferenciar os temas para análise.

No desenvolvimento da pesquisa, dividimos o trabalho em quatro capítulos, nos quais apresentaremos um breve resumo abaixo.

O primeiro capítulo trata das transformações do campo e o debate do rumo da questão agrária na década de 50 e 60, momento em que aflorava no campo várias manifestações dos camponeses, conhecidas como Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião e foi um dos movimentos mais importantes na defesa da reforma agrária e melhores condições de vida para os camponeses. Foi extinta na queda do governo João Goulart e com a ascensão da ditadura militar os principais líderes das Ligas foram perseguidos e alguns torturados. A modernização conservadora põe fim ao debate da questão agrária e inicia-se o processo de industrialização do campo. Nos 24 anos de ditadura militar a concentração fundiária aumentou e os camponeses que resistiram ao processo de migração sofreram com as mudanças no campo. Com a abertura democrática e a tentativa fracassada do Programa Nacional de Reforma Agrária em implementar a reforma agrária, a bancada ruralista ganha força no Congresso.

No segundo capítulo abordamos o surgimento do Movimento dos Pequenos Agricultores que ocorreu na década de 1990. O movimento integra a Via Campesina e surge no Rio Grande do Sul com o rompimento dos sindicatos rurais. O MPA se define como um movimento autônomo, que defende uma agricultura camponesa com a produção de alimentos saudáveis. A qualidade de vida do camponês é a principal bandeira de luta do movimento, na qual envolve um conjunto de fatores e a moradia popular é uma delas. No Espírito Santo o movimento acompanha o surgimento nacional e moradia popular foi fundamental para a efetivação e expansão do movimento no Estado.

No terceiro capítulo debatemos o governo de Fernando Henrique Cardoso e a implementação de novos rumos para a economia brasileira, com o neoliberalismo. O governo Lula continua com os rumos da economia de FHC, mas propõe novas políticas públicas para o camponês, e o Programa Nacional

de Habitação Rural surge neste contexto, tanto de pressão dos movimentos sociais, quanto de uma conjuntura política específica.

No quarto capítulo apresentaremos o resultado da pesquisa e levantamos algumas discussões sobre o processo de implementação do PNHR por meio do Movimento dos Pequenos Agricultores. A importância do programa para o movimento, a relação estabelecida com o Estado e os principais desafios na execução da política pública.

CAPÍTULO 1 - DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA À CONSTITUINTE DE 1988: AS TRANSFORMAÇÕES DO CAMPO BRASILEIRO E SEUS IMPACTOS PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS.

O Brasil é um país marcado por profundas desigualdades sociais, dentre as quais se destaca a enorme concentração de terras, e a existência de um pequeno grupo de latifundiários detentores de poder econômico e político. Este modelo de estrutura agrária, baseado na grande propriedade, esta presente na história brasileira desde a nossa colonização⁴, mas é em 1850, com a Lei n. 601, conhecida como Lei de Terras, que a atual estrutura agrária se consolida. A Lei de Terras foi uma iniciativa da Coroa Portuguesa que estava

[...] sofrendo pressões inglesas para substituir a mão de obra escrava pelo trabalho assalariado, com a consequente e inevitável abolição da escravidão, e para impedir que, com a futura abolição, os então trabalhadores ex-escravos se apossassem das terras, promulga, em 1850, a primeira lei de terras do país (STEDILE, 2005, p. 24)

Esta Lei foi o marco que consolidou a estrutura latifundiária no país, alterando a natureza jurídica da terra de ser um bem da natureza e, portanto, não possui valor, a uma mercadoria, com preço. Também aprofundou a desigualdade, criando um obstáculo ainda maior ao acesso a terra. O acesso, antes concedido pela Coroa, passa a ser daqueles que podem comprá-la, transformando a concessão em propriedade privada e excluindo os escravos que viessem a ser libertos do livre acesso a terra.

Cabe ressaltar que o cenário que se desenhava neste período era o da Abolição da escravatura, motivada externamente pela Inglaterra, para transformar os escravos em trabalhadores assalariados, e por pressão interna, pelos intensos movimentos de resistência que se registravam no período, tanto por parte dos escravos, na ampliação dos quilombos, quanto pelo movimento abolicionista, no qual “chegou a surgir o movimento dos Caifazes, um

⁴ A Coroa Portuguesa colonizou o território brasileiro baseado no sistema conhecido como *plantation*, na qual organizava a produção por meio de grandes propriedades de terras cultivando um só produto (monocultura). O território era propriedade da Coroa, portanto não havia propriedade privada (nem a existência do capitalismo). Entretanto, era necessário investir nas propriedades para exportar os produtos, desse modo a Coroa concedeu grandes propriedades de terras àqueles que tinham capital para investir e assim aumentarem a produção. No entanto esta concessão não permitia a venda/troca das terras e o seu direito era hereditário. Vale destacar que a mão de obra era o trabalho escravo, para diminuir os custos da produção (STEDILE, 2005).

movimento clandestino organizado entre os filhos brancos da classe média urbana, que ajudavam os trabalhadores escravizados a fugirem das senzalas” (STEDILE, 2005, p. 25).

Foram tomadas várias outras iniciativas para o fim da escravatura, das quais podemos destacar a Lei do Ventre Livre Lei (1871) e do Sexagenário (1885) que contemplavam negros, idosos e recém-nascidos. E, em 1888, é instituída a Lei Áurea, responsável pela abolição da escravatura e por milhões de escravos em busca de alternativas de sobrevivência, sobretudo pela condição precária a qual foram submetidos por conta da abolição. Mesmo que “livres”, não possuíam dinheiro, não tinham terras, casas ou qualquer outro bem. É nesse momento que se deslocam para as cidades em busca de emprego e se fixam nos piores terrenos, nas piores áreas para moradia. Surgem, assim, as favelas nas cidades brasileiras (STEDILE, 2005).

O modelo econômico baseado no *plantation*⁵ entra em crise por conta da Abolição da escravatura e com vistas a substituir a mão de obra escrava, é incentivada a vinda de imigrantes europeus para trabalhar na agricultura.

Parte dos migrantes foi para o Sul do país, pela maior disponibilidade de terras e pelo clima, “recebendo” lotes de 25 a 50 hectares; parte foi para São Paulo e para o Rio de Janeiro, não recebendo terras, mas sendo obrigados a trabalhar nas fazendas de café, sob um novo regime denominado de colonato⁶ (STEDILE, 2005, p. 27).

O incentivo à imigração europeia também fez parte de uma política de Estado de “renovação” da população brasileira, no momento em que a suposta inferioridade do negro começou a ser revestida de bases científicas racistas por teses e experimentos científicos que no século XIX tratavam das diferenças entre as raças humanas e suas diferentes aptidões⁷. Alguns autores, dentre

⁵ Ler nota de rodapé 1.

⁶ O regime de colonato estabelecia entre os fazendeiros e os imigrantes uma relação bastante específica. Para o imigrante trabalhar na terra era concedida uma lavoura de café pronta, casa e um pequeno terreno para plantio de produtos da subsistência de sua família. O pagamento pelo trabalho na lavoura era feito por sacas de café, que poderiam ser vendidos juntos ou separados com o do latifundiário (STEDILE, 2005).

⁷ Essas teses baseavam-se a partir de experimentos científicos com cérebros humanos e símios e a publicação de tratados sobre as diferenças das raças humanas, bem como suas distintas aptidões naturais. Segundo Winthrop Jordan, no início do século XVIII o conceito de inteligência não incluía uma demarcação entre atributos inerentes e adquiridos e, como havia um abismo cultural entre europeus e africanos, este últimos, recém chegados à América (Estados Unidos) e na condição de dominados, pareceram muito estúpidos na perspectivas dos brancos. A partir daí foi simples concluir que os negros

eles Aureliano Cândido de Tavares Bastos, afirmavam a inferioridade dos negros, considerando-os “incapazes de interiorizar sentimentos civilizados” (AZEVEDO,1987, p. 62). Segundo Bastos, “há uma ligação explícita e até mesmo orgânica entre branco e trabalho livre e, portanto, liberdade/progresso/civilização, o que por sua vez implica pequena propriedade/cultura intensiva e diversificada/desenvolvimento” (AZEVEDO,1987, p. 65). Ao negro, era associado o atraso, a irracionalidade e a monocultura.

Além disso, Sylvio Romero, promotor e literário defendia a tese do “branqueamento, apontando para o momento em que o elemento racialmente superior conseguiria se firmar em termos de sua predominância na população nacional” (AZEVEDO,1987, p. 71). O processo de miscigenação seria ideal para o continente tropical, porque a raça branca estaria plenamente adaptada para ao clima.

Esta situação permaneceu até o período de 1910, tendo a “concentração fundiária, abundância de mão de obra por meio de subsídios estatais à vinda de imigrantes” (MEDEIROS, 2003, p. 10) como responsáveis para a expansão do café que era o principal produto de exportação. No entanto, com a primeira Guerra Mundial (1914) a vinda de imigrantes é interrompida, bem como a exportação do café entra em crise.

Em 1930,

[...] setores das elites da nascente burguesia industrial dão um golpe, fazem uma ‘revolução’ política por cima, tomam o poder da oligarquia rural exportadora e impõem um novo modelo econômico para o país. (STEDILE, 2005, p.30).

A industrialização como nova forma de direcionamento econômico para o país marca o início da fase de substituição de importações. Esse período é tratado por Florestan Fernandes como o da industrialização dependente ⁸, acirrando ainda mais a nossa condição de dependência e heteronomia aos países centrais.

eram de uma estupidez inveterada e natural, sem entretanto imprimir precisão e significado a esta ideia (AZEVEDO, 1987, p. 62)

⁸ Para Florestan Fernandes o início do capitalismo competitivo no Brasil surge de forma heteronômica e “condicionada de fora para dentro”. Para o autor, “enquanto se constitui se consolida e se expande, tal economia competitiva tende a redefinir e a fortalecer os liames de dependência, tornando impossível o desenvolvimento capitalista autônomo e auto-sustentado” (FERNANDES, 2006, p. 281).

Cabe ressaltar que a burguesia industrial que se formava nas cidades, principalmente em São Paulo, foi financiada pela oligarquia agrária, “na acumulação das exportações do café e do açúcar” (STEDILE, 2005, p.30) e por isso era necessário a realização de um pacto, não só para manter o poder de classe social da oligarquia rural que financiou por meio dos ciclos do açúcar e do café a emergência da burguesia industrial nascente no Brasil, quanto porque a “importação dessas máquinas só era possível pela continuidade das exportações agrícolas, que geravam divisas para seu pagamento, fechando o ciclo da lógica da necessidade do capitalismo dependente” (STEDILE, 2005, p. 30).

A indústria que se desenvolvia neste momento era voltada tanto para a produção de alimentos, como também para máquinas, ferramentas, adubos. No campo se inicia um processo de modernização agrícola voltado para o mercado interno e os camponeses tiveram um papel crucial para o desenvolvimento que se iniciava. Primeiro por oferecer uma abundante mão de obra barata para as indústrias nas cidades. Estimulados pela ilusão de um bom emprego nas indústrias, muitos jovens saíram do campo para trabalharem nas regiões Sul e Sudeste. E segundo, porque os camponeses que no campo permaneciam eram obrigados a produzir alimentos para as cidades a preços baixos, já que o Estado controlava o valor dos produtos para que chegassem às cidades com os menores preços. Por essa razão

[...] viabilizava a reprodução da força de trabalho operária, com baixos salários, garantindo que a industrialização brasileira obtivesse altas taxas de lucro e, assim, crescesse rapidamente. Por essa razão, existe até hoje uma relação direta entre o preço da cesta básica dos produtos alimentícios de sobrevivência da classe trabalhadora urbana e o preço da força de trabalho, que é fixado no salário mínimo (STEDILE, 2005, p.32).

É importante ressaltar que os camponeses nesse período histórico multiplicaram a compra e venda de pequenas propriedades e os grandes latifundiários também avançavam por outras regiões do país (STEDILE, 2005). Esse panorama de modernização da agricultura e incentivo a indústria no país permaneceu até 1960. Entre 1960-1964 aponta no país uma grave crise da

industrialização, eclode um intenso debate em torno da questão agrária e manifestação dos movimentos sociais do campo.

Neste primeiro capítulo o objetivo é apontar as mudanças ocorridas a partir da década de 1950 no campo brasileiro até a promulgação da Constituição de 1988 e o papel dos movimentos sociais nos diferentes momentos históricos.

1.1 OS SENTIDOS DA QUESTÃO AGRÁRIA NOS ANOS 1950 E 1960

O debate realizado na década de 60 sobre a questão agrária no Brasil se colocava na pauta das discussões dos movimentos sociais, dos partidos políticos, dos trabalhadores organizados coletivamente. Diversos fatores foram responsáveis por esse momento político, dentre eles a unificação dos movimentos sociais rurais em diversas regiões do país, o contexto da Guerra Fria, além do debate em torno do desenvolvimento da América Latina. Entretanto, a considerável concentração de terras no país na década de 50 tornava-se o principal motivo do debate sobre o desenvolvimento do Brasil. Segundo Caio Prado Jr. “enquanto os pequenos estabelecimentos, cujo número representa 85% ocupam somente 17% da área recenseada, os médios (6% do número total) ocupam 8% da área, e os grandes, que são apenas 9%, ocupam 75% da área” (2000, p. 15). Isso acarretou um empobrecimento da população trabalhadora rural que nessa conjuntura desfavorável “não dispõe de terras suficientes para sua manutenção em nível adequado” (PRADO Jr, 2000, p.17).

A industrialização que o campo sofreu no governo de Vargas (1930-1945/1951-1954) e Juscelino Kubitschek (1956-1961) acelerou transformações nas relações de trabalho no meio rural. Segundo Rodrigues (2005),

[...] a expansão do capitalismo ao campo, através da construção de rodovias, do avanço da fronteira agrícola, bem como da elevação da produção no Nordeste para atender aos mercados em ascensão no sudeste e no mercado internacional, levou à piora das condições de vida da população rural, determinando em alguns casos o surgimento de sérios conflitos (p.42).

Entretanto, foi com a Revolução Verde que as mudanças relacionadas ao aumento da produtividade intensificaram-se. Findada a Segunda Guerra

Mundial (1939-1945) as empresas que abasteciam a indústria bélica norte americana começaram a produzir e incentivar o uso de agrotóxico e insumos químicos na agricultura para acabar com os fungos e insetos e, portanto, aumentar a produtividade da agricultura para acabar com a fome que assolava os países direta e indiretamente envolvidos na guerra. Porém, a real proposta era ampliar a abrangência do capitalismo no campo e a maximização do lucro dos monopólios transnacionais por meio de pacotes tecnológicos para a agricultura. Inicia-se, neste período, uma série de pesquisas científicas para melhoramento genético das sementes e da agropecuária financiadas pelo Banco Mundial, Ford, Rockefeller e outras empresas que formavam o GCPAI – Grupo Consultivo de Pesquisa Internacional. Os resultados das pesquisas eram comercializados e para

[...] os produtores terem acesso aos pacotes tecnológicos, nos países subdesenvolvidos, foi necessária uma ampliação do crédito por meio de convênios intergovernamentais com o objetivo de financiar a importação de insumos e de maquinário agrícola. Tal medida teve um peso muito forte para convencer os produtores a implantarem, em suas propriedades, um manejo de produção com base nos pacotes, favorecendo o surgimento da Revolução Verde [...] (ANDRADES, GAMINI, 2007, p. 48).

No Brasil, a Revolução Verde se inicia em 1950, no governo de Juscelino Kubitschek por meio da implementação do Sistema de Extensão Rural que criou a primeira Associação de Extensão Rural - ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural) e logo depois o Sistema ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural. Este Sistema “através de associações estaduais, levou a assistência técnica gratuita aos produtores agrícolas nacionais, por meio dos pacotes tecnológicos, que nada mais eram do que receitas a serem aplicadas nas diversas regiões do país” (FILHO, MACHADO, 2014, p.55). Mas, foi na ditadura militar que a Revolução Verde passa a compor a política agrária oficial do governo. O financiamento era destinado ao capital constante, como tratores e máquinas e obrigatoriamente o produtor precisava utilizar agrotóxicos, sementes certificadas e insumos na produção. Esse conjunto de pacotes fez parte da chamada modernização conservadora.

Quanto a reforma agrária, na década de 50, o debate ganha força e passa a ser pauta de diversas discussões no campo da esquerda. Por outro lado, o campo conservador incita o discurso de uma modernização técnica da agricultura para o crescimento econômico, sem necessidade de realizar uma desapropriação de terras, conservando assim a estrutura agrária brasileira.

Vamos citar quatro das principais visões que no período eram debatidas. A primeira estava ligada aos pensadores marxistas do Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁹ como Caio Prado Jr. e Alberto Passos Guimarães que defendiam a reforma agrária no país, mas com enfoques e visões diferenciadas. A segunda posição era defendida pelos pensadores da Cepal, com destaque para Celso Furtado, preconizando o desenvolvimento do país principalmente na região nordeste e que esse desenvolvimento fosse acompanhado de uma desconcentração de terras. O terceiro debate era realizado pela Igreja Católica que iniciou sua discussão da questão agrária de forma reacionária, já que se sentia ameaçada pelo crescimento da influência do PCB e do comunismo no campo. Com o tempo, a Igreja foi amadurecendo o debate e as Cartas Pastorais se tornaram importantes documentos para denunciar a situação de pobreza que viviam os agricultores. A Igreja foi fundamental na organização dos trabalhadores que futuramente viriam a se constituir em sindicatos rurais. E o quarto debate era feito por Delfim Neto, junto com outros economistas que alinhavam o progresso técnico do campo sem a necessidade de uma reforma agrária, por meio da industrialização e a utilização de insumos e fertilizantes químicos para aumentar a produtividade agrícola.

O historiador e geógrafo Caio Prado Jr. buscava entender as contradições da sociedade brasileira por meio da nossa formação histórica baseada no colonialismo. A condição agrária brasileira baseada na monocultura, no trabalho escravo e na grande propriedade, se perpetua e se completa na estrutura agrária no Brasil. O autor ressalta que embora a escravidão tenha sido abolida ela deixou traços marcantes na sociedade brasileira, principalmente no elevado grau de exploração, favorecendo a acumulação

⁹ O PCB, coerente com sua estratégia global de transformação, buscava fazer a reforma agrária pela via parlamentar, pela implantação de reformas de base que assegurassem mudanças gradativas, através do emprego tático de acumulação de forças (PCB, 2014).

capitalista. Era preciso romper com os traços coloniais existentes e a revolução brasileira seria a transição desse passado colonial para um futuro país nação.

A questão agrária e seus reflexos sociais, econômicos e políticos decorrentes da enorme concentração de terras no país atendem aos interesses de uma pequena minoria e são responsáveis por condições precárias de subsistência no campo, uma vez que submetem “milhões de seres humanos a uma existência miserável e sem perspectiva, como ainda constituem o obstáculo principal e mais profundamente implantado no organismo social brasileiro, ao desenvolvimento econômico e cultural do País” (PRADO JR, 2000, p.15, 16).

O cenário do campo brasileiro, com a enorme concentração de terras e uma grande massa de trabalhadores rurais na pobreza, deveria ser enfrentado por dois enfoques. “São assim, em suma, duas as frentes de ataque da reforma agrária: a extensão da proteção legal ao trabalhador rural, e o favorecimento de seu acesso à propriedade e utilização da terra” (PRADO JR, 2000, p. 90). Na primeira situação o autor chama a atenção para a especificidade do trabalhador rural, na qual a legislação trabalhista deveria levar em consideração uma série de fatores específicos da formação histórica brasileira. Uma das análises diz respeito à esporadicidade do trabalhador rural, que segundo o autor,

as atividades agrícolas, ao contrário das industriais, são geralmente esporádicas. E como não seria interessante, nem mesmo possível ao proprietário, na generalidade dos casos, pagar salários o ano todo, [...] ele procura conservá-lo a seu alcance para esses momentos, em sem ônus, fixando o empregado na sua propriedade pela concessão de terrenos [...] (PRADO JR, 2000, p. 93).

Além disso, o trabalhador não recebe salário em dinheiro e sim concessões para trabalhar na terra. Em algumas outras situações ele também recebe uma casa na propriedade do latifundiário para morar e produzir para o seu sustento. Essas condições específicas do trabalhador rural, segundo Prado Jr

[...] precisam naturalmente ser levadas em consideração na formulação da legislação social trabalhista aplicável no campo. A remuneração do trabalhador deve ser regulamentada de maneira a balancear e combinar convenientemente os vários elementos que nela concorrem, de forma que essa combinação não se faça, como é presentemente o caso, segundo o arbítrio do empregador [...] (2000, p.94).

A segunda condição necessária para a reforma agrária, segundo o autor, é a “desconcentração e parcelamento da propriedade fundiária rural” (PRADO JR, 2000, p. 105). Esta ação tinha um duplo significado,

[...] de um lado, conceder-se à àqueles trabalhadores sem terra que desejarem trabalhar por conta própria, e que se acham capacitados para isso, de disporem de terra própria e alcançarem assim melhores condições de vida. [...] De outro lado, como já se notou, a possibilidade e facilidade do acesso à propriedade da terra representará para o trabalhador uma alternativa de opção entre trabalhar por conta própria, em vez de se engajar a serviço alheio (PRADO JR, 2000, p. 105, 106).

Para que a efetiva desconcentração de terras ocorresse era necessário primeiramente arrendar as grandes propriedades aos trabalhadores rurais. Ou seja, esse movimento de divisão do latifúndio iria acontecer por meio de parcelas que “poderão ser transferidas sem mais aos trabalhadores arrendatários que respectivamente as ocupam, e passam assim de arrendatários a proprietários” (PRADO JR, 2000, p. 107). Dessa forma, o autor considerava que a quantidade de terras disponibilizadas pela reforma agrária iria diminuir a oferta de mão de obra rural e isso tenderia a aumentar os salários para o trabalhador rural.

Do lado oposto a Caio Prado, dentro do PCB, havia Alberto Passos Guimarães que junto com Nelson Werneck Sodré, tinha outra explicação para a realidade rural brasileira e o rumo da reforma agrária no país. Alberto Passos afirmava que “o caráter feudal da economia rural brasileira permeia toda a Questão Agrária e é base para a manutenção do latifúndio que, posteriormente, será ampliado com a introdução do sistema capitalista e resultará em incremento da pobreza” (SILVA, RAMOS, 2012 p.4).

Segundo Rodrigues (2005), para Alberto Passos,

[...] a questão agrária emergia através dos restos feudais presentes na perpetuação de relações de trabalho pautadas no poder extra-econômico e por meio dos restos coloniais mantidos pelos vínculos entre o imperialismo e o sistema latifundiário. [...] essa questão seria solucionada através de uma reforma agrária democrática, inserida no processo no qual seriam constituídas as bases para o

desenvolvimento capitalista, denominado de revolução burguesa, (p.97).

Ou seja, para Alberto Passos o rompimento com o modelo agrário brasileiro seria possível por meio da luta de classes, que teria 03 frentes: A primeira consistiria no enfretamento ao imperialismo, a intervenção estrangeira nos preços, às condições de trabalho e na monopolização da compra e venda dos produtos. A segunda frente seria na “destruição do latifúndio e das relações de produção pré-capitalista, livrando a massa rural da coação do monopólio da terra e permitindo o desenvolvimento de relações de tipo capitalista que melhorassem as condições de vida da população” (RODRIGUES, 2005, p. 98). E, por fim, a terceira frente era o protagonismo dos assalariados neste processo, funcionando como intermediários entre a população rural e os trabalhadores urbanos.

Mesmo que com respostas diferenciadas à questão agrária, o PCB endossava o debate sobre a reforma agrária como primeiro passo para o desenvolvimento do país, proporcionado um crescimento das forças produtivas “[...] a fim de conformar as bases nacionais e democráticas do desenvolvimento capitalista auto-centrado” (RODRIGUES, 2005, p. 102).

A segunda posição estava ligada aos pensadores da Comissão Econômica para América Latina e Caribe¹⁰ e tinha o economista Celso Furtado como um dos líderes do debate. Esse autor

[...] vislumbrava uma estratégia focada no desenvolvimento nordestino, através da racionalização de sua estrutura agrária, com o intuito de promover uma utilização mais inteligente dos recursos, terra e trabalho. Dessa forma evitar-se-ia o uso predatório da terra e a enorme exploração da mão de obra rural (RODRIGUES, 2005, 102).

A produtividade no campo teria que vir acompanhada de uma desconcentração de terras, para “alcançar um equilíbrio entre a oferta e a demanda de mão de obra, capaz de garantir uma crescente melhora no padrão de vida dos

¹⁰ A CEPAL é uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas (ONU). Foi criada para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho ampliou-se para os países do Caribe e incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável.

trabalhadores, bem como, constituir-se num estímulo constante ao progresso tecnológico” (RODRIGUES, 2002, p. 102).

O terceiro debate era realizado pela Igreja Católica. A situação de pobreza rural era evidenciada pelas Cartas Pastorais, como o pronunciamento do Episcopado Rio-Grandense. Em uma dessas cartas o cardeal Vicente Scherer pronunciava:

Grave e oportuna, diletos filhos e cooperados, é a questão que ora vos convocamos a considerar conosco. Cuida-se da questão agrária, velha de séculos, mas agora posta em relevo pela discussão que se tem suscitado acerca da fome, como ameaça próxima a humanidade inteira. Consiste a questão agrária, essencialmente, em saber se todo homem há de receber obrigatoriamente, dos homens ou da sociedade, a morada para subsistir e o alimento para vencer a fome, ou se tem direito, o homem, qualquer que seja, a aspirar a que lhe permita, para tanto, o acesso a um trato da terra, proporcionando às suas forças, que a sua energia possa tornar, para si própria e para os seus, produtivos, até a suficiência (SCHERER, 2005, p.62)

Segundo Delgado, o objetivo da Igreja neste momento “[...] é a tentativa de aplicação da Doutrina Social da Igreja em contraste a uma realidade agrária de grave injustiça e exclusão social, então denunciados pelo episcopado” (DELGADO, 2005, p.54). Apesar de não possuírem um debate mais estruturado, a reforma agrária era defendida pela Igreja com o objetivo de não perder a influência que tinha no campo. Em um dos trechos da carta há: “o socialismo e o comunismo – aquele, segundo algumas variantes, por estágios: este, de golpe – recusam ao homem a propriedade da terra. O capitalismo não a recusa, mas não raro, lhe inutiliza todo o esforço para alcançá-la” (SCHERER, 2005, p. 63). Para tanto, o Estado deveria ser o condutor da reforma agrária

Contra o socialismo e o comunismo, e para a diminuição e correção dos excessos do capitalismo, o Estado pode e deve assegurar a todo o homem, qualquer que seja, o direito a aspirar a um trato de terra, para estabelecer a sua casa e dela tirar a sustentação de sua família. E, para tanto, cabe, sem sombra de controvérsia, ao Estado promover a divisão dos latifúndios e a recomposição racional dos minifúndios em lotes agrícolas rentáveis (SCHERER, 2005, p. 64).

Com este discurso a Igreja teve

[...] importante papel na luta política de organização do sindicalismo rural brasileiro, ao mesmo tempo em que exercerá influência na conceituação do direito da propriedade fundiária, legitimado em sua doutrina social pelo princípio da função social. Este princípio, que não é exclusivo da Doutrina Social, irá se inscrever de direito nas normas do Estatuto da Terra de 1964, e mais tarde na Constituição Federal de 1988 (DELGADO, 2005, p.54).

A quarta perspectiva se referia a um conjunto de economistas, dentre eles Delfim Neto, que alinhavam o progresso técnico do campo sem a necessidade de se realizar uma reforma agrária. Segundo Delgado,

O argumento chave deste grupo nega a existência da uma questão agrária ao desconsiderar a estrutura fundiária e as relações de trabalho prevalentes no meio rural como um problema econômico relevante, visto que com essa estrutura agrária teriam sido adequadamente cumpridas as funções da agricultura no desenvolvimento econômico [...] (2005, p.55)

Para esse grupo de intelectuais a modernização da agricultura, por meio da industrialização, ocorreria sem alteração na estrutura fundiária e ocorreriam reformas apenas “onde se comprovasse ineficiência da estrutura agrária” (DELGADO, 2005, p.57). O aumento da capacidade produtiva da agricultura brasileira estaria ligado a maior mecanização, força de trabalho abundante no campo, introdução de fertilizantes na agricultura e uma estrutura fundiária favorável a essa modernização.

O debate da questão agrária não se fechava na discussão teórica dos intelectuais. Na verdade, estava nos movimentos sociais do campo na década de 50 e 60 fortemente organizados e concretizavam a demanda por terra e por reforma agrária no país. As Ligas Camponesas, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), se destacavam nas lutas políticas que se desenrolavam no Brasil.

1.2 MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO BRASILEIRO NO PERÍODO DE 1950 E 1960

De 1945 a 1947 estouravam em diferentes regiões do país diversas manifestações e conflitos sociais por reforma agrária. O Partido Comunista Brasileiro era o principal mediador desses conflitos, principalmente por seguir as diretrizes da Internacional Comunista¹¹ na qual a demanda por reforma agrária se colocava como pauta de luta (MEDEIROS, 2003). É importante ressaltar que a organização de associações rurais neste período só foi possível porque o país saía da recente ditadura Vargas.

No Nordeste em 1945, mais especificamente em Pernambuco, surge a expressão “Ligas Camponesas” para designar o movimento de organização de horticultores. O trabalho do PCB era de contribuir na organização dos trabalhadores rurais em todo o país, conforme afirma o militante do Partido Lyndolpho em entrevista concedida a revista Estudos Sociedade e Agricultura

Iniciado esse trabalho, o Partido Comunista entendeu que deveria ajudar a criar as organizações dentro da área de possibilidades dos trabalhadores do campo: os assalariados, meeiros, parceiros, posseiros e pequenos proprietários. Portanto, essa forma de organização deveria estar, repito, no nível de entendimento dessas camadas de trabalhadores do campo, de tal forma que elas pudessem manejar esse tipo de entidade. Mas, o subjetivismo, naturalmente, esteve presente. Entendeu-se que deveríamos partir da forma de organização conhecida por esses trabalhadores que, em geral, era dada pela Igreja Católica, à qual, em sua maioria, eram ligados. A partir daí iniciou-se a formação das chamadas ligas camponesas. As ligas eram consideradas uma forma elementar de organização. Mas, partindo dessa primeira idéia, dessa primeira compreensão de que estando os trabalhadores ligados à Igreja, as chamadas Irmandades eram a forma de aglutinação que o trabalhador entendia, porque no seio da Igreja os seus adeptos são organizados em vários grupos, como a Irmandade de São José, a

¹¹A conjuntura internacional ao final da Segunda Guerra Mundial, quando se destacaram a derrota fascista em Stalingrado, o avanço das tropas soviéticas sobre o Leste Europeu e a ocupação de Berlim pelas forças antinazistas (com a União Soviética na frente), favoreceu a ação dos democratas brasileiros na abertura dos anos quarenta e, como força inserida no campo da democracia, os comunistas têm então possibilidade de intervenção. Protagonista essencial dos processos políticos, o PCB centraliza o movimento sindical classista, cria uma notável estrutura editorial e jornalística, empolga a intelectualidade democrática e passa ser a vanguarda democrática na Assembleia Nacional Constituinte. (PCB, 2014).

Irmandade de Santo Antônio, as Filhas de Maria e por aí fora. Era isso o que ocorria (SILVA, 2003, disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/doi/flavio2.htm>).

Apesar do avanço e da visibilidade que as Ligas Camponesas obtiveram no país e em especial do Nordeste não se formaram líderes camponeses de destaque. As ações das Ligas eram ditadas pelo Partido como “organizações apêndices da estrutura unitária do Partido Comunista” (MORAIS, 2002, p. 13). Por isso em 1947 quando o PCB mais uma vez entrou na ilegalidade¹² as Ligas foram duramente enfraquecidas em sua maioria.

No período de 1948 a 1954 mesmo com o enfraquecimento da principal organização política dos trabalhadores rurais ocorreram manifestações isoladas, mas de muita importância como a “guerrilha de Porecatu, a revolta de Dona Noca, o território livre de Formoso e o Primeiro Congresso Nordestino de Trabalhadores Agrícolas” (MORAIS, 2002, p. 15), marcando uma nova fase de organização política dos trabalhadores rurais, de independência nas mobilizações.

Em 1954, em Pernambuco, no Engenho da Galileia ressurgiu o embrião das “Ligas Camponesas”. O movimento foi iniciado por conta da alta do arrendamento das terras que no intervalo de 01 ano subiu de 6.000 para 15.000. Os trabalhadores revoltados com a situação e sem recursos para o pagamento solicitado procuraram José dos Prazeres – antigo membro do Partido Comunista – e este percebendo que a situação era comum a outras regiões, organizou os trabalhadores da região e formaram a Associação Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco – SAPP. O objetivo era “adquirir um engenho, para que todos se livrassem do pagamento da renda e da ameaça de expulsão” (BASTOS apud OLIVEIRA, 2007, p 107). Buscou-se adquirir aliados na luta e o presidente da Associação, Oscar Beltrão, era o mesmo proprietário do Engenho. No entanto, este declinou do cargo e perseguiu os camponeses travando vários conflitos (MORAIS, 2002).

Na tentativa de atenuar os embates que a polícia travava com os camponeses na região da Galileia, José dos Prazeres tentou respaldar a SAPP com um

¹² O Partido Comunista surge em 1922 e já nasce na ilegalidade. No contexto de Guerra Fria, em 1947-1948 o partido é posto na ilegalidade pelo governo Dutra, o que conduz os comunistas a um isolamento (PCB, 2014).

grupo de personalidades políticas, que os latifundiários apelidaram de Ligas Camponesas, “vindo a confundi-las com as Ligas de Iputinga e com outras ligas camponesas comunistas, já desaparecidas” (MORAIS, 2002, p.20). A principal tarefa do grupo era respaldar politicamente o movimento camponês, bem como sensibilizar os trabalhadores urbanos acerca das pautas de reivindicações do campo.

Formou-se então no interior das Ligas, o Conselho Regional das Ligas que era formado por personalidades urbanas de vários partidos políticos e foi um “instrumento necessário de consultas e, esporadicamente de decisões em tudo quanto se relacionasse com os efeitos ou consequências do movimento camponês dentro da sociedade global” (MORAIS, 2002, p.22).

A principal liderança do Conselho era Francisco Julião Arruda de Paula, que em uma de suas entrevistas ao jornal Pasquim (1979) esclarece que

De 1940 a 1955, trabalhei como advogado de camponeses, não fundei a Liga, ela foi fundada por um grupo de camponeses que a levou a mim para que desse ajuda. A primeira Liga foi a da Galiléia, fundada a 01 de janeiro de 1955 e que se chamava Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco. Foi um grupo de camponeses com uma certa experiência política, que já tinha militado em Partidos, de uma certa cabeça, que fundou o negócio, mas faltava um advogado e eu era conhecido na região. Foi uma comissão à minha casa, me apresentou os estatutos e disse: 'Existe uma associação e queríamos que você aceitasse ser o nosso advogado'. Aceitei imediatamente. Por isso o negócio veio bater na minha mão. Coincidiu que eu acabava de ser eleito deputado estadual pelo Partido Socialista e na tribuna política me tornei importante como defensor dos camponeses.

A figura de Julião era controversa, pois tanto defendia causas de conservadores católicos quanto de progressistas, mas reunia qualidades de um líder carismático e humilde. Na tentativa de oferecer a Julião maior clareza sobre as pautas socialistas e de reforma agrária encaminharam-no para União Soviética, Bulgária e China. Essas viagens influenciaram diretamente o desempenho político de Julião e que desde então se dedicou apenas a luta camponesa (MORAIS, 2002).

Em 1955, ano de ressurgimento das Ligas, ocorreu em Recife o Congresso de Salvação do Nordeste, reunindo representantes de diversas camadas sociais e, sobretudo das Ligas Camponesas “para discutir abertamente sobre os principais e mais conhecidos problemas socioeconômicos que afetavam a região” (MORAIS, 2002, p. 29). O destaque para o Congresso se deu no impulso da necessidade por reforma agrária em Pernambuco e da visibilidade que as Ligas obtiveram em regiões vizinhas a Recife, além da candidatura de José dos Prazeres a presidente das Ligas. Houve um desfile no final do Congresso em que as ruas de Recife ficaram tomadas por milhares de camponeses.

Vários foram os fatores responsáveis pela expansão das Ligas Camponesas: a abertura democrática no governo de Juscelino Kubistchek que possibilitou, por meio da ampliação de vários Congressos, tratar de variados problemas nacionais a exemplo do Congresso do Nordeste.

A Revolução Cubana (1959) também foi um fator responsável pela expansão das Ligas Camponesas, principalmente pela difusão dos ideais socialistas e pelo exemplo da reforma agrária cubana.

Ainda em 1955 nasce a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) que fundada pelos comunistas, tinha como objetivo organizar os trabalhadores de forma mais consistente para os debates políticos. Na sua fundação estavam presentes integrantes das Ligas Camponesas, porém estes não aceitaram se associar a ULTAB. O motivo era o receio de ser uma organização formada de “cima para baixo”, com lideranças formais, sem o cunho político radical e revolucionário que tinham as Ligas. No entanto as Ligas tiveram relações aproximadas até o I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. A ULTAB

[...] era uma organização de tipo clássico e constituía uma experiência que o Partido Comunista já havia posto em prática no período 1945-1947, sem maiores resultados, a não ser o de reunir grande número de filiados e de eleitores. Sua tática residia na acumulação de forças, através de um trabalho de apoio a reivindicações e a interesses econômicos dos trabalhadores agrícolas (assalariados e camponeses) (MORAIS, 2002, p.39).

A União logo se desenvolveu no país, salvo no Rio Grande do Sul, onde atuava o Master¹³ e em Pernambuco, terreno fértil das Ligas. Era uma organização que reunia grande quantidade de filiados associados, com sede em São Paulo. No final da década de 50, a ULTAB ganhou expressão ainda maior por ser detentora do Jornal *Terra Livre*, o mais vendido na época.

O número de organizações crescia no país,

[...] embora o registro legal dos sindicatos de trabalhadores rurais só se possa fazer a partir de processo pedindo a aplicação do Decreto 7.038 de 1944, o que dificultava a sua existência, já em 1956 o jornal *Terra Livre*, órgão da ULTAB, assinala a existência de 49 sindicatos registrados oficialmente. Em 1959, num balanço registrado pela própria ULTAB, relaciona-se a existência de 122 organizações independentes, reunindo 35 mil trabalhadores rurais; e 50 sindicatos, reunindo 30 mil (BASTOS, 1984, p. 79).

Em 1961 o país passou por um momento político difícil com a renúncia de Jânio Quadros. A posse de João Goulart ocorre em meio a várias lutas populares e no campo se expressava pelo crescimento de organizações com muita força. O I Congresso da ULTAB surge para reunir essas organizações e elaborar uma pauta comum para o campo.

O I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil ocorreu em 1961, na cidade de Belo Horizonte e contou com o apoio do presidente João Goulart, presente na ocasião, com o intuito de evitar que o “movimento camponês seguisse fora da tutela governamental” (MORAIS, 2002, p. 39). Estavam também presentes representantes do MASTER, das Ligas Camponesas e organizações filiadas a ULTAB. Esta, apoiada pelo governo, direcionava suas propostas em duas direções: uma que garantisse a sindicalização rural, extensão dos limites previdenciários para os trabalhadores rurais e de legislação trabalhista; e a outra perspectiva era uma reforma agrária “dentro dos limites do capitalismo” (BASTOS, 1984, p. 82) que mesclava tanto interesses do proletariado rural, quanto dos camponeses. As Ligas, representadas por Julião, discordavam das posições apresentadas e apoiavam uma reforma agrária radical. Uma das falas de Julião no Congresso diz:

¹³ (Movimento de Agricultores Sem Terra) esta organização foi fruto de uma ação política comandada por Brizola para evitar que os agricultores se filiassem a ULTAB ou então às Ligas Camponesas.

[...] achamos que é viável a tomada do poder através do campesinato por ser um país essencialmente agrícola (...). Nós desejamos libertar o povo como o PC também deseja, mas, a essa altura, não é possível fazer aliança com a burguesia, nem pensar em conquistar o poder político pelos caminhos pacíficos (BASTOS, 1984, p. 84).

As Ligas, que iniciaram suas lutas dentro do princípio da legalidade, evoluíram para uma proposta de reforma agrária radical. Para as Ligas, “a reforma [agrária] somente seria radical se alcançasse no seu conjunto o direito de propriedade da terra, se acabasse com o monopólio de classe sobre a terra e desse lugar à propriedade camponesa, inclusive a estatização da propriedade” (MARTINS, 1995, p. 89). Do lado oposto à posição do PCB e da Frente Única¹⁴, as Ligas não queriam aceitar as propostas de reforma agrária apresentadas pelo PCB. Para conciliar as tensões, o Presidente João Goulart ofereceu apoio a Francisco Julião, apoio este que foi recusado. Desta forma, “as ligas não estavam dispostas a conciliar em toda a extensão com a política de frente única. A partir daí serão excluídas do processo de constituição da CONTAG” (MARTINS, 1995, p. 90). Como resultado, as avançadas leis de reforma agrária propostas pela ULTAB são derrotadas e a bandeira de reforma agrária radical contagia os delegados presentes No Congresso de outras organizações políticas. (MORAIS, 2002).

As divergências também levaram a uma discordância dentro do Partido Comunista. Um grupo aprovava as propostas de Julião, de uma reforma agrária radical e migrou para as Ligas¹⁵ enquanto que outros militantes do PCB

¹⁴ A Frente Única era uma proposta do PC que foi “composta por classe operária, pelos camponeses, pela pequena burguesia urbana, pela burguesia e pelos latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte americano. Entre outras medidas da plataforma da frente única incluem-se a reforma agrária em favor das massas camponesas. Redução das taxas de arrendamento, prolongamento dos prazos contratuais, defesa dos camponeses contra grilagem e despejos[...]. O Partido entendia que um governo nacionalista e democrático podia ser conquistado nos quadros do regime então vigente. Seria o caminho pacífico para a revolução anti-imperialista e antifeudal. Caminho pacífico dentro da legalidade, combinado a ação parlamentar e a ação extraparlamentar (MARTINS, 1995, p. 25).

¹⁵ O grupo dissidente do PCB vai lutar pela liderança e controle do movimento. A direção das Ligas acaba se orientando para a formação, em várias áreas do país, de uma organização que permitiria, em certo momento, o enfrentamento armado entre as classes dominadas e as classes dominantes, passando do confronto político ao militar. Diferentes formas de interpretar tal orientação trarão cisões internas ao movimento: de um lado, um grupo formado pelos dissidentes do PCB, que organizam o campesinato e iniciam a formação dos campos de treinamento de guerrilhas, de outro, Francisco Julião, que propõe a organização de combate armado a partir das cidades (BASTOS, 1984, p. 101).

continuaram apoiando a reforma agrária de forma gradual preconizada pela frente única.

A unidade tática de aliança defendida pelo PCB cai por terra e observa-se

[...] claramente três orientações divergentes do movimento camponês: de um lado a luta pela sindicalização sob o controle do PCB; de outro, as ligas atuando isoladamente; e o aparecimento de um novo parceiro, a Igreja, dirigida à organização sindical. Esse fracionamento não significa, todavia, que não celebrem alianças temporárias, em momentos de greves, campanhas e eleições sindicais (BASTOS, 1984, p.101).

A Igreja inicia sua discussão da questão agrária de forma reacionária, com reuniões entre fazendeiros e professores, sem a presença de camponeses. A preocupação era com a ameaça do comunismo que estava chegando ao campo. Para manter o controle dos camponeses, a Igreja entendia que “a transformação do trabalhador em pequeno proprietário constituía assim a única saída para salvá-lo do comunismo” (MARTINS, 1995, p. 88). A reforma agrária era vista com uma barreira para o comunismo e a proposta de aumentar à quantidade de pequenos proprietários era principalmente para manter a propriedade privada. No entanto, só em 1963 a Igreja vai mudar de posição e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) admite uma reforma agrária com desapropriação de terras.

As Ligas também alteraram suas estratégias de enfrentamento desde o seu surgimento em 1955. O enfrentamento que antes se dava pela via da legalidade, se tornou mais radical. Isso rachou o movimento que se dividia entre os dissidentes do PCB que atuavam na organização do campesinato e no treino das guerrilhas, com a luta armada a partir do interior e os apoiadores de Julião na luta pela reforma agrária radical a partir dos centros urbanos (BASTOS, 1984). As guerrilhas foram se organizando de forma autônoma em várias regiões do país, mas foi no nordeste de Goiás que se consolidou mais intensamente.

Essa divisão de interesses enfraqueceu a direção das Ligas Camponesas. Julião era contrário ao movimento das guerrilhas, mas precisava da unificação do movimento para apoiá-lo na candidatura a Deputado Federal. Para tanto, lança o Movimento Radical de Tiradentes (MRT), porém o “MRT não teve a

capacidade de restaurar a unidade organizacional e política das 'ligas' e as dissensões tornam-se tão agudas que Julião é expulso da direção do mesmo" (BASTOS, 1984, p. 103). Ainda que com nova direção, o MRT teve um curto período de existência, de abril a outubro de 1962.

Ainda em 1962 Julião está voltado para a campanha política a deputado federal, porém sem apoio das Ligas. A sua candidatura é um fracasso e sai derrotado das eleições. As consequências foram inúmeras prisões por parte do governo ao grupo guerrilheiro e "como medida de segurança, o Setor Armado¹⁶ determinou a dissolução dos campos guerrilheiros. Nesse momento, ficavam nacionalmente liquidadas as Ligas Camponesas" (MORAIS, 2002, p. 47).

No ano de 1963, avançou o sindicalismo rural no Brasil, especialmente pela Portaria n. 364, que regulamentava a criação de sindicatos rurais. Nesse contexto, a ULTAB que tinha uma base de trabalhadores por todo o país foi uma grande aliada do Governo para a fundação dos sindicatos rurais. Outro importante sujeito político nessa expansão dos sindicatos foi a Igreja Católica responsável pelo fortalecimento dos sindicatos em todo o Brasil (MORAIS, 2002).

Assim, em 1963, diante de uma crise política organizacional das Ligas Camponesas, reuniram-se líderes da Igreja Católica, do PCB, ULTAB, PTB e fundaram a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que em meses de funcionamento conseguiu uma expressiva filiação de trabalhadores rurais, maioria esta formada por associados da ULTAB (MORAIS, 2002).

O importante a destacar na trajetória dos movimentos sociais no campo entre 1950 e 1960 é a visibilidade dada às contradições estabelecidas pelo capitalismo dependente, que se expressavam na miséria e nas condições precárias em que viviam os camponeses.

A conjuntura política estabelecida no governo de João Goulart, por meio da expressão das lutas políticas no campo, repercutiram no mundo, principalmente por estar associada às revoluções socialistas que ocorriam no pós-Segunda Guerra. Acerca disso, vamos discorrer no próximo item sobre o

¹⁶ Esquema organizado pelos guerrilheiros para garantir a segurança dos militantes de esquerda, que na sua maioria, eram pequenos burgueses, se muita experiência na vida clandestina. (MORAIS, 2002).

governo de João Goulart e o Golpe Militar que interrompeu os movimentos sociais na luta por reforma agrária, bem como iniciou a modernização no campo, mantendo sua estrutura agrária baseada no latifúndio.

1.3 O GOVERNO DE JOÃO GOULART E A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA AGRÍCOLA

O debate progressista estava ganhando força nas propostas do Estado, principalmente com a tendência do Presidente João Goulart (1961-1964) a reformas desenvolvimentistas. A força dos movimentos sociais do campo, como já citado anteriormente, adquiriu repercussão nacional e propiciou medidas importantes. As principais foram a regulamentação do sindicalismo para os trabalhadores rurais (1962), propiciando “assim, a construção de uma malha sindical que, embora politicamente frágil, garantiu aos trabalhadores do campo um canal institucional por onde fazer fluir suas demandas” (MEDEIROS, 2003, p. 22); a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963) que estendeu aos trabalhadores rurais direitos antes exclusivos dos trabalhadores urbanos como férias, décimo terceiro salário etc. No que diz respeito à reforma agrária, embora houvesse propostas de leis e emendas “nada foi concretizado, a não ser [...] a criação de um organismo estatal, subordinado à Presidência da República, voltado para o tema: a Supra (Superintendência de Reforma Agrária)” (MORAIS, 2003, p. 22).

Em 31 de março de 1964 um golpe militar foi deflagrado contra o governo do então Presidente João Goulart, articulado por militares e por empresários. Incentivado pelos Estados Unidos para evitar uma revolução como ocorreu em Cuba, no Brasil a grande ameaça era que ocorresse uma revolução na estrutura agrária, movida pelos movimentos sociais do campo¹⁷.

Segundo Martins,

A ditadura havia sido implantada, em 1964, como resultado de um pacto civilizatório que levou ao golpe de Estado. Desse pacto tácito participaram os diferentes

¹⁷ Segundo Martins, “após a Revolução Cubana, o governo americano pressionou os governos latino-americanos para que fizessem reformas agrárias, com o objetivo de evitar que a revolução se estendesse a outros países. Ora, a maioria desses países era governada pelas mesmas oligarquias agrárias que impediam a reforma agrária e eram beneficiárias da existência do sistema latifundista. O fracasso da proposta levou o governo americano a apoiar golpes militares, supondo que uma elite confiável, originária da classe média, promovesse reformas sociais, modernizasse a agricultura, diminuísse o poder das oligarquias e promovesse o aparecimento de uma classe média no campo” (1985, p. 25).

setores da burguesia (desde os banqueiros até os industriais), os grandes proprietários de terra do Sul e do Nordeste (ameaçados pelo governo constitucional com uma reforma agrária massiva), a classe média (que foi às ruas pedir a ditadura), setores do sindicalismo pelego e os militares (1986, p. 24).

Desse pacto, ficava claro que as classes dominantes se uniram para impedir o avanço dos trabalhadores rurais no cenário político e a alteração do direito à propriedade privada, estabelecida em 1850 por meio da Lei de Terras. É importante ressaltar que uma mudança na estrutura fundiária não necessariamente expressa uma alteração no regime político, tão pouco no desenvolvimento do regime capitalista. Em alguns países¹⁸, a reforma agrária ocorreu para o pleno desenvolvimento capitalista, uma vez que a concentração de terras se constituía como uma barreira para a expansão do capitalismo.

A questão agrária no regime militar se consolida pela posição defendida por Delfim Neto, na qual a modernização da agricultura deveria ocorrer sem alteração da estrutura agrária, de forma a manter/aprofundar a concentração de terras.

Oito meses após o golpe foi aprovado pelos militares o Estatuto da Terra¹⁹. Este, por sua vez, segundo o documento presidencial, foi desenvolvido não apenas para uma reforma agrária, mas para o desenvolvimento rural. E assim foi dividido, em duas partes diferentes. A primeira se referia a uma classificação dos imóveis rurais em quatro categorias: minifúndios, área menor que 01 módulo fiscal; latifúndios por exploração, área entre 1 a 600 módulos; latifúndios por extensão, área superior a 600 módulos fiscais e empresas (áreas entre 1 a 600 módulos com exploração racionalizada e cumprimento da legislação trabalhista). Com essa classificação,

[...] o objetivo da reforma agrária era a gradual extinção de minifúndios e latifúndios, considerados como fontes de tensão no campo. A empresa, que poderia inclusive ser de caráter familiar, tornava-se o modelo ideal de imóvel. O

¹⁸ Na Inglaterra a revolução agrária e agrícola ocorreu antes da revolução industrial; Na Itália ocorreu após a II Guerra Mundial com a participação da Igreja; No Japão também ocorreu após a II Guerra Mundial por imposição dos Estados Unidos. Na América Latina, países como o México, Guatemala, Nicarágua também realizaram reforma agrária.

¹⁹ O Estatuto da Terra foi elaborado meses antes do golpe por militares e empresários para realizar uma reforma agrária “que não representasse um confisco de terras dos grandes fazendeiros, mas que permitisse conciliar a ocupação e utilização das terras com a preservação da propriedade capitalista e da empresa rural.” (MARTINS, 1986, p. 22).

caminho para que o latifúndio se convertesse em empresa seria a desapropriação [...], tributação progressiva e medidas de apoio técnico e econômico à produção (MEDEIROS, 2003, p. 23, 24).

Essa foi a alternativa que os militares apresentaram para atenuar os conflitos no campo, por uma visão “exagerada que os militares faziam das lutas no campo, achando que deviam possuir nas mãos um instrumento que permitisse esvaziar essas lutas” (MARTINS, 1986, p. 61).

O Estatuto, portanto, criou condições para a desapropriação no campo, por meio do de critérios de definição do tamanho da propriedade, porém foi posto de lado “em favor de um modelo fundado no apoio à modernização tecnológica das grandes propriedades” (MEDEIROS, 2003, p. 25). Poucas desapropriações foram feitas, a categoria de latifúndio foi esquecida e a possibilidade de criar uma classe média no campo ficou impossibilitada.

O período de 1965-1982 “constitui-se com muita clareza na “idade de ouro” do desenvolvimento de uma agricultura capitalista em integração com a economia industrial e urbana e com o setor externo, sob forte mediação financeira do setor público” (DELGADO, 2005, p.7).

A modernização da agricultura caracterizou-se principalmente pela alteração na

[...] ampliação do crédito rural subsidiado e de outros incentivos à produção agrícola, a internacionalização do pacote tecnológico da Revolução Verde, a melhoria dos preços internacionais para produtos agrícolas, etc. Em consequência, a agricultura atravessou um processo radical de transformação em vista de sua integração à dinâmica industrial de produção e da constituição do complexo agroindustrial. Foi alterada a base técnica, desenvolvida a indústria fornecedora de meios de produção para a agricultura e ampliada, em linhas modernas, a indústria processadora de alimentos e matérias-primas. Deste modo, a base tecnológica da produção agrícola foi alterada profundamente, assim como a composição das culturas e os processos de produção (MARTINI, 1991, p. 9).

À medida que se modernizava a agricultura, a concentração de renda aumentava no país e

[...] entre 1970 e 1975, o índice de Gini de concentração da posse da terra no Brasil, calculado a partir dos dados censitários, se elevou de 0,840 para 0,855, que é um acréscimo significativo para um curto período de 5 anos,

ainda mais se tendo em vista que vinha se mantendo estável pelas três últimas décadas (SILVA, 1980, p.56).

Diante do aprofundamento da concentração da posse de terras no Brasil, uma parcela de trabalhadores não encontrando mais espaço no campo buscou nas cidades trabalho e melhores condições de vida. Os que continuaram no meio rural, foram submetidos ao processo de “recamponesação da economia agrícola” (IANNI, 2004, p.162), ou seja, houve um estímulo governamental à produção de monoculturas por parte das grandes empresas agrícolas restando aos pequenos produtores cultivar gêneros alimentícios que não eram produzidos pelas empresas. Nesse contexto, “os processos sociais, econômicos e extensivos no campo manifestam-se tanto nas áreas “pioneiras” como nas de exploração antiga; seja nas áreas em que o capitalismo parece algo recente, seja naquelas em que já se encontra avançado”(IANNI, 2004, p.163, 164).

O Estado subsidiou boa parte do processo de modernização da agricultura, principalmente no que tange a oferta de crédito e subsídios para a aquisição de máquinas, tratores e também no aumento e melhoria da malha viária do país. Além disso, também incentivou a entrada de capital estrangeiro e de grandes multinacionais a se instalarem nas áreas rurais. Neste sentido,

[...] a partir da década de 70, sob o estímulo de amplo programa de incentivos governamentais, que a demanda de equipamentos agrícolas tomou o maior impulso, coincidindo com a instalação no país de diversas fábricas de equipamentos, em sua maioria subsidiárias na década anterior, elevou-se rapidamente, atingindo seu nível máximo em 1975, quando foram produzidos 59.851 unidades (GUIMARÃES, 1982, 304).

A oferta de crédito foi destinada principalmente para os grandes latifundiários que produziam para o mercado externo “em detrimento dos produtos de abastecimento interno” (GUIMARÃES, 1982, p.309) que eram cultivados por pequenos produtores. Com essa política de crédito, os produtos agrícolas conseguiram obter vantagens nos preços em escala mundial, uma vez que “o valor dos incentivos postos à disposição da agricultura, ou mais precisamente, à disposição da grande agricultura, foram dos maiores alcançados em qualquer época da vida nacional” (GUIMARÃES, 1982, p.309).

No entanto, os aumentos das exportações foram “quase invalidados pelo crescimento muito maior das importações e da dívida externa, no período considerado” (GUIMARÃES, 1982, p.309). E, como decorrência, a população brasileira acabou tendo que conviver com o aumento da inflação, chegando em 1975 “perto de 50%” (GUIMARÃES, 1982, p.309).

Na década de 70, no governo do General Médice, há um crescimento no número de conflitos, principalmente na região Norte e Nordeste. Esses movimentos eram caracterizados por posseiros e o ‘chamado Movimento dos “sem terra’, com a ocupação de fazendas públicas, e agora também privadas” (MARTINS, 1986, p. 64).

No Nordeste, área tradicional de luta e resistência, houve

[...] a partir do sindicalismo rural uma apropriação particular do Estatuto da Terra, legislação que visava, como apontamos anteriormente, estimular a empresa rural (inclusive a familiar). Essa apropriação, que se centrava na demanda por desapropriação das áreas de conflito, confrontava-se com o projeto dominante para a agricultura, estimulador da concentração fundiária (MEDEIROS, 2003, p. 26,27).

A Contag atuava como mediadora dos conflitos, encaminhando às instâncias estatais os pedidos de desapropriação baseado na legislação vigente. No entanto, a instituição que mais se destacou no apoio aos trabalhadores rurais foi a Igreja Católica. Por meio de denúncias na defesa dos índios²⁰ e posseiros, bem como com a criação da Comissão Pastoral da Terra²¹ (CPT) tornou público os casos de agressão e conflitos cometidos por militares (MEDEIROS, 2003).

Até 1973 a Igreja pouco tinha se manifestado em relação ao regime militar. No entanto, com a prisão de bispos, padres que se envolviam no conflito da terra e

²⁰ Durante o regime militar os índios sofreram por conta dos cercamentos e do esvaziamento de suas áreas. José de Souza Martins afirma que “as populações camponesas e indígenas confinadas no espaço constituído pela produção mercantil, pela dominação pessoal do latifundiário, como clientela da ordem privada, passam a ser expulsas e deslocadas, expropriadas pelos empresários, os técnicos, os planejadores, os representantes do grande capital e do Estado Autoritário” (1986, p. 88,89).

²¹ Fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia [...] Ela nasceu lidada à Igreja Católica porque a repressão estava atingindo muitos agentes pastorais e lideranças populares, e também, porque a igreja possuía uma certa influência política e cultural (CPT, 2014).

noticiários envolvendo a Igreja, o embate começa a se tornar intenso e “a questão da terra passa a ter importância” (MARTINS, 1986, p. 67).

A perspectiva da Igreja é com a defesa do ser humano

[...] não só enquanto sujeito individual, no sentido burguês da palavra, mas a pessoa como um ser social, como realidade social. A concentração da propriedade que vem sendo posta em prática pelo Estado aparece na raiz da crítica que a Igreja faz ao governo, questionando exatamente a concentração da propriedade e as consequências que esta concentração traz para as populações pobres (MARTINS, 1986, p. 69).

A Igreja passa a divulgar por meio dos seus jornais, a sua insatisfação com a situação no campo. Em 1975 a criação da CPT proporcionou uma nova dinâmica para os conflitos, oferecendo espaços para reuniões e resistindo a ofensiva militar junto com os trabalhadores rurais (MEDEIROS, 2003).

Em 1979 aprofunda-se a crise da ditadura militar iniciada em 1974. O milagre econômico termina e a classe média, apoiadora do regime, começa a empobrecer. A crise do petróleo também afeta a burguesia, já que os grandes projetos de industrialização retraem, assim como o mercado. Além disso, “os movimentos de resistência no interior das fábricas, de boicote e diminuição do ritmo da produção, explodiu nas grandes greves que tiveram início em 1978, sobretudo na região industrial de São Paulo” (MARTINS, p.1986, 26).

Em 1984 um pacto político é estabelecido entre a burguesia e os partidos como PMDB e PP para evitar o avanço dos movimentos de resistência. Esse pacto correspondia a “resposta das classes dominantes ao esvaziamento de poder, à perda de legitimidade do governo” (MARTINS, 1986, p.30) e depois da tentativa principalmente dos movimentos populares, a exemplo da Campanha das Diretas Já²², para que o Congresso Nacional permitisse eleições diretas para

²² “A Campanha das “Diretas Já” emergiu sob um regime militar-autoritário em uma conjuntura de grave crise política. Em 1983, esses fenômenos se conjugaram a uma profunda crise econômica, que já se delineava desde o final da década anterior. Sob o impacto de choques externos (aumento do preço do petróleo e das taxas de juros internacionais), somados ao enorme endividamento externo da economia brasileira e aos efeitos da moratória mexicana de 1982, a capacidade do Estado em se manter como polo organizador da economia nacional praticamente esgotou-se. A estratégia de combate à crise, que privilegiava medidas de impacto recessivo, gerou enormes reações internas, o que enfraqueceu as bases de apoio social e político das autoridades governamentais” (BERTONCELO, 2009, p. 173). Nesse contexto, suscitaram no país diversas manifestações, com apoio dos partidos de oposição, membros dos

presidente. No entanto, manteve como feito na ditadura, eleições indiretas. O nome indicado para assumir o cargo era o de Tancredo Neves e como vice José Sarney. Um dia antes da posse, em 15 de Março, Tancredo adoeceu e quem assumiu a Presidência foi o vice José Sarney.

Portanto, a ditadura militar encerrou-se sem que houvesse no país uma revolução. A mudança no poder ocorreu de forma pacífica e sem a participação da classe trabalhadora na condução do processo de abertura política. Conforme salienta Martins

[...] a composição do novo governo, com exceção de algumas figuras públicas mais liberais e mais comprometidas com reformas sociais, é uma composição conservadora. Não há trabalhadores nem representantes de trabalhadores participando do novo governo (MARTINS, 1986, p.30).

No entanto, mesmo com o cenário conservador, no país eram implementadas medidas políticas democratizantes como o fim da censura, regularização dos partidos clandestinos e os movimentos sociais do campo puderam se organizar livremente e intensificar na luta.

1.4 ABERTURA DEMOCRÁTICA. CONSTITUIÇÃO DE 1988 E SEUS DESDOBRAMENTOS.

A eleição de Tancredo Neves em 15 de Janeiro de 1985 marca um momento importante na redemocratização do país. O novo governo, logo nos primeiros dias, cria um Ministério voltado para a reforma agrária e a elaboração, junto com representantes sindicais da Contag e outras entidades de trabalhadores do campo, do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). A finalidade era

grupos do “pós direta” do Partido Democrático Social (PDS), Associações e Entidades diversas , junto com a população brasileira apoiaram a Emenda Constitucional de Dante de Oliveira (PMDB) em 1982 que estabelecia as eleições diretas para Presidente da República. O primeiro comício é realizado em 31 de março, em Abreu e Lima (PE). Seguem-se pequenas manifestações em Goiânia e Teresina. Em 28 de junho, Franco Montoro (PMDB), Leonel Brizola (PDT) e Lula (PT) criam a frente pró-diretas. O marco da Campanha foi o Comício da Praça da Sé, em São Paulo, que reuniu em torno de 300 mil pessoas na Campanha. No dia 25 de junho de 1984, no Congresso Nacional, a Emenda não é aprovada pelos Deputados, pois eram necessários 2/3 dos votos. “Foram 298 votos a favor e 65 contra e 3 abstenções (outros 112 deputados não compareceram). Para ser aprovada, a proposta precisava de 320 votos. Com o fim do sonho, restava ainda a eleição indireta, quando dois civis disputariam o cargo. Paulo Maluf (PDS) e Tancredo Neves (PMDB) foram os indicados. Com o apoio das mesmas lideranças das Diretas Já, Tancredo Neves venceu a disputa” (BERTONCELO, 2009, p. 173).

“assentar, no prazo de 15 anos, 7 milhões dos estimados 10,5 milhões de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Os restantes estariam empregados no setor empresarial da agricultura, como assalariados” (MEDEIROS, 2003, p. 35). O assentamento ocorreria em áreas desapropriáveis, e haveria a participação das organizações dos trabalhadores rurais em todos os processos necessários para as desapropriações. Além disso, recuperava alguns pontos do Estatuto da Terra, no que tange a triagem de áreas para a reforma agrária, não somente em áreas de possíveis conflitos. A Contag era a organização mais expressiva em apoio ao PNRA, porém encontrava resistência no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na adesão ao plano por considerarem as propostas tímidas e baseadas em instrumentos criados durante o regime militar.

O MST surge ainda na ditadura militar e tem a ocupação das Fazendas Macali e Brilhante (1979) no Rio Grande do Sul como um marco para o seu surgimento. Um grupo de famílias ex-arrendatárias de terras indígenas foram expulsas e acamparam na região de Ronda Alta/Sarandi. “A partir daí a luta cresce e nesse mesmo ano [1979], após terem ocupado as fazendas Macali e Brilhante, 150 famílias ocupam a fazenda Anoni em Sarandi. Desse despejo nasce o acampamento da Encruzilhada do Natalino [...]” (ALMEIDA, PAULINO, 2000, p.125) que é o marco inicial da luta nesse período. Com a abertura política, o movimento ganha força e eclode junto com outros movimentos sociais que despontam neste período como: feministas, ecológicos, raciais, etc. Uma característica comum desses movimentos é a concepção de uma sociedade civil com maior autonomia e poder decisório, sem autoritarismo e intervenção do Estado e da Igreja na condução das pautas e lutas reivindicatórias. O MST se organizou na luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social. Nos seus primeiros anos, a estratégia de luta era a ocupação dos latifúndios, porém as experiências demonstraram que a luta também deveria criar condições para o homem produzir e trabalhar na terra. Em 1991, o movimento implanta o “Sistema Cooperativista dos Assentamentos (SCA), com objetivo de estimular as atividades coletivas, vistas como a melhor forma de enfrentar as dificuldades da produção e comercialização” (ALMEIDA, PAULINO, 2000, p. 126). Em 1991 esse sistema se torna a Confederação das

Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). A importância das Cooperativas não se restringe ao seu valor econômico, mas também envolve o fortalecimento do movimento e sua luta política pela reforma agrária.

O III Congresso do MST marca a extensão da luta pela reforma agrária não apenas ao campo, mas também à cidade. O lema do movimento é “Reforma Agrária: uma luta de todos”. A radicalidade com a qual enfrenta o problema da questão agrária, a organização política associada a práticas educativas dentro do próprio movimento e a tentativa de universalizar a bandeira da luta pela terra faz do movimento um dos mais importantes no cenário brasileiro (MST, 2014).

A implantação do I PNRA encontrou também forte resistência da União Democrática Ruralista (UDR), fundada em 1985 em Goiânia. Era composta por latifundiários e grupos da elite rural liderados por Ronaldo Caiado²³. A criação da UDR foi uma resposta dos grupos dominantes no campo à organização dos trabalhadores rurais e a ação dos movimentos sociais que se intensificava no período e que se contrapunham ao posicionamento do governo quanto ao PNRA. O uso da violência era a marca mais conhecida da UDR, tendo o MST, a Igreja e o Partido dos Trabalhadores como os principais alvos. A timidez do Estado frente às ações autoritárias do movimento liderado por Caiado proporcionaram diversos massacres no campo, destacando a morte do Padre Josimo em 1986 e o assassinato de Chico Mendes em 1988. A justificativa utilizada para o uso da violência era a defesa da propriedade fundiária, em resposta as ações de ocupação lideradas Igreja e pela esquerda.

O líder Ronaldo Caiado reconhecia a importância de uma bancada no Congresso que defendesse os interesses da elite fundiária. Assim

[...] todos os candidatos, independentemente de sua filiação partidária, podiam receber o apoio financeiro da UDR, bastando como requisito defender a livre iniciativa e o direito inalienável da propriedade [...] Ao anunciar abertamente o apoio financeiro aos candidatos, os uderristas reforçaram a tradição clientelista da política

²³ Ronaldo Caiado pertence a uma das principais famílias de pecuaristas de Goiás. Foi o principal líder da UDR e também presidente. Em 1989, lançou-se como candidato a Presidência da República, mas não conseguiu obter uma votação expressiva. De 1999 a Janeiro de 2015 foi Deputado Federal. Atualmente é Senador da República.

brasileira e revelaram os desagradáveis segredos dos bastidores políticos normalmente mantidos a sete chaves. Argumentando que "da mesma forma que as outras parcelas da sociedade se cotizam para ajudar quem com eles se identificam", a UDR podia fazer o mesmo porque "isso faz parte do jogo democrático (BRUNO, 1996, p. 79).

Neste cenário a UDR iniciou uma série de problematizações a respeito da definição de imóvel produtivo "o que levou a que, na redação final do PNRA (e nos documentos subsequentes), ficasse preservado todo imóvel rural, fosse latifúndio por exploração ou dimensão, desde que tivesse em produção [...]" (MEDEIROS, 2003, p. 37). Isso caracterizava um retrocesso em relação ao Estatuto da Terra que previa prioridade a desapropriação de imóveis com muitos arrendatários e parceiros, revalorizando a precária utilização do latifúndio.

Mesmo que as propagandas governamentais veiculadas apontassem a possibilidade de uma reforma agrária, o interesse dos latifundiários prevaleceu e os resultados do PNRA foram irrisórios, apenas 83.687 famílias assentadas para uma meta inicial estimada em 1.400.000 famílias (MEDEIROS, 2003).

A extensão desse debate passou a ser feita na Constituinte

[...] de um lado pelo avanço em direção a uma Reforma Agrária ampla, geral e irrestrita, de outro pelo recuo cada vez maior na proposta reformista em marcha no governo Sarney. A chamada "bancada ruralista"²⁴, com o apoio declarado da UDR, venceu a batalha parlamentar, e a Constituição de 1988 passou a conter uma legislação mais reacionária do que o próprio Estatuto da Terra (OLIVEIRA, 2007, p.128).

A Campanha Nacional pela Reforma Agrária, composta por membros da Igreja, organismos de representação dos trabalhadores rurais na tentativa de viabilizar uma ampla reforma agrária perdeu força em relação à bancada ruralista e a influência desta no Congresso Nacional.

Na Constituição foi assegurado que a terra deve atender à sua função social – aproveitamento racional, utilização adequada dos recursos naturais,

²⁴ Bloco ruralista ou bancada ruralista é um termo comumente utilizado para designar uma frente parlamentar que atua em conjunto na defesa dos interesses ligados à propriedade fundiária e à agropecuária no Congresso Nacional.

preservação do meio ambiente, relações de trabalho de acordo com a lei. Além disso, afirmava que

[...] as desapropriações deveriam ser feitas mediante prévia e justa indenização em Títulos da Dívida Agrária (TDA), com cláusula de preservação real, resgatáveis em até 20 anos, a partir do segundo ano. Com isso, consolidou-se a tendência, dominante desde os anos 1970, mas que fora questionado em meados dos anos 1980 por meio da proposta do PNRA, de que a desapropriação fosse feita com base em valores de mercado (MEDEIROS, 2003, p. 40).

As áreas pequenas e médias, bem como as áreas produtivas não poderiam ser desapropriadas. Cinco anos mais tarde, a Lei Agrária regulamentou, por meio de uma legislação própria, que as desapropriações poderiam ser feitas em áreas com mais de 15 módulos fiscais (substituindo o termo latifúndio pela área da terra, calculado por módulos). Manteve a ambiguidade em relação às desapropriações e o cumprimento de sua função social, problemas estes para serem resolvidos em tribunais de julgamento. O papel do judiciário passa a ter um caráter importante para determinar despejos.

O debate da reforma agrária após a aprovação da Lei Agrária cresceu e formou-se um novo ciclo de debates por terra e desocupações. A década de 90 marca uma nova fase para a reforma agrária, de repressão aos movimentos sociais do campo, mas também no acirramento das contradições expostas pelo neoliberalismo implantado no Brasil. Nesse contexto, surgem diversos movimentos sociais no campo, como é o caso do Movimento dos Pequenos Agricultores.

CAPÍTULO 2 – O MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA)

As formas de resistência face ao modelo de produção existente se expressam na sociedade, principalmente, por meio dos movimentos sociais. No entanto, mais que isso, os movimentos sociais

[...] são acima de tudo uma bússola para a ação social, impulsionando o campo social para formas superiores de organização e buscando a institucionalização jurídico-legal das conquistas. Neste sentido, os movimentos sociais produzem efeitos que extrapolam o limite das demandas localizadas, ampliando e universalizando o campo formal do direito para todo o conjunto da sociedade. Mudanças institucionais devem à existência dos movimentos sociais a sua qualidade, estando intimamente atreladas à força transformadora destes (BEM, 2006, p.1138).

O movimento social precisa ser analisado a partir das condições econômicas, culturais e históricas, que variam de acordo com cada conjuntura e especificidade dos países (GONH, 2008). A construção da identidade do movimento social é móvel, varia de acordo com a conjuntura e as necessidade do movimento. Segundo GONH

[...] a identidade política dos movimentos sociais não é única: ela pode variar em contextos e conjunturas diferentes. E muda porque há aprendizagens, que geram consciência de interesses. Os sujeitos dos movimentos sociais saberão fazer leituras do mundo, identificar projetos diferentes ou convergentes, se participarem integralmente das ações coletivas, desde seu início, geradas por uma demanda socioeconômica ou cultural relativa, e não pelo simples reconhecimento no plano dos valores ou da moral (2008, p.444, 445).

Na América Latina, no contexto de ascensão do neoliberalismo, movimentos sociais emergiram a partir de uma diversidade de demandas “produzidas pelos receituários dos ajustes na região” (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p. 205). As contradições expostas pelos receituários neoliberais na América Latina suscitaram a presença de outros movimentos sociais que reativaram a luta de classes.

[...] outros movimentos sociais latino-americanos ocuparam o centro do cenário político na década de 1990

a partir de resistências contra as privatizações e os programas de ajuste estrutural. É nesse contexto que temos o incremento da resistência e da luta popular na América Latina, que abarca as mais diversas formas de protesto social- greves, interrupção de ruas e avenidas, piquetes, construção de redes nacionais, continentais e mundiais de movimentos populares [...] (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p. 206).

Muitos movimentos se organizaram a partir das reivindicações e lutas pela terra, água, fontes energéticas, integridade dos territórios indígenas, entre outras. Destacam-se neste contexto a emergência de movimentos como a Via Campesina, que surge em 1992, coordenando diversas organizações camponesas no mundo e que no Brasil são quatro: Movimento de Mulheres Camponesas; o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Há também o surgimento do Partido “Consulta Popular”, desencadeada principalmente pelo massacre de “Eldorado dos Carajás”²⁵. O MST, em 1997, articulou uma reunião com dirigentes que apoiavam o movimento para “contribuir no processo de enfrentamento da crise e articulação dos campos de esquerda. Esse encontro representou o marco de surgimento da Consulta Popular” (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p. 300). Também foi organizada nesse encontro a Marcha Popular pelo Brasil, com o objetivo de expressar e dialogar com a população sobre as consequências das políticas neoliberais implementadas no Brasil. A Marcha, que ocorreu entre os dias 8 e 10 de outubro, contou com a participação de 4 mil pessoas em direção à Brasília onde realizaram a 1ª Assembleia Nacional da Consulta Popular (CP), na qual consolidou a construção e as diretrizes da CP. Em 2007, a CP se torna um partido, porém sem institucionalizar, “sua tática política, portanto, não é a via eleitoral. Esse partido centra sua atuação política na articulação de lutas unitárias com os movimentos sociais, sindicais e partidos de classes subalternas” (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p. 300).

²⁵ O Massacre do Eldorado de Carajás foi o confronto entre a Polícia Militar de Carajás, cidade do Pará, e integrantes do MST em 17 de abril de 1996. O confronto ocorreu porque a PM foi enviada a BR 115, local onde os integrantes do MST realizavam um ato contra a demora na desapropriação de uma área que eles ocupavam na Fazenda de Macaxeira. A PM neste confronto matou 19 integrantes do MST.

No entanto, para se contrapor ao avanço dos movimentos sociais e garantir a ordem social, a burguesia utiliza diversas estratégias, desde a violência do Estado, como foi caso das bases militares norte americanas na Colômbia²⁶, como também o poder ideológico. Nesse contexto do plano ideológico, além do resultado objetivo da crise para o trabalhador, como o desemprego, precarização dos salários e trabalho, houve uma apologia ao subjetivismo e ao individualismo em contraponto as formas de solidariedade na ação coletiva (DURIGUETTO, MONTANO, 2011).

E, estando o campo brasileiro atrelado aos interesses do grande capital, da monocultura e de uma pequena fração da sociedade que detém os meios de produção no campo - os latifundiários - a condição de pobreza se acentua. Os movimentos sociais do campo fazem parte dessa conjuntura política e ideológico e é o MPA, movimento social que surge exatamente no contexto de ascensão do neoliberalismo no Brasil que vamos apresentar neste capítulo.

2.1 ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DO CAMPO PARA ALÉM DO PAPEL DOS SINDICATOS RURAIS: O SURGIMENTO DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES

O Movimento dos Pequenos Agricultores é um exemplo de movimento social do campo que surge em meio à condição de pobreza a que estavam sujeitos os camponeses no estado do Rio Grande do Sul. Em 1995 uma grave seca assolou a região e camponeses tiveram perda total de suas produções. Nesta situação de crise em 1996 um grupo de famílias se reuniu e iniciou a formação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Essas famílias perceberam que, na verdade, o maior problema não era necessariamente a seca, mas sim a ineficiência do Estado em políticas direcionadas ao campo e a ausência de atuação dos sindicatos rurais na negociação de acordos em prol dos camponeses. Os sindicatos, por sua vez, estreitavam suas relações com o Estado e distanciavam-se das demandas

²⁶ Para dar prosseguimento ao intento, o governo norte-americano criou, em 2000, o chamado Plano Colômbia, cujo objetivo era fornecer ajuda econômica e assessoria militar ao governo colombiano para combater o narcotráfico e, de quebra, a guerrilha. Na realidade, também havia outro grande interesse: aumentar a presença militar dos EUA na região, já que os "tempos esquerdistas" estavam retornando.

apresentadas pelos camponeses, que não se sentiam representados pela entidade sindical (SANTOS, 2012).

Com a seca que assolou a região e diante da omissão do Estado os camponeses se reuniram e acamparam no município de Celeiro/RS. O objetivo do acampamento foi alcançado no sentido de chamar a atenção das autoridades para o problema. No entanto, a resposta do governo foi “a desmobilização por meio da repressão, pela imprensa e pela violência” (SANTOS, 2012, p.144).

A experiência obtida com o acampamento foi importante por que

[...] deu diretrizes concretas para o entendimento de como deveriam seguir os pequenos agricultores. Desse modo pode-se inferir que o aprendizado com as mobilizações, formas de luta, decisões encaminhamentos, organização, busca de consciência política, entre outros aspectos, tornaram-se muito expressivos na concretização do momento posterior do movimento (SANTOS, 2012, p.146).

Esse acampamento marca o início do surgimento do movimento, no qual começaram a se estruturar em núcleos de base, cuja organização

Não é em município, nem a região, nem o sindicato e nem mesmo a comunidade: é um grupo de base de pequenos agricultores que se organizam para lutar e buscar conjuntamente alternativas para resistir na terra e mudar a sua vida. É a partir do grupo de base, envolvendo a vizinhança que se estrutura a organização do Movimento dos Pequenos Agricultores (GORGEN, 1998, p. 15).

É importante ressaltar que neste período o neoliberalismo se arraigava no Brasil por meio das ações do governo de Fernando Henrique Cardoso que estavam em consonância com as medidas de ajuste direcionadas pelo Banco Mundial e o FMI. A reforma agrária defendida pelos movimentos sociais foi uma pauta esquecida pelo governo e a concentração de terras para o cultivo de monoculturas se expandia no país, agravando a situação do agricultor camponês. Neste cenário político aliado a uma condição circunstancial da seca é criado o MPA. E, em 12 e 13 dezembro de 1997 o Movimento se oficializa (SANTOS, 2012).

O MPA surge então

[...] pela mobilização das famílias pela busca de melhores condições de vida no campo [...] que privilegiava/privilegia as grandes monoculturas para exportação e excluía/exclui os pequenos produtores do acesso à condição de produção, via investimentos públicos. Também nesse período, em outros estados brasileiros como Espírito Santo, Rondônia e Santa Catarina famílias de camponeses questionavam o papel de suas representatividades sindicais e discutiam uma nova forma de organização que respondesse às necessidades dos camponeses. (SANTOS, 2012, p. 147).

O início da construção do movimento também é formado por uma estrutura participativa forte, por meio de um trabalho de base que possibilite a formação política e a participação camponesa em todos os níveis. A chamada “base” é a presença do coletivo de camponeses na participação em todas as decisões e na condução diária do movimento. As lideranças são os representantes camponeses que atuam na direção política do movimento.

As lideranças do MPA, na sua maioria, são formadas por ex “sindicalistas e ex-militantes das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)” (TRÉS, 2011, p.38) que insatisfeitos com a postura dos sindicatos diante da grave crise que assolava a região do Rio Grande do Sul enxergaram no MPA um movimento que de fato representasse as demandas dos camponeses e de seu potencial e não como uma disputa com outras organizações rurais.

A luta inicial do Movimento, diante da crise, era pelo crédito emergencial, para assegurar que os camponeses permanecessem na terra. Mesmo com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, seu raio de atuação era, principalmente, para médios e grandes agricultores, não alcançando os pequenos camponeses. Logo, a luta foi também para aumentar o crédito existente pelo PRONAF e organizar o movimento contra o agronegócio que se instaurava no país, enfraquecendo o campesinato, expulsando-os de suas terras.

Com marchas, mobilizações e manifestações o movimento se apoia na construção de uma nova agricultura camponesa, em resposta ao modelo dominante de produção.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) contribuiu com a formação do Movimento dos Pequenos Agricultores por meio de uma “nova forma de trabalho e enfrentamento das situações vivenciadas no campo como

a luta direta das massas, a ocupação da terra, a visão de uma sociedade sem exploração e a organização de base” (SANTOS, 2012, p. 148).

O Movimento integra a Via Campesina uma organização internacional que reúne diversos movimentos sociais e organizações camponesas. “O seu principal objetivo é a construção de um modelo agrícola que promova uma sociedade mais justa, que alcance a soberania alimentar a partir dos trabalhadores e que busque constante equilíbrio com a natureza” (VIA CAMPESINA, 2014).

A Via Campesina surge oficialmente em 1993, na Bélgica, com a participação de 55 organizações camponesas de 36 países. No entanto, essa articulação entre as organizações e movimentos camponeses nasce fruto de diversas aproximações e processos de luta, como a Revolução Cubana e a Revolução Nicaraguense, Teologia da Libertação, no caso brasileiro, dentre outros.

[...] a articulação internacional de camponeses não é recente e faz parte da história das lutas dos trabalhadores. No caso específico da conformação da Via Campesina, destacamos a importante influencia do processo revolucionário cubano, da ação das CEBs e da teologia da libertação, assim como do processo revolucionário nicaraguense. Nestes, a solidariedade e a articulação internacional foram bases para a conformação da articulação internacional de organizações do campo, a Via Campesina. Pois diversos militantes e dirigentes que participaram de processos acima citados, são hoje militantes e dirigentes de organizações sociais partícipes da VCI. Dentre eles, mencionamos Egídio Brunetto, um dos seus fundadores (BATISTA, 2013, p.78)

Com a internacionalização do capitalismo no campo, as mudanças advindas do neoliberalismo, como a introdução de políticas de reforma agrária voltadas para o mercado e a intensificação do trabalho camponês, tornam-se propulsores para a organização da Via Campesina. Em 1990, no auge do neoliberalismo na América Latina, a integração dos movimentos sociais, por meio da CLOC (Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones Rurales) também foi um precursor para o desfecho da criação da Via Campesina, principalmente com a interligação dos movimentos sociais rurais da América Latina.

A Via Campesina, assim como o MPA, compreende o camponês como uma classe social que mesmo inserida no sistema capitalista apresenta

características próprias que a diferencia das demais classes por sua forma de trabalho e inserção no modo de produção.

O conceito camponês define um

[...] modo de vida que o diferencia nas mais diversas localidades do planeta, constituindo a partir de suas relações, formas distintas de produção que traduzem o seu entendimento de mundo e dessa forma a sua identidade, ou seja, apresentam características que lhe são próprias (SANTOS, 2012, p.149).

Assim, a compreensão do conceito de camponês, na conjuntura atual, apresenta-se como fundamental para conectar o MPA e a Via Campesina na luta conjunta e no enfrentamento ao modo de produção capitalista, que no campo se apresenta por meio do agronegócio.

Essas entidades também apontam para a necessidade de uma reorganização na produção e distribuição dos alimentos. O monopólio das organizações alimentícias tem como consequência a crise alimentar que assola diversos países. Esta crise está assentada

[...] em la monopolización corporativa del sistema mundial alimentario. Construido durante la última mitad del siglo pasado –principalmente con fondos públicos para subsidiar a los granos, ayuda oficial a la investigación y “desarrollo” internacional– el complejo agroalimentario está integrado por corporaciones multinacionales activas en los sectores del comercio, las semillas, los químicos y fertilizantes, grandes procesadoras y cadenas de supermercados (JIJON, 2014, p.51)

Os preços dos produtos agrícolas são especulados na Bolsa de Valores de Chicago e sofrem oscilações de preços que, muitas vezes, não correspondem ao valor real a que foram produzidos, com uma diferença que pode chegar a 418%. Nas operações cambiais, as grandes corporações transnacionais não esperam o tempo final do produto, podem comprar ou vender com um ano de antecipação, com valores que foram fechados no dia, aumentando assim os seus rendimentos monetários. Essa especulação e variação de preços atinge diretamente o pequeno agricultor camponês, pois

[...] cuando los precios internacionales son bajos (por ejemplo porque existe una sobreproducción) los ca - nales

de distribución son muy eficientes para transmitir a los pequeños agricultores la bajada del precio. El pequeño agricultor no tiene capacidad de retención de la producción y por tanto se ve obligado a vender al precio que impone el distribuidor (hay muchos más productores que distribuidores y la capacidad de negociación es baja) (GARCIA, RIVERA –FERRE, ORTEGA-CERDÀ, 2008,p. 30)

A distribuição dos produtos “también favorece el aumento de las fluctuaciones y la especulación sobre los precios, porque la distribución internacional de algunos de ellos de importancia básica está concentrada en muy pocas corporaciones que tienen un control oligopólico del mercado” (GARCIA, RIVERA-FERRE, ORTEGA-CERDA, 2008, p. 28). A cada estágio da cadeia alimentícia existem os monopólios que controlam o que produzir, quanto e como, empresas como Monsanto, Bunge e distribuidoras como Carrefour e Wal Mart, excluem qualquer possibilidade de negociação das produções campesinas.

Essas empresas em aliança com Estados, Bancos e Meios de Comunicação difundem a ideia de uma agricultura produtiva, que será capaz de acabar com a fome do mundo. A enorme quantidade de grãos produzidos, de fato, é a necessária para alimentar a população mundial, no entanto, este mercado abastece, principalmente, outros mercados, o de gado de corte e de biocombustíveis. Os alimentos “sean transformados de algo que alimenta a las personas y les asegura el sustento, en una simple mercancía para la especulación y los negocios” (GARCIA, RIVERA-FERRE, ORTEGA-CERDA, 2008, p. 28). Enquanto isso, “la realidad muestra que en este momento más de mil millones de personas en el mundo sufren hambre y desnutrición mientras que las corporaciones transnacionales siguen especulando con la alimentación pues su único objetivo es lucrar” (VIA CAMEPESINA, 2014).

Os países e Organizações Internacionais, diante deste cenário de crise e “insegurança” alimentar trabalham com o conceito de Segurança Alimentar, cujo propósito é a exportação de comida com preços baixos “para solucionar o problema da fome nos países pobres” (SANTOS, 2012, p. 119). Os movimentos sociais como o MPA e a Via Campesina questionam o conceito de Segurança Alimentar, que propõem garantir comida para a população, mas sem o conhecimento de onde e como é produzida, além do que se adequa

perfeitamente à lógica neoliberal, ao extrair o direito do camponês daquele país de produzir o seu próprio alimento. Em contrapartida, esses movimentos sociais trabalham com o conceito de Soberania Alimentar, como o direito de cada país produzir seu próprio alimento, com respeito à cultura alimentar de cada país. O camponês é o grande protagonista para garantir que o país produza com qualidade e variedade os alimentos necessários para a demanda interna. Desta forma, a importância do acesso a terra para o camponês se torna fundamental, “sem a qual os limites do conceito de soberania ficam completamente amarrados pelo sistema de mercadorias” (SANTOS, 2012, p.120). Ou seja, para alimentar a população interna do país e reduzir a fome por meio do cultivo de alimentos, é fundamental o seu acesso a terra.

A Soberania Alimentar, portanto, é um contraponto da Via Campesina e do MPA para o conceito de Segurança Alimentar, que visa diversificar a produção de alimentos, de maneira sustentável, sem agredir o solo, de forma a buscar o equilíbrio ambiental e sobretudo, que cada país produza seu próprio alimento e seja autossustentável. Além disso, busca-se na soberania alimentar uma forma alternativa de produção, em contraposição ao modelo adotado pelas grandes empresas. Admite-se o direito de produzir o seu próprio alimento, “vinculada à cultura e ao modo de vida do povo” (MPA, 2014). Para isso, é necessário romper com o capitalismo e com suas formas hegemônicas de produção de alimentos, prejudiciais a saúde e voltados para o lucro dos grandes monopólios.

O MPA apresenta-se como alternativa ao modelo dominante, com sua produção de alimentos saudáveis. Distingue-se das empresas multinacionais que representam o agronegócio por produzir

[...] suas próprias sementes, sejam aquelas consideradas básicas, como aquelas que apresentem variedade específica; há também um projeto de melhoramento genético em que é prevista a recuperação, a reprodução e o beneficiamento das raças com cruzamentos de animais comuns e os de raça visando à garantia da resistência e o aumento de carne e leite; outro ponto debatido é a adubação orgânica com utilização de fertilizante natural e plantas que promovam a recuperação do solo fazendo um trabalho in natura e minimizando o uso de adubos industriais (SANTOS, 2012, p.151).

Esta forma de produção ecológica faz com que o camponês desenvolva suas atividades de acordo com a realidade local, de forma sustentável. Ou seja, com baixo custo na produção e utilizando ferramentas existentes na própria propriedade, produz alimentos de acordo com o ambiente em que está inserido. A comercialização desses produtos também precisa ser de forma organizada, como feiras e mercados.

Na tentativa de alcançar esses objetivos, o Movimento propôs, em 2002, duas pautas estratégicas para expor seus principais desafios, frutos de debates, discussões e reuniões para criar condições para manter o camponês na terra. Essas pautas são divididas em dois eixos: Condições de Produzir e Condições de Manter e Viver na Terra.

No primeiro eixo: Prioridades no Enfrentamento dos Desafios para a Produção Agrícola do MPA - Condições para Produzir:

- Crédito Subsidiado para a Produção: é necessária uma linha de crédito especial para os agricultores no valor de R\$ 20.000,00 para serem pagos em 04 anos com juros de 2 % ao ano.
- Resolver o Problema de Endividamento dos Pequenos Agricultores: aos agricultores endividados com as políticas como o PRONAF, PROGER, etc, renegociá-las com as retiradas das multas e um prazo de 25 anos com juros de 2% ao ano.
- Assistência Técnica: Projetos de assistência mais próximos ao agricultor e mais ligados aos movimentos sociais.
- Preço dos Produtos Agrícolas: Uma política que garanta o preço mínimo dos produtos agrícolas sem a necessidade de importações de alimentos que podem ser produzidos no Brasil
- Seguro Agrícola: Implantação do seguro para garantir uma estabilidade na produção de alimentos diante das diferenças climáticas durante o ano.

No segundo eixo Prioridades no Enfrentamento dos Desafios para a Produção Agrícola do MPA – Condições para Morar e Viver

- Moradia
- Saúde, Previdência, Educação, Transporte e Energia.

Esses desafios foram pautas do II Encontro Nacional do Movimento, em 2003 que ocorreu em Rondônia, cujo lema era: ORGANIZAR, PRODUZIR e ALIMENTAR. A partir desse encontro, deu-se início a elaboração de um plano contrário às ações do Governo, principalmente na discordância do movimento em relação à defesa do conceito da agricultura familiar. Este conceito, por sua vez, está imbuído de uma lógica produtiva associada ao mercado, “sem apresentar qualquer conflito ou contradição em relação ao desenvolvimento capitalista” (MARQUES, 2008, p. 62). Para tanto, “uma proposta foi elaborada, cuja estrutura central é a defesa da agricultura pensada pelo camponês trazendo uma lógica diferenciada da agricultura capitalista que privilegia a monocultura” (SANTOS, 2012, p. 154). A proposta se transformou no Plano Camponês, apresentada à base do MPA do III Encontro Nacional do Movimento que ocorreu em Vitória da Conquista (BA) em 2010 cujo lema foi por SOBERANIA ALIMENTAR E PODER POPULAR.

O Plano Camponês concretiza a história do movimento, nas suas reivindicações e pautas de luta. Traduz a concepção dos camponeses sobre a realidade no campo e suas principais necessidades e bandeiras de luta.

2.2 O PLANO CAMPONÊS E SEUS PRINCIPAIS ASPECTOS.

O Plano Camponês tem como “objetivo articular um conjunto de ações numa estratégia de fortalecimento da Agricultura Camponesa, preservação do meio ambiente, produção de alimentos saudáveis e abastecimento popular” (PLANO CAMPONÊS, 2012). É um conjunto de ações que orientam a direção política, econômica, cultural e social do movimento, para uma alimentação saudável com qualidade de vida no campo.

O conceito de camponês é central na composição do Plano, pois o identifica como classe social e assume a lógica camponesa de olhar e pensar a realidade.

São sujeitos que tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta resolvem seus problemas reprodutivos à partir da exploração rural – extrativista, agrícola e não agrícola – desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que sobrevivem dessa com o

resultado dessa alocação (Costa apud PLANO CAMPONÊS, 2012).

O Movimento, portanto, recupera o conceito de camponês como sujeito social, histórico e político por meio de um projeto popular que tem o objetivo de pensar a realidade do campo a partir do que os camponeses querem e precisam para viver.

A figura abaixo apresenta os objetivos do Plano Camponês, cujos eixos são fundamentais para o desenvolvimento do campesinato e sua Soberania/Autonomia:

Figura 1. Estrutura do Plano Camponês do MPA.

Plano Camponês	Produção	Sistemas Camponeses de produção	sementes, oleaginosas, leite, agroflorestas, alimentos, adução verde e orgânica, etc.	
		Agro industrias	leite, mel, mandioca, café, óleos, erva mate, derivados da cana, embutidos e defumados	
		Desenhos Organizativos	grupo de base, associações, condomínios, cooperativas	
	Educação Formação	Escola	locais, contextualizadas, desenvolvimento local	
		universidade	nossa realidade, acesso aos camponeses	
		informal	reuniões, debates, práticas, dias de campo, etc.	
	Vida de Qualidade	moradia	casa, pomar, horta, sombra, jardim, auto estima	
		esporte	futebol, vôlei, bochas, etc.	
		cultura	teatro, musica, capoeira, mutirão, partilha, alimentos	
		lazer	festas, bailes, torneios, encontros	
		saúde popular	alimentação saudável, ervas, saneamento, etc.	
	Comunidade Camponesa	Elos Unific. Fator de Resistência	alguma estrutura comunitária	
			escola na comunidade	
			troca de dias de trabalho, mutirões	
	Soberania	Alimentar	comida é local, vinculada a cultura, modo de vida	
			produzir de tudo um pouco	
			sem veneno, buscando o equilibrio ambiental	
		Energética	Produção, controle e auto consumo de energia	
			Mudança na matriz energética	
			Biomassa, ventos, sol, biogás, etc.	
		Genética	Recuperar nossas sementes, raças e mudas	
			Buscar técnicas de recuperação, armazenagem e melhoramento	
			Divulgar as experiências já existentes	
Hídrica		Recuperar nossas nascentes		
	Implementar técnicas de coleta e armazenagem de água			
	Desenvolver pequenos sistemas de irrigação			
Territorial	Material e Imaterial	espaço de vida		
		espaço produção		
		espaço disputa		
Contradições	Agronegócio	Multinacionais		
		Latifundiários		
		Estado Brasileiro		

**MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES
ORGANIZAR... PRODUZIR... ALIMENTAR...**

Fonte: MPA, 2015.

Compõe o plano o chamado “Sistemas Camponeses de Produção”,

[...] um complexo arranjo entre cultivos, árvores, animais e o solo, que garantem a circulação de produtos e subprodutos entre si, de modo que aquele produto do cultivo que não é usado para consumo familiar e nem

comercializado se transforma em alimento para os animais, que por sua vez produzem alimentos para a família, o mercado, o solo e outros animais. Nessa forma de produção nada se perde, tudo tem uma utilidade (PLANO CAMPONES, 2012, p.14).

Para a efetivação dos Sistemas Camponeses de Produção é necessário uma quantidade de agroindústrias, que são as farinheiras, o engenho, o forno à lenha, dentre outros para que os alimentos sejam processados.

Nesse tipo de sistema que utiliza técnicas tradicionais, não há a utilização de insumos externos e nem de fertilizantes artificiais, tudo é feito com o que há na propriedade e toda a família é envolvida na atividade, desde a criança no cuidado com os animais, até os adultos no trabalho nas agroindústrias.

O Território Camponês também é de fundamental importância para a espacialização e construção do Poder Popular, no enfrentamento do agronegócio e na vivência das ações cotidianas. Portanto, a produção do agricultor camponês está ligada ao seu território “inclusive porque está implícito o conceito de soberania, de condução de sua própria forma de vida e de sua liberdade” (SANTOS, 2012, p. 156). Assim, a posse do território é estratégica para a negação do capital, da monocultura e de práticas destrutivas.

A construção do Projeto Popular é estratégica para o movimento na conscientização por uma sociedade justa e igualitária, no sentido da autonomia do trabalhador. Isso para o movimento é fundamental para a sua soberania e para a conquista de um movimento independente.

Outro ponto incluído no Plano é o tema da Agroecologia. O Movimento entende que a

[...] agroecologia representa uma base científica e técnica para qualificar os sistemas camponeses de produção, eliminar o uso de agrotóxicos, superar as cadeias produtivas, construir a soberania alimentar, proporcionar autonomia das famílias camponesas e fazer enfrentamento ao agronegócio. Assim para o MPA a agroecologia tem um significado produtivo prático, mas também um significado político e ideológico, fazendo parte da luta de classes no campo e na cidade (PLANO CAMPONES, 2012, p.16).

Para tanto, existem alguns princípios que orientam os caminhos para um cultivo agroecológico, que são produções que respeitam o ecossistema;

produções de alimentos saudáveis que respeitem a vida no campo e na cidade; produções que tenham uma circulação de produtos de forma simples, já que as relações realizadas na produção e circulação não tem o objetivo de obter lucro; também fazem o enfretamento ao agronegócio e a monocultura; e por fim fortalecer a cultura local com práticas agrícolas tradicionais que se relacionam com a prática camponesa (PLANO CAMPONÊS, 2012).

A Soberania Alimentar também faz parte do Plano Camponês e é entendida pelo movimento como um

[...] um direito dos povos, nações ou uniões de países, definirem suas políticas agrícolas e alimentares sem nenhuma interferência de terceiros, rodudir, a proteção e regulação da produção nacional agropecuária, bem como de práticas de mercado como o dumping, de excedentes agrícolas e importação a baixos preços (PLANO CAMPONÊS, 2012, p.20).

A proposta do movimento é produzir alimentos saudáveis, diversificados com respeito à natureza e a saúde humana com práticas locais que fortaleçam a ligação do campo com a cidade (PLANO CAMPONÊS, 2012).

Para a efetivação da soberania alimentar é necessário a combinação de dois fatores, que são

os sistemas camponeses de produção que envolve e fortalecem a produção de sementes, oleaginosas, leite e alimentos em geral, agroflorestas, adubação verde e orgânica, e as agroindústrias que relacionam os produtos fabricados a partir da produção que necessitam de processamento para serem comercializados, como os derivados do leite, óleo, erva mate, derivados da carne e da cana (PLANO CAMPONÊS, 2012, p.20).

Portanto é por meio da Soberania Alimentar que os camponeses poderão continuar com suas práticas ecológicas e sustentáveis de produção beneficiando assim, a natureza e a alimentação de toda humanidade.

Há também os eixos estruturantes contidos no Plano que são subdivididos em: **produção** que abarca a produção com qualidade, o respeito à natureza e por fim alimentar o povo trabalhador; **educação e formação** em que estas devem se estender a todos os camponeses, com escolas locais e conteúdos baseados na região em que vivem, respeitando os ensinamentos passados e recorrendo

a formação universitária partindo da lógica do camponês, e não do agronegócio. A educação informal também é importante, por meio da interação entre os camponeses no repasse de valores e práticas; **comunidade camponesa** na qual se tenha locais comuns, para estreitar e fortalecer a comunidade como igrejas e campos de futebol; **soberania** que abrange a soberania alimentar, energética e hídrica, pois para o movimento a soberania é a base para a construção de povos livres.

E, por fim, a **vida e qualidade** que engloba o esporte, lazer, saúde e moradia para uma vida no campo com qualidade e garantida de direitos. É importante ressaltar que a moradia foi discutida desde o surgimento do movimento, conforme descrito no Plano

O MPA nasce discutindo a pauta da vida de qualidade e o debate da moradia está presente desde a gênese da organização, que a partir de muito esforço e mobilização dos camponeses, iniciamos em 2001 os primeiros projetos de moradia camponesa da história do Brasil. De lá para cá, seguimos consolidando essa conquista nos estados brasileiros, proporcionando a mais de 10 mil famílias camponesas o direito a um espaço digno de reprodução da vida (2002, p. 24).

O movimento, portanto, define suas pautas e a forma de agir conforme ocorrem mudanças na conjuntura. Na sua organização, o movimento, “procura-se adotar o método prática-teoria-prática” (COSTA, 2011, p. 152) apontando primeiro o caminho e depois adotando a teoria para seguir no caminho.

2.3 REIVINDICAÇÕES, FORMAS DE LUTAS E ORGANIZAÇÃO

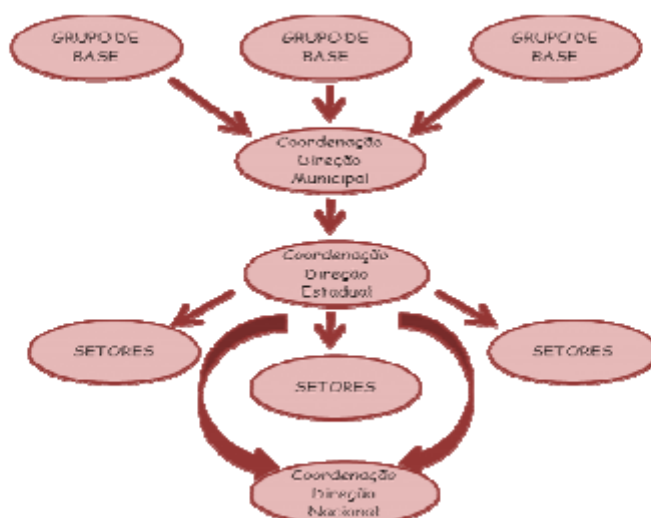
O MPA surge como relatado, por meio do enfretamento dos camponeses à situação de seca que assolava a região do Rio Grande do Sul. E,

[...] ao nascer, ele não era sindicato, partido político, nem apêndice da Igreja (CPT), nem prolongamento da CUT-Rural, nem se confundia com as missões políticas do MST. Ele nasce segundo a executiva do MPA, com tarefas políticas determinadas, para resistir na terra, lutar por crédito subsidiário como forma de organizar os camponeses e aumentar a capacidade de resistência; defender a agricultura camponesa [...] (CADONÀ, 2004, p.121, 122).

O movimento se define como “[...] um movimento social autônomo, de massa, organizado e dirigido pelos Pequenos Agricultores” (MPA, 2000, p.4). Tem como característica a mobilização e lutas prolongadas, com o forte envolvimento da base. Esta, por sua vez, é fundamental no protagonismo da transformação da sociedade. As mobilizações, passeatas, projetos não se desenvolvem sem a participação da base. No entanto, é necessário orientá-la, educá-la e organizá-la (MPA, 2014). O desenvolvimento ocorre na atuação nas mobilizações, passeatas e demais instâncias. Assim, “[...] o MPA tornou-se um diferencial paradigmático, pois a formação, direção, o sentido do projeto, construído enquanto se caminha, norteiam suas práticas e compromissos” (CADONÁ, 2004, p. 129). O movimento se estrutura a partir da sua base, na qual formam os grupos de base “como mote organizador do MPA” (p. 55), São famílias organizadas, próximas umas as outras, numa vizinhança que subsidiam a coordenação municipal com as principais demandas da base. As coordenações, segundo COSTA

[...] são compostas por 03 três indivíduos sendo um jovem, uma mulher e um homem. Formando assim, a coordenação/direção municipal, seguida pela coordenação/direção estadual, e a coordenação/direção nacional. Das coordenações/direções estaduais emergem os setores que têm como objetivo aprofundar temas mais específicos como: produção, auto-sustentação, educação, moradia, ampliação do movimento, projetos e formação (2011, p.56).

Figura 2. Fluxograma da estrutura do MPA.



Fonte: Costa, 2011.

Por meio das reuniões, manifestações, caminhadas, ocupações é que se desenvolve o caminhar próprio de cada grupo.

Ao integrar os grupos do MPA, os agricultores entendem os seus direitos e passam a buscar os mesmos. Informam-se sobre os problemas sociais, conquistam vantagens econômicas e, com isso, atraem mais famílias. Adquirem, na luta, a consciência de que só uma classe organizada consegue atingir os seus objetivos. Os grupos oportunizam solidariedade, companheirismo, compreensão, valorização do trabalho, diversificação e melhoria das propriedades (CADONÀ, 2004, p. 117).

Ao longo da história do movimento, as lutas se fizeram por meio de passeatas, reivindicações, pressão sobre os governos, reuniões, ocupações. Segundo o entrevistado 3 *“um dos principais objetivos do movimento é a qualidade de vida no campo. Essa é uma bandeira de luta nossa”*. Para tanto, ter qualidade de vida no campo envolve uma série de questões, como saúde, habitação, recursos financeiros para trabalhar na terra e produzir alimentos de qualidade. Por isso, o movimento segue atuando em diversas campanhas, como a Campanha do Agrotóxico, das Sementes Crioulas, da Agroecologia. Segundo o entrevistado 1

[...] essa questão da campanha dos agrotóxicos, do combate aos agrotóxicos, é uma luta que nos lançamos em 2009 e depois em 2010, reafirmamos no nosso encontro nacional na Bahia e de lá pra cá se transformou num debate nacional dentro dos movimentos camponeses. Hoje também temos uma boa reflexão junto com o movimento das entidades urbanas, entidades que estão muito preocupadas com esse processo. Uma outra coisa que a gente tem também alegria de ter acertado na ação. Além de uma outra coisa muito central e importante que é a recuperação das sementes crioulas. Hoje nós temos, o MPA do Brasil, nós temos a maior Cooperativa de produção e comercialização de semente crioula, que é a “Oestebiu”, lá de Santa Catarina, a sede dela é em Santa Catarina. E é um trabalho também muito importante, porque produzir alimentos sem sementes, depender das sementes híbridas ou transgênicas nos não vamos produzir alimentos de qualidade. Então recuperar as sementes crioulas isso pra nós é determinante. Isso vai definir o que você vai comer amanhã alimentar amanhã

né. Então é uma outra política que a gente tem trabalhado muito nela e muito importante para essa questão, das nossas gerações por alimento saudável.

Por meio desse enfretamento, o movimento caminha no embate ao capital, que se expressa nos grandes monopólios de sementes, e mais recentemente das sementes transgênicas, com intuito de realizar uma luta que garanta ao movimento autonomia na sua produção de alimentos com qualidade.

A utilização de insumos e agrotóxicos na lavoura iniciou-se a partir da Revolução Verde, que chega ao Brasil no período do governo de Juscelino Kubitschek, mas é na ditadura militar, com a disponibilização de crédito pelo Estado para acesso ao conjunto dessas medidas é que se intensificou o consumo. Esse panorama se estende até os dias atuais, com índices alarmantes, sendo o Brasil o “maior consumidor de agrotóxicos do mundo, componente que representa 35% do veneno derramado na agricultura” (MST, 2015). A utilização desses produtos agrícolas amarraram o agricultor às empresas transnacionais (Monsanto, Bayer, Dupont, Basf) e criaram uma dependência da sua utilização. Portanto, promover a possibilidade que o próprio movimento produza suas sementes significa romper com uma dependência ao capital, principalmente no que se refere a continuidade do MPA na produção de alimentos orgânicos. Essa ação faz parte da campanha da Via Campesina com o tema “Sementes: Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade” na construção de uma Soberania Genética. E, além da Soberania Genética, o movimento também acredita na soberania Energética, Hídrica e Alimentar,

[...] a questão energética refere-se à produção, controle e auto consumo de energia buscando uma matriz energética (vento, sol, biomassa) que provoque menores desgastes à natureza [...] A Soberania Hídrica envolve a recuperação das nascentes (SANTOS, 2012, p. 160).

Com essas pautas e bandeiras de luta o movimento se expande no Brasil. Atualmente está organizado em 17 estados brasileiros: no **Nordeste** em: Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe; no **Centro Oeste**: Goiás e Mato Grosso; no **Sudeste**: Espírito Santo e Minas Gerais; no **Norte**: Pará e Rondônia e no **Sul**: Paraná, Rio Grande do Sul

e Santa Catarina. No próximo item vamos descrever o surgimento do MPA no estado do Espírito Santo.

2.4 Os Alicerces do MPA no Espírito Santo

O surgimento do MPA no Estado acompanha o que ocorreu no Brasil, ex-sindicalistas, insatisfeitos com a postura dos sindicatos frente às demandas dos camponeses começam a se organizar para organizar o MPA. Segundo o entrevistado 3

[...] nós com um grupo nacional decidimos discutir uma outra forma de fazer luta porque a forma que o movimento sindical tava atuando frente ao estado não resolvia o problema dos agricultores camponeses. Então nos aí tivemos a ideia de organizar o povo e botar o povo na rua e negociar com o governo. Por que antes, os dirigentes sindicais diziam pro povo ficar em casa e que eles iam resolver o problema junto com o governo. E aí resolviam mais na forma de negociata de interesses de diretor e de governo. Então ai começou, em 1996 começou discutir e ai em 1997 nos já formamos um grupo nacional, uma coordenação nacional mínima. Em 1998 nós começamos aqui no Espírito Santo organizar as famílias em torno do crédito Pronafinho que se dizia, Pronaf Social, foi um dos primeiros passos dados nessa nossa forma de fazer luta do MPA. Foi a conquista de R\$1.500,00 reais para investimento como um crédito emergencial da seca do Rio Grande do Sul, e que depois se expandiu para o Brasil inteiro. E de lá pra cá eu continuei atuando no movimento sindical até 2000 e em 2001 eu não fiquei mais nas instâncias dos sindicatos e passe a ajudar na organização do MPA no Espírito Santo e no Brasil. Então em 1998 nos começamos a organizar o grupo aqui em cinco municípios: São Gabriel da Palha, São Mateus, Vila Valério, Águia Branca e Agua Doce do Norte. Foram cinco municípios que começamos e depois foi expandido e hoje tamo em 32 municípios. As primeiras ações concretas que nós fizemos aqui foi no início de 1998, no primeiro semestre, quando nós arrancamos o primeiro Pronafinho que não existia , então foi a primeira ação nossa em 1998 depois 1999 continuou, multiplicou, ampliou, ai veio 1999 pra 2000 nós conseguimos um Pronaf investimento na área de ate R\$ 4.000,00 para cada família, que era R\$1.500,00 e elevamos para R\$ 4.000,00 os juros que era 8, 9% ao ano nos trouxemos para 3% ao ano. Então, foi um momento assim de muita organização política, no estado e no Brasil do movimento e que a gente conseguiu dar passos concretos.

As primeiras reuniões para o surgimento do MPA ocorreram em 1998, em São Gabriel da Palha com a presença de camponeses de municípios como

[...] Águia Branca, Vila Valério, São Mateus e São Gabriel da Palha. A convite da liderança estava presente um dos idealizadores do MPA no RS, o Frei Sérgio Görden, da Comissão da Pastoral da Terra - CPT do Rio Grande do Sul, informando que, com a proposta de organização e de luta, o MPA tinha recém nascido no Sul - RS e no Norte de RO. Com adesão de 100% dos participantes à criação do MPA no estado, a primeira discussão, em nível regional, foi um sucesso. Tanto foi bem sucedida que, nesta data, já se formou uma coordenação provisória para dar prosseguimento à Organização (COSTA, 2011, p. 60).

Em 2000 ocorre o Primeiro Encontro Estadual do MPA, que teve a participação de mais de 100 pessoas. No mesmo ano, 48 camponeses participaram do Primeiro Encontro Nacional do MPA, que ocorreu em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul com objetivo de refletir e aprovar os objetivos centrais do movimento. Em 2003, no 2º Encontro Nacional do MPA, em Rondônia, a participação dos camponeses do Espírito Santo também se fez presente para debater a organização e as bandeiras de luta do MPA (COSTA, 2011).

O movimento está presente em 32 municípios, “com mais de duas mil famílias camponesas na sua base” (TRES, 200 p.39). A sede do movimento funciona em São Gabriel da Palha.

Em São Gabriel da Palha funciona o Mercado Popular de Alimentos, local em que

[...] os camponeses vendem diretamente sua produção para os consumidores sem passar por nenhum atravessador. É um espaço de contato direto do camponês que produz e das pessoas que compram. A intenção é criar uma relação de parceria com os consumidores urbanos, que poderão ter a certeza de um consumo de alimentos sem agrotóxicos, produzidos por famílias camponesas. O mercado popular de alimentos se apresenta como um vínculo, uma nova possibilidade de relacionamento entre a classe trabalhadora do campo e da cidade (MPA, 2015).

O Mercado Popular surge em 2011, com a participação do Governo do Estado cedendo o espaço para o funcionamento do mercado, com a Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (Seag) contribuindo financeiramente com a reforma e também a parceria estabelecida com o

Governo Federal, via Ministério do Desenvolvimento Agrário para a compra dos equipamentos. Além disso, a base do MPA, por meio de mutirão, foi fundamental ao fornecer mão de obra para a reforma do espaço (MPA, 2015).

Figura 3. Foto do mercado popular de alimentos.



Fonte: MPA.

O Mercado conta com participação de 200 famílias camponesas de 05 municípios vizinhos que entregam seus produtos como hortaliças, verduras, pães, doces, carnes. Esta ação se mostra como uma alternativa à monopolização da distribuição alimentícia vigente. Neste espaço, o camponês recebe uma parte do valor da sua mercadoria e uma pequena porcentagem é voltada para a manutenção do Mercado.

O MPA também participa na entrega das cestas com alimentos agroecológicos e adquiridos por moradores da Grande Vitória. A parceria conta com a participação da Associação de Geógrafos do Brasil (AGB) – Vitória, juntamente com o MPA, Coletivo Casa Verde²⁷ e Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia (NEPEA) da Universidade Federal do Espírito Santo. Segundo um dos líderes do movimento

²⁷ “Surge em 2009 na UFES o Coletivo Casa Verde, grupo que se propõe a divulgar, discutir e praticar a Agroecologia tanto dentro como fora da universidade, para jovens e adultos, principalmente no espaço urbano. O grupo foi formado por pessoas que estagiaram na APTA (Associação de Práticas e Técnicas Alternativas) e no EIV (Estágio Interdisciplinar de Vivência), e que se engajaram nesta causa, que além de ambiental, é política e social. O Coletivo Casa Verde tem um caráter militante, possui como objetivo levantar debates em torno da Agroecologia, como em relação ao que comemos, a produção, distribuição e o consumo de alimentos saudáveis, as monoculturas que se territorializaram no Espírito Santo, os discursos e as práticas do agronegócio, os movimentos sociais que se colocam frente a isto e que praticam a agroecologia, as demais organizações que se articulam em torno da agroecologia” (BOZA, ZANONI ano)

[...] temos como objetivo a aproximação entre a cidade e o campo, a partir da alimentação saudável, sem uso de agrotóxicos. Também objetivamos fortalecer a Campanha Nacional Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida no Espírito Santo, iniciada em 2011 e a luta por soberania e pela terra em nosso país, na defesa dos camponeses e povos tradicionais. Para além da relação de compra e venda, a cesta de alimentos agroecológicos é uma atividade que se propõe enquanto uma aproximação entre campo e cidade, além de promover a difusão da problemática do uso abusivo de agrotóxicos e da concentração fundiária em nosso país e Estado (AMBIENTIZE, 2015)

Há também as Barracas Agroecológicas, que ocorrem na UFES no IC2-Elefante Branco sob a coordenação do Núcleo de Estudos e Extensão em Agroecologia NEPEA e dos agricultores camponeses, do município de Domingos Martins. Essa articulação ocorreu em 2011, porém em 2012 passa a ser coordenado pela Incubadora Tecnológica de Empreendimentos da Economia Solidária. A Barraca é um local de articulação, troca e informação acerca do debate sobre agroecologia, comercialização e articulação do urbano com o rural. Segundo o Prof. André Michelato, articulador do projeto de extensão da UFES com o MPA, um dos objetivos da Barraca é sensibilizar a comunidade acadêmica, futuros profissionais, professores e técnicos administrativos para esse debate, que é a discussão não só de uma alimentação saudável, mas também do modelo de produção que a gente tem hoje no rural (informação verbal).

No final de 2002 o MPA, junto com o Governo Federal e Estadual, conquista a disponibilização de crédito para a construção de moradia popular para o campo. Esse foi o primeiro passo para a efetivação posterior de um programa habitacional específico para o campo, o PNHR. No próximo item vamos apresentar o início dessa conquista para o MPA do Espírito Santo.

2.5 PAUTA DE REIVINDICAÇÃO DA MORADIA POPULAR

A habitação é parte fundamental de uma das principais bandeiras de luta do movimento, que é a qualidade de vida no campo e permanência das famílias com dignidade. Representa uma conquista para o MPA frente ao modelo econômico voltado para a burguesia agrária, pois ao permanecer no campo,

com moradia de qualidade, o camponês cria maiores possibilidades para produzir alimentos e permanecer na luta cotidiana. O Movimento foi um dos pioneiros na discussão com o Estado da necessidade de um programa habitacional específico para os agricultores camponeses.

Segundo o MPA,

[...] muita luta, caminhadas e mobilizações foram necessárias para pautar o governo sobre a necessidade de se garantir uma moradia digna à classe camponesa. A mobilização dos camponeses e camponesas em frente à Caixa Econômica Federal em Porto Alegre – RS, em 1998, foi um marco da luta. Em 2002, após quatro anos de intensas lutas e reivindicações, o movimento conquistou o primeiro Projeto Piloto de Habitação Rural no Brasil, que garantiu a construção de 2032 casas no estado do Rio Grande do Sul. Com a realização do projeto, o MPA ganhou vários prêmios nacionais e internacionais pelo êxito do programa (MPA, 2014).

O projeto piloto que ocorreu no Rio Grande do Sul, incentivou o movimento em outros municípios a também iniciarem a negociação e implementação do projeto nos seus estados. No Espírito Santo o projeto piloto ocorreu em 2004, em parceria com o governo estadual, com a construção de 70 unidades habitacionais. Os municípios atendidos foram: Águia Branca, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha, São Mateus e Vila Valério. O total dos recursos, para cada família, foi de R\$ 6.300,00 sendo R\$4.500,00 do governo federal e R\$ 1.800,00 do governo estadual (TRÉS, 2011).

O segundo projeto, a partir do resultado positivo do primeiro, ocorreu em 2005 com a construção de 150 moradias. Os recursos foram superiores, totalizando R\$ 7.000,00, sendo R\$ 4.500,00 do governo federal e R\$2.500,00 do governo estadual. O terceiro ocorreu em 2006, com recursos de R\$ 8.000,00, R\$ 6.000,00 do governo federal e R\$2.000,00 do governo estadual e a Prefeitura de São Mateus. Teve também a participação da Prefeitura de Pancas, com a destinação de R\$500,00 para as casas do município. A quantidade de cidades atendidas também aumentou: Água Doce Do Norte, Águia Branca, Apiacá, Baixo Guandu, Barra de São Francisco, Boa Esperança, Bom Jesus do Norte, Conceição da Barra, Domingos Martins, Ecoporanga, Fundão, Governador Lindemberg, Jaguaré, Linhares, Montanha, Nova Venécia, Pancas, Pedro Canário, Pinheiros, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha, São José

do Calçado, São Mateus, Santa Teresa, Santa Maria de Jetibá, Vila Pavão, Vila Valério (TRES, 2011).

O quarto projeto realizou-se nos anos de 2007 e 2008 com recursos de R\$10.600,00, quase o dobro comparado ao primeiro projeto sendo R\$6.000,00 do governo federal e R\$4.600,00 do governo estadual. A prefeitura de Governador Lindenberg destinou para R\$3.000,00 para a construção de moradias na cidade. Foram 200 moradias construídas nos seguintes municípios. Água Doce do Norte, Águia Branca, Pancas, Colatina, Ecoporanga, Barra de São Francisco, Linhares, Sooretama, Rio Bananal, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha, Governador Lindenberg e Vila Valério.

O quinto projeto ocorreu em 2008 e 2009 com a construção de 81 moradias nos seguintes municípios: Domingos Martins, Santa Maria de Jetibá, Afonso Claudio, Fundão, Santa Teresa, Baixo Guandu, Nova Venécia e Vila Pavão. Os recursos foram de R\$11.000,00, com R\$6.000,00 do governo federal e R\$5.000,00 do governo estadual (TRÉS, 2011).

Em 2010 e 2011 o sexto projeto se inicia com as regras em vigor do PNHR. O governo do estado em parceria com a Caixa e com a Apagees/MPA por meio do Projeto Habitação Rural, que faz parte do Programa Vida no Campo, coordenado pela Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (Seag) disponibiliza recursos de R\$ 8.000,00, para cada família, para a construção de 500 unidades habitacionais. O governo federal destinou o valor de R\$ 12.600,00, para municípios de até 20 mil habitantes e R\$15.600,00 para municípios com mais de 20 mil habitantes. O beneficiário pagava o valor de 4% do subsídio federal, dividido em 04 parcelas anuais O movimento conseguiu executar 499 moradias nos seguintes municípios: Água Doce do Norte, Barra de São Francisco, Ecoporanga, Vila Pavão, Águia Branca, Pancas, Colatina, Baixo Guandu, Laranja da Terra, Itaguaçu, São Domingos do Norte, Governador Lindenberg, Fundão, Santa Teresa, Santa Maria, Domingos Martins, São José do Calçado, Apiacá, Linhares, Sooretama, Jaguaré, Vila Valério, São Gabriel da Palha, São Mateus, Nova Venécia, Boa Esperança, Pinheiros, Montanha, Pedro Canário e Ponto Belo (TRÉS, 2011).

O movimento até 2015 está alcançando uma média de duas mil unidades habitacionais no estado. No entanto, o déficit habitacional no campo do Espírito Santo está por volta de 20 mil e a continuidade do programa é vista pelo movimento não apenas como uma possibilidade de reduzir esse dado, mas para que seja uma propulsora na criação de novas políticas públicas que permitam assegurar a permanência do camponês no campo com qualidade de vida. Segundo o entrevistado 3,

[...] eu acho que ele te ainda uma longevidade, talvez o programa de habitação rural camponesa seja uma das políticas públicas que o governo vai manter, ao mesmo tempo porque é uma política pública relativamente assistencialista, na nossa concepção e que não passa na estrutura produtiva, ou seja, a gente tem facilidade de pegar recurso público e beneficiar uma família na sua propriedade, através do PNHR, uma facilidade entre aspas, você consegue através do PNHR transferir recurso público dentro da unidade de produção, por meio da moradia, mas você não consegue, por exemplo, estruturar uma agroindústria dessa forma, ou seja, a casa ela é importante é, muito, mas a agroindústria ela é estrutural, a família ganha muito mais autonomia. Ela ganha muito mais perspectiva, então isso eu não consigo fazer, nós não temos programas que não permite. Então quando ao PNHR, eu acho que ele vai continuar existindo, mas para ele continuar existindo nos temos que pressupor que vamos ter que ter famílias no campo pra serem beneficiadas e pra ter famílias no campo, não da pra ter apenas uma casa. Eu tenho que ter um conjunto de medidas que me permitem morar no campo. Eu tenho que ter escola, eu tenho que ter estrada, eu tenho que ter energia, eu tenho que ter máquina, eu tenho que ter estruturas de lazer, estruturas de produção. Então só a casa não vai resolver o meu problema. Pra continuar existindo, os movimentos sociais e o Estado têm que acreditar que são necessárias outras políticas pra estruturar a agricultura camponesa de fato, pra continuar a ter família no campo. Que só a casa não assegura que essa família continue no campo.

A continuidade do camponês no campo, conforme a fala do entrevistado perpassa por um conjunto de medidas que possibilite a sua permanência. No entanto, para que essas condições sejam implementadas, esbarram-se com os interesses do capital e nessa dinâmica capitalista,

[...] reforça as tendências seculares de sobre-exploração da população rural, de modo que enquanto as relações econômicas, sociais e políticas prevalentes no campo não forem alteradas, é impossível proporcionar à imensa parcela da população rural marginalizada do mercado agrícola meios efetivos de se tornar um produtor eficiente (SAMPAIO, 2013, p. 93)

Portanto, nessa luta de classes, os obstáculos econômicos, sociais, políticos para as relações necessárias do desenvolvimento do camponês não veem outra saída senão se organizar e lutar por um novo modelo de agricultura. A derrota da proposta de reforma agrária no debate da década de 1960 e o desenvolvimento do binômio modernização do campo conjugado com arcaico, de uma estrutura baseada no latifúndio e na monocultura acarretou um grande contingente populacional vivendo no campo em condições precárias. Na década de 1990 isso se acentuou, principalmente pela financeirização da economia e seus impactos para o camponês. No próximo capítulo, vamos descrever tais mudanças e o papel do Estado na condução dessas transformações.

CAPÍTULO 3 DA DÉCADA DE 1990 AO GOVERNO LULA: AGRONEGOCIO E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O RURAL

3.1 IMPACTOS DA DÉCADA DE 1990 PARA O RUMO DA POLÍTICA AGRÁRIA

A década de 90 foi marcada pela consolidação e hegemonia do neoliberalismo na América Latina, com uma economia mundial financeirizada sem limites. Na América Latina, essa reconfiguração econômica ocorria de forma intensa, com a vitória de governos “comprometidos firmemente com a implementação da agenda neoliberal” (PEREIRA, 2006, p.14). É importante observar que o neoliberalismo implantado “[...] se definiu claramente de forma *ex-post*, isto é, como resultado da luta de classes (FILGUEIRAS, 2006, p. 180)”, ou seja, o projeto neoliberal foi alicerçado na América Latina de diferentes formas e de acordo com as especificidades de cada país.

O Brasil foi o último país a cumprir com a “tarefa” de implementar o neoliberalismo. Segundo Filgueiras, isso ocorreu pela disputa interna entre

[...] diversas frações do capital, até então presentes do moribundo Modelo de Substituição de Importações e, de outro, à intensa atividade política desenvolvida pelas classes trabalhadoras na década de 80 – que se expressou entre outros eventos, na constituição do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT) e na realização de cinco greves gerais entre 1983 e 1989 (2006, p. 181).

No entanto, a eleição de Collor de Melo, unificou as diversas frações do capital e mesmo que contra a sua vontade na busca da efetivação do projeto neoliberal, as classes dominantes, diante da ameaça da perda de controle político e econômico pela mobilização da classe trabalhadora e a ameaça da vitória de Luis Inácio Lula da Silva, apoiou um “Partido minúsculo e inexpressivo politicamente” (NAKATANI; OLIVEIRA, 2010, p. 24) o Partido de Renovação Nacional (PRN) para a vitória de Collor em 1989. O único candidato que, segundo as pesquisas eleitorais, poderia derrotar a candidatura de Lula em um segundo turno.

A vitória deste projeto significou uma reconfiguração das frações de classe e a construção de um novo modelo econômico para o país, baseado numa “[...] transnacionalização dos grandes grupos econômicos nacionais e seu fortalecimento no interior do bloco dominante, além de exprimir [...] a fragilidade do Estado e a subordinação crescente da economia brasileira aos fluxos internacionais [...]” (FILGUEIRAS, 2006, p. 183). Nesse novo bloco econômico, o capital financeiro - representado principalmente pelos fundos de pensão, de investimento e também pelos bancos internacionais - subordina outros grupos econômicos, não financeirizados, mas que tem no seu processo de acumulação ligações com a especulação como o agronegócio, indústrias, comércio ou serviços.

Cabe ressaltar que embora muitas organizações e frações do capital não necessariamente atuem diretamente no processo de financeirização, beneficiam-se dessa lógica, uma vez que ganham com a especulação e, principalmente, com o financiamento dos títulos da dívida pública da União, por meio das elevadas taxas de juros (FILGUEIRAS, 2006)

Como aliado para implementação do projeto neoliberal no Brasil, a classe média alta²⁸ cumpriu um importante papel neste processo, uma vez que “se beneficiou com a ‘farra das importações’ e também com as altas taxas de juros e que, ao descobrir os padrões de consumo próprios dos países desenvolvidos, e a ele ter acesso, se deslumbrou e se sentiu incluído no primeiro mundo” (FILGUEIRAS, apud FILGUEIRAS, 2006, p. 185). Essa parcela da população é contrária a qualquer aproximação com o modelo de Estado de Bem Estar Social implementado na Europa, rejeitando ser a principal financiadora desse Estado, por meio dos altos impostos. Desse modo, o projeto neoliberal, “[...] embora não contemple organicamente os interesses das classes trabalhadoras, o seu discurso doutrinário tem se afirmado de forma ampla na sociedade [...]” (FILGUEIRAS, 2006, p. 185) enfatizando um novo discurso ideológico predominante no Brasil.

A participação do Estado é de fundamental importância para a consolidação do neoliberalismo. A desregulamentação

²⁸ O autor entende que a classe média alta é composta por executivos de empresas, certos segmentos profissionais liberais, a alta burocracia governamental, uma nova intelectualidade identificada com os valores e hábitos forâneros e um pequeno grupo de consultores e trabalhadores autônomos (FILGUEIRAS, 2006).

[...] com a quebra de monopólios estatais em vários setores da economia juntamente com o processo de privatização das empresas públicas, reduziu bastante a presença do Estado nas atividades diretamente produtivas, fortalecendo grupos privados nacionais e estrangeiros dando origem a oligopólios privados, redefinindo a força relativa dos diversos grupos econômicos e enfraquecendo grupos políticos regionais tradicionais; além de permitir demissões em massa e enfraquecer os sindicatos (FILGUEIRAS, 2006, p.194)

As privatizações justificadas pela ineficiência do Estado foram intensificadas no governo de FHC e “se no governo Collor ocorreram 25 privatizações, na primeira gestão de FHC foram realizadas em torno de 80” (BOYADJIAN, 2010, p.296). Isso teve um forte impacto para a classe trabalhadora, pois parte dos que antes eram funcionários públicos passaram a ser regidos pela CLT, fragilizando os vínculos de trabalho, ou então foram demitidos e readmitidos por salários menores pelas novas empresas.

Assim, a fragilidade do Estado frente às movimentações financeiras e a “redução da sua capacidade de investimento e a perda de autonomia da política econômica, enfraqueceu- lhe a possibilidade de planejar, regular e induzir o sistema econômico” (FILGUEIRAS, 2006, p. 195). A desnacionalização da economia em favor do centralismo do capital, por meio dos BNDES, fundos de pensão e bancos estrangeiros são algumas das estratégias utilizadas em nome da estabilização dos preços utilizadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Deste modo, a dependência e vulnerabilidade não apenas econômica, mas também tecnológica do país é condição *sine qua non* para a reprodução do capital, pois é da “natureza do modelo neoliberal periférico a reiteração permanente dessa vulnerabilidade e fragilidade, como condição de reprodução do capital financeiro e, portanto, da sua própria reprodução” (FILGUEIRAS, 2006, p. 196).

Essa dependência ao capital financeiro internacional expõe o país a uma frágil competitividade, pois dependente de suas exportações para obter superávits comerciais, estas tornam-se decisivas para remunerar o capital financeiro,

dado a condição de uma economia periférica. Desse modo, as exportações²⁹, nessa conjuntura neoliberal periférica, assumem um papel estratégico, pois ao mesmo tempo em que “[...] reduzem a vulnerabilidade externa no curto prazo – através da diminuição ou mesmo eliminação do déficit em transações correntes do balanço de pagamentos” (FILGUEIRAS, 2006, p. 199) também acirram, do ponto de vista estrutural, uma economia atrelada ao ciclo internacional. Isso significa uma maior vulnerabilidade em longo prazo, além do que os produtos exportados possuem baixo valor agregado, provenientes na sua maioria da agricultura e de recursos naturais.

Assim, o capital financeiro,

[...] sob pena de colocar em risco sua remuneração – por falta de divisas -, tem que fazer concessões à política de exportação, à burguesia industrial e agrária, mas sem afetar no fundamental, seus interesses. Daí a implementação de uma política econômica que flutua entre, de um lado, a livre mobilidade de capital, taxas de juros elevadas, superávits fiscais primários elevados e crescente carga tributária e, de outro, a concessão de financiamentos à produção para exportação, taxa de câmbio desvalorizada, redução ou eliminação de impostos e juros menores ou subsidiados (FILGUEIRAS, 2006, p. 199,200).

Para operacionalizar as novas mudanças que ocorreram na América Latina, e em especial, no Brasil, um segundo estágio de ações neoliberais foram propostas pelas organizações multilaterais, em especial, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e Reconstrução, BIRD, no período de 1996-1998. A diretriz dessa mudança foi a defesa de ações que fossem além do Consenso de Washington, “um segundo estágio de “reformas estruturais” (PEREIRA, 2006, p.14), mantendo em curso as orientações econômicas anteriores. Quatro agendas de reformas foram postuladas:

²⁹ A natureza das exportações do Brasil é constituída principalmente de produtos de baixo conteúdo tecnológico – intensivos em trabalho e recursos naturais, em especial *comomodities* ou produtos associados à Revolução Tecnológica, ou seja, a complexidade da estrutura produtiva do país não se resume apenas em um tipo de produto. Há tanto uma “reprimarização das exportações (agronegócio e indústria de baixo valor agregado), quanto segmentos industriais típicos da Segunda Revolução Industrial, modernizados pelas tecnologias difundidas da Terceira Revolução Industrial (automóveis, petroquímica e aviões). Estes últimos integrados ou não em redes transnacionais e grandes grupos econômicos)” (FILGUEIRAS, 2006, p. 193).

[...] “complementariedade entre estado e mercado”, o abandono da idéia de estado “mínimo” em favor de um estado “eficaz”, a centralidade das “instituições” e o “combate à pobreza”. Com esse discurso, parte do núcleo da mesma coalizão de poder que havia impulsionado a reestruturação capitalista neoliberal tentava, agora, definir a direção e os parâmetros do debate legítimo sobre as alternativas à crise do neoliberalismo. Sem abandonar suas premissas teóricas fundamentais nem os interesses geopolíticos e de classe a que serve, o BIRD cumpriu o papel de principal formulador do itinerário a ser seguido pelos países periféricos (PEREIRA, 2006, p. 14,15).

A reforma do Estado consistia de transformações em vários eixos, como na

[...] quebra dos direitos dos trabalhadores do setor público; enxugamento e “racionalização gerencial” de todo funcionalismo público, por meio da adoção de novas tecnologias e formas de controle e concorrência do processo de trabalho já utilizadas no setor privado; expansão de todo tipo de arranjos “público-privados” para a execução de políticas públicas; reorganização do sistema escolar e do poder judiciário, mediante descentralização administrativa, padrões de remuneração por produtividade e adoção de formas de concorrência para captação de recursos; finalização do ciclo de privatizações de empresas e bancos públicos; reestruturação da seguridade social, aumentando o tempo de contribuição e abrindo espaço para fundos privados. (PEREIRA, 2006, p. 15).

A segunda diretriz formulada direcionou-se para o combate à pobreza, abdicando do termo “direitos universais”, foi postulada com o intuito de conter possíveis tensões sociais, com programas e projetos focalizados para a pobreza. A filantropia, junto com as ONGs, ganha espaço neste cenário e termos como participação social, capital social, autonomia forma remodelados para legitimar um novo modelo de políticas sociais neoliberais (PEREIRA, 2006).

O terceiro eixo de mudança era “avançar na liberalização dos mercados de trabalho, terra e crédito – até então considerados pouco ou nada atingidos pela “primeira geração” de reformas –, por meio de mudanças na legislação vigente” (PEREIRA, 2006, p. 16). A centralidade nesse terceiro eixo foi o tema da reforma agrária. Apesar de ser um tema que parecia já superado, esta foi avaliada pelo BIRD como um alvo de oportunidades para a recondução da

política macroeconômica. No pacote das mudanças, as ações foram voltadas para dois eixos principais:

[...] o estímulo à mercantilização total do acesso à terra rural, a ser viabilizada por mudanças institucionais e legais, com o objetivo de elevar a produtividade da terra, favorecer o livre fluxo de força de trabalho no campo, atrair o capital privado para a economia rural e potencializar a integração subordinada de parcelas específicas do campesinato pobre ao regime de acumulação comandado pela burguesia agroindustrial-financeira. Por outro lado, a defesa de um rol de programas “sociais” no meio rural, a fim de aliviar a pobreza de maneira focalizada, especialmente em países ou regiões onde as tensões no campo possam ameaçar ou comprometer a “governabilidade” das “democracias de mercado” (PEREIRA, 2006, p.17).

O protagonismo do BIRD na condução dessas reformas consiste no rompimento com medidas “desenvolvimentistas” adotadas em décadas anteriores para realizar uma reforma agrária com a livre transação mercantil de terras, ou seja, uma reforma agrária aos moldes do mercado. Além disso, era necessário, amenizar e neutralizar os conflitos agrários existentes, reduzir o impacto das disputas pela posse da terra, que geram um clima de insegurança e afetam a governabilidade dos governos. E, por fim, na tentativa de amenizar a pobreza, agravada pelas políticas de ajuste, a transferência de renda foi um dos

[...] mecanismos de acesso à terra como forma de aumentar as “oportunidades” para os “pobres rurais” e reduzir a sua “vulnerabilidade”. Assim, a distribuição de “ativos” (terra, por exemplo) – e a sub- seqüente inserção mercantil dos agricultores – passou a ser defendida como um instrumento de “alívio da pobreza” mais barato, eficiente e afinado ideologicamente com políticas pró-mercado (PEREIRA, 2006, p. 19, 20).

Essas medidas orientadas pelo BIRD preconizavam um Estado capaz de

a) consolidar as reformas macroeconômicas e ajustar o setor rural às novas condições vigentes, avançando na implementação das reformas que estabeleceriam a conexão entre a agenda macroeconômica e a agenda microeconômica e setorial de “desenvolvimento rural”; b) definir o marco normativo mais amplo – as “regras do

jogo” – para as relações econômicas; c) eliminar a “rigidez” e as “distorções” provocadas pelas políticas econômica e setorial, a fim de estabelecer um “campo de jogo nivelado” para a “livre concorrência” entre os atores. Este é o carro-chefe do receituário do BIRD para a economia rural. A política agrária a ele se vincula de maneira subordinada (PEREIRA, 2006, p. 20).

A segunda iniciativa preconizada pelo BIRD foi a reforma agrária de mercado, chamada de “Modelo de Reforma Agrária de Mercado” (MRAM), com objetivo de substituir a ideia de reforma agrária de Estado, com caráter distributivo. A principal diferença entre os dois modelos de reforma agrária consiste na sua natureza, enquanto a reforma agrária de Estado é vista pelos integrantes do BIRD como coercitiva, já que desapropria as terras de forma forçada, o modelo de mercado se apresentava como negociável e voluntário.

Portanto, o MRAM consiste numa

[...] mera relação de compra e venda de terras entre agentes privados financiada pelo Estado, que fornece um subsídio variável para investimentos em infra-estrutura socioproductiva e contratação de serviços privados de assistência técnica. Quanto menor for o preço pago pela terra (empréstimo), maior será a quantia a fundo perdido disponível para investimento, e vice-versa. Os vendedores são pagos previamente em dinheiro a preço de mercado, enquanto os compradores assumem integralmente (ou na sua maior parte) os custos da aquisição da terra e os custos de transação. Os compradores podem pleitear o acesso ao financiamento individualmente e/ou via associações comunitárias, dependendo do formato dos programas (PEREIRA, 2006, p. 24, 25).

Ou seja, o termo reforma agrária utilizado por ambos os projetos acima, em nada se assemelham, já que “transações mercantis e ações paliativas de “alívio” da pobreza rural nada têm a ver com redistribuição do estoque de riqueza (no caso, a terra rural) acumulado por uma classe ou frações de classe” (PEREIRA, 2006, p. 32). Esta é uma peça chave na conduta do BIRD, de anular qualquer possibilidade de redistribuição de terra, que altere a riqueza acumulada e o poder nas relações das classes sociais.

Esses pacotes de medidas alteraram a condução das políticas agrárias e agrícolas dos países que adotaram o modelo neoliberal. O Brasil, como dito, foi um dos últimos países a se ajustarem integralmente a esse modelo, mas isso

em nada significou um menor impacto na sua estrutura, pelo contrário, as consequências dessa condução neoliberal foram e continuam desastrosas. E é isso que abordaremos nesse próximo item.

3.2 E NO BRASIL?

A efetivação do processo de democratização no Brasil na década de 90 acompanhou uma grave crise econômica inflacionária no país.

O agravamento da crise financeira do Estado e o aumento das taxas de juros ocorridos no final da década de 1980 levaram ao colapso da política de preços mínimos executada no período, pois tornaram excessivamente caro e difícil de ser financiado o carregamento de estoques de produtos agrícolas (de alimentação e de exportação) realizado pelo governo. Ademais, a partir de 1988, sucedeu uma valorização da taxa de câmbio real, que se estendeu pela década de 1990, neutralizando outro instrumento de política econômica de significativa relevância para a agricultura nos anos 1980 (DELGADO, 2009, p.18).

A agricultura brasileira, principalmente a agricultura voltada para o mercado interno, sofreu bruscamente com as medidas neoliberais que foram adotadas neste período. Segundo Delgado (2009, p. 18), “o desmonte do modelo de intervenção do Estado” neste período significou uma redução dos recursos financeiros para políticas agrícolas e o agravamento do fornecimento de crédito para os pequenos produtores.

Esse quadro negativo da economia brasileira foi agravado no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso por suas medidas de abertura econômica e privatização de parte do setor produtivo do país. Segundo Marques (2010, p.7) “[...] a política econômica foi totalmente subordinada ao pensamento neoliberal, aos interesses dos credores e ao capital financeiro em geral”. Nesse momento, o país passou por mudanças que

aprofundaram a abertura comercial e financeira, aceleraram o processo de privatização das empresas estatais, avançaram na desregulamentação do mercado de trabalho, reformaram a Previdência Social e desmontaram o aparelho de Estado comprometido com o desenvolvimento econômico (NAKATANI, OLIVEIRA, 2010, p.27).

A implementação do Plano Real que por um lado significou a estabilização monetária, foi também responsável por um endividamento sem medida do país, “enquanto entre 1990 e 1994 o volume de capital que ingressou no Brasil na forma de empréstimo em moeda atingiu, acumuladamente, US\$ 33,2 bilhões, o montante saltou, no período após o lançamento do Plano Real (1995-2000), para extraordinários US\$ 218,1 bilhões” (NAKATANI, OLIVEIRA, 2010, p.31).

O impacto deste ajuste estrutural para o meio rural ocorreu principalmente na concentração do complexo agroindustrial, das organizações, na qual poucas empresas acabaram dominando o mercado de produtos, enfraquecendo e expulsando os pequenos produtores. Também o avanço das tecnologias e utilização indiscriminada de agrotóxico para o aumento da produção rural foi um desastroso impacto. Além disso, o mercado de ações passa a controlar e definir o preço das mercadorias, estimulando a especulação financeira (WEISHEIMER, 2013). Ou seja,

[...] grande parte dos preços internacionais é mais resultado das atividades de troca de contratos futuros, entre um seleto grupo de Fundos (*large speculators*), do que o resultado de esperadas atividades produtivas e econômicas do próprio mercado (AMIN, 2003, p.3).

Com essa abertura, as economias dos países periféricos se submetem as oscilações financeiras do mercado internacional e se tornam mais vulneráveis aos riscos e incertezas das flutuações econômicas (WEISHEIMER, 2013).

O governo de Fernando Henrique Cardoso remodelou o setor agrário brasileiro aos moldes das novas regras estabelecidas pelas Agências Financiadoras Internacionais como o Banco Mundial-BIRD. A principal delas foi realizar uma reforma agrária administrada pelo mercado e não pelo Estado, por meio de leilões e compra direta. A operacionalização era feita pelo “sistema de compra e venda, o poder público abre mão de conduzir a reforma agrária, deixando-a sob o controle direto dos próprios donos da terra, ou seja, só haverá distribuição de terra se o dono da terra quiser vender” (LOPES, 1999, p.53).

Segundo Pereira,

[...] para o Bird, as medidas macroeconômicas do Plano Real produziram uma deterioração acentuada das condições de vida no campo, exigindo, em contrapartida, a criação de programas sociais compensatórios para

alívio focalizado da pauperização. Ao mesmo tempo, as mesmas políticas abriam uma oportunidade histórica para estabelecer o mercado de terras como mecanismo central de redução da pobreza rural (2006, p.36).

O Programa “Cédula da Terra” foi o modelo de reforma agrária de mercado que o governo de Fernando Henrique adotou. Estimulado financeiramente pelo BIRD, esse programa nasce em 1997, como projeto piloto no Ceará, em São José, por meio do Programa de Combate a Pobreza Rural direcionado ao Nordeste. A escolha dessa região ocorreu por conta da pressão exercida pelo MST, por ocupação de terra “introduzindo um mecanismo que pudesse disputar a adesão de trabalhadores sem-terra” (PEREIRA, 2012, p.116) e por ser uma região com alto índice de pobreza rural, para que os resultados fossem garantidos rapidamente. Neste programa,

[...] o grau de cobertura espacial do PCT foi amplo, exceto em MG, onde se restringiu ao norte, abrangendo 50 municípios. No CE e no MA praticamente todos os municípios foram cobertos. Em PE e na BA, a expansão do PCT também alcançou grande amplitude. A seleção dos municípios foi orientada por fatores como a existência de conflitos agrários, a situação de pobreza mais acentuada, a existência de sindicatos de trabalhadores rurais favoráveis ao projeto, a capacidade operacional da unidade técnica e o apoio de prefeituras e lideranças políticas locais (PEREIRA, 2012, p.120).

O projeto durou de 1997 a 2002 e as principais características dessa implementação foram que, segundo Pereira

[...] as compras por meio do PCT passaram longe do circuito dos imóveis rurais de maior tamanho e melhor qualidade, evidenciando a total incapacidade do projeto de alterar os índices de concentração da propriedade da terra; a execução do PCT não se pautou por nenhum planejamento territorial dirigido a identificar áreas de concentração de imóveis rurais à venda não desapropriáveis, nem esteve ligada a qualquer estratégia mais ampla de desenvolvimento rural, reduzindo-se tão somente a um programa pontual, cuja implementação foi fortemente condicionada pela conjuntura política; a maior parte dos projetos deu origem à produção de subsistência ou ao monocultivo, e não a uma agricultura comercial e diversificada (2012, p.132)

Cabe ressaltar que no governo de Fernando Henrique Cardoso a concentração de terras no país aumentou, bem como a produtividade dos produtos agrícolas voltadas para o mercado externo. Segundo Jezus,

O setor agrícola obteve expressivo ganho de produtividade entre 1990 e 2005. Por isso, de certa forma, a preocupação “do passado”, de que a agricultura poderia representar um entrave à industrialização, elevando o preço dos alimentos e das matérias primas, parece ter sido superada. Mesmo com a atual estrutura fundiária brasileira, a produção agrícola tem aumentado significativamente, o que mostra uma acomodação da velha estrutura fundiária aos interesses da grande indústria (2010, p.342).

Nos próximos parágrafos vamos explicar o atual panorâmica fundiário do país, que proporciona esse progressivo aumento da concentração de terras e aumento da produtividade dos produtos agrícolas.

Segundo dados do IBGE (2010) a população rural do Brasil, em 1950 era de 64%. Em 1990, 75% da população localizava-se em áreas urbanas e 25% nas áreas rurais. Em 2004 mais de 83% da população encontra-se nos centros urbanos.

Paralelo a esse esvaziamento populacional das áreas rurais, cresceu no país a concentração de terras nas últimas décadas. Segundo Lustosa,

[...] em 1970, os estabelecimentos com menos de 100 hectares representavam 90,8% do total de unidades que controlavam apenas 23,5% da área total. Em 1995, esses estabelecimentos representavam 89,3%, e a área ocupada caiu para 20%, enquanto os estabelecimentos com 1.000 hectares ou mais, em 1970, representavam apenas 0,7% do total de estabelecimentos, controlando 39,5% da área total; em 1995, essas unidades com apenas 1% dos estabelecimentos controlavam por volta de 45,1% da área total (2012, p. 141-142).

E dos anos de 1990 até os dias atuais, houve um crescimento da produtividade de cultivos de monoculturas como a soja e o açúcar. Segundo FALEIROS, NAKATANI, VARGAS, “a área do cultivo de soja se ampliou de 11.487.303 para 23.290.696 hectares entre 1990 e 2010, a da cana de açúcar, de 4.272.602 para 9.146.615 no mesmo período” (2012, p. 229). Além disso, “o número de cabeças de gado abatidas, entre 1990 e 2009 elevou-se de

13.374.663 para 25.974.982, e o de aves abatidas nesse mesmo período passou de 962.029.422 para 4.776.233.239” (FALEIROS, NAKATANI, VARGAS, 2012, p. 229).

E, como forma de consolidar todas as reformas neoliberais incentivadas pelas Organizações Internacionais, o governo de FHC cria o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e “introduz uma classificação inovadora na concepção sobre agricultura patronal destinada à exportação e à agricultura familiar, mais voltada para o abastecimento interno” (LUSTOSA, 2012, p. 177). E, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) passa a ser o destaque para esse novo modelo de desenvolvimento da agricultura familiar.

Começa então a discussão sobre a “Nova Agricultura Brasileira”, por meio do discurso do Novo Mundo Rural no qual se define o modelo competitivo que a agricultura familiar deveria ter a partir daquele momento. Para isso, o Pronaf seria uma forma de garantir as condições para o aumento da produtividade dos agricultores, por meio de linhas de financiamento.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) surge a partir do diagnóstico de que

[...] os produtores familiares, descapitalizados e com baixa produtividade, não estariam em condições de tomar recursos a taxas de mercado para realizar os investimentos em modernização e elevação da produtividade (GUANZIROLLI, 2002, p. 302).

Portanto, criou-se uma linha especial de crédito para que estes trabalhadores tivessem melhores condições para o seu desenvolvimento e com maiores chances de competir no mercado. Assim, o programa se colocava como uma “via de superação do mito histórico quanto ao potencial de viabilidade econômica de segmentos rurais médios e pequenos” (LUSTOSA, 2012, p. 76). Vários são os críticos desse programa destinado aos agricultores, considerando que “o modelo adotado segue a lógica produtivista de mercado, no intuito de tornar o agricultor familiar, considerado viável, competitivo. Aos mais pobres seria estimulada a busca por atividades não agrícolas, ou

pluriativas.³⁰ (CARNEIRO apud CRUZ 2012, p.257). Ou seja, o Pronaf inclui apenas uma parcela dos agricultores e aos mais pobres, que não conseguem ter acesso ao financiamento, resta procurar novas atividades para complementar a renda para a sobrevivência.

Como balanço desse ajustamento neoliberal para a agricultura, a prioridade do governo para beneficiar o aumento da produção voltada para exportação se consolidou neste período. Delgado afirma que o

[...] ajustamento externo do projeto neoliberal aprofundou consideravelmente a especialização da agricultura brasileira na produção para exportação, o que transformou o chamado agronegócio –em especial nos complexos de milho e soja, cana-de-açúcar, papel e celulose, e pecuária bovina- no principal protagonista e no grande beneficiário deste projeto no meio rural. A intensa complementaridade estrutural entre expansão do agronegócio e “ajustamento constrangido à globalização” passou, a partir do final dos 1990, a representar o principal papel a ser desempenhado pela agricultura na economia, segundo o projeto neoliberal. Essa opção de política deu ao agronegócio um caráter de “imprescindibilidade”, fortalecendo sua projeção e peso político diante do Estado e da sociedade, e aumentando sua presença política e sua exposição favorável na mídia (2009, p. 26, 27).

Os governos de Fernando Henrique foram tempos difíceis para a esquerda brasileira, composta inclusive pelos movimentos sociais. Desenvolvia-se em todo o país, ainda que tardiamente em relação a outros países da Europa e da América do Sul, o projeto econômico de Base Neoliberal. A eleição de Fernando Henrique Cardoso (1994) foi um marco importante para que a organização empresarial dessa linha política e econômica a um projeto de sociedade voltado para os interesses do capital. Nesse Governo se iniciou a implementação do neoliberalismo de terceira via, em que os empresários passaram a assumir por dentro do próprio Estado a sua "responsabilidade" em "educar" os filhos da classe trabalhadora.

Trata-se de um conjunto de diretrizes que mantém os princípios centrais do pensamento hayekiano, formalizados no Consenso de Washington, mas introduz atualizações políticas importantes

³⁰ Atividades agrícolas com outras atividades monetárias, dentro ou fora do estabelecimento familiar (CRUZ, 2012, p. 257).

e inovadoras, envolvendo o redimensionamento do papel do aparelho de Estado, sobretudo em relação às políticas sociais, à arquitetura e à sociedade civil, além dos parâmetros de sociabilidade. (MARTINS, 2009, p. 140).

Foi no governo FHC que grupos de instituições, fundações e empresas assumiram os projetos sociais que tiveram como missão "[...] ordenar e incentivar a intervenção burguesa na 'questão social' a partir do que denominaram de 'investimento social privado'"(MARTINS, 2009, p. 140). Por isso, o maior investimento em programas e políticas com o Sistema "S" e com um conjunto de empresas, principalmente às voltadas para o agronegócio, que deram sustentação ao Governo durante oito anos. Enquanto isto, o número de pessoas assassinadas envolvidas em conflitos pela terra aumentava no campo. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra de 2005, houve um crescimento no número total de conflitos entre os anos de 1996 a 2003 de 683 para 1.335. Outra consideração alarmante é que o trabalho escravo também cresceu, só entre 2001 e 2003 de 45 para 238 (CPT, 2011).

No Governo Lula não houve alteração nesses dados, na verdade, na política voltada para o campo, de forma estrutural, poucas mudanças significativas foram feitas. Mas, ainda assim, algumas políticas surgiram para atender à agricultura camponesa.

3.3 GOVERNO LULA E SEU PROGRAMA POLÍTICO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR.

A vitória de Lula parecia que iria transformar essa política, no entanto, o que ocorreu foi uma pactuação que aprofundou ainda mais a intervenção privada na esfera pública, reafirmou compromissos do governo FHC com o capital financeiro (banqueiros), capital comercial, capital agrário (agronegócio e empresas estrangeiras de exploração dos recursos da terra, água e ar) e capital industrial.

Segundo Boito Jr, a novidade no governo Lula

[...] foi a promoção de uma operação política complexa que consistiu em possibilitar a ascensão da grande burguesia interna industrial e agrária voltada para o comércio exportação – no que respeita o capital, não

houve alteração no interior do bloco no poder sob o Governo Lula. O governo promoveu a ascensão da grande burguesia interna industrial e agrária sem quebrar a hegemonia das finanças. Os negócios da grande burguesia interna prosperam sob o Governo Lula e ela encontrou uma posição mais confortável na economia nacional (2006, p. 247).

As exportações foram o grande carro chefe do governo para manter o superávit primário, e o agronegócio foi o destaque nas relações comerciais. Durante 2003 o “saldo atingiu 25,8 bilhões, 1 bilhão a mais que o festejado saldo global da balança comercial brasileira no mesmo ano, que foi de 24,8 bilhões. [...], sem o agronegócio, a balança comercial brasileira teria apresentado um déficit de 1 bilhão em 2003” (BOITO Jr, 2006, p.251). O complexo de soja lidera as exportações do governo, seguido por carnes, madeira, açúcar e álcool, papel e celulose, couros, café, algodão e fibras, fumo e suco de frutas.

As empresas exportadoras, em sua maioria, são estrangeiras, de grande capital e dominam esse mercado. Do total de 19 mil empresas exportadoras, 800 são responsáveis por 85% do total das exportações do país, além disso, o lucro obtido por essas empresas foram maiores que os obtidos nos governos de Fernando Henrique. Assim, o governo Lula, que priorizou estimular as exportações, os chamados “caça aos dólares”, fez que com que reduzisse o desequilíbrio das contas externas, deixando o consumo popular interno em segundo plano. Essa política de exportação deve ser feita de modo “a não ultrapassar a medida daquilo que interessa as finanças” (BOITO Jr, 2006, p. 254), ou seja, essa corrida por dólares precisa ser destinada ao pagamento dos juros da dívida.

Essa operação contou com uma aliança de uma fração da burguesia industrial e agrária com os trabalhadores. Por meio de concessões a ambos os lados, o governo conseguiu criar um ambiente favorável para continuar com o projeto político econômico, priorizando os interesses do capital financeiro. Conforme Sader afirma,

[...] O resultado dessa política é um híbrido de difícil caracterização. Nas próprias palavras de Lula, no momento de sua reeleição: ‘Nunca os ricos ganharam tanto, nunca os pobres melhoraram tanto o seu nível de vida’. Qualquer análise unilateral conduz a sérios equívocos, a tal ponto que é mais fácil dizer o que o

governo Lula não é, do que aquilo que ele efetivamente é. Para a população camponesa essa melhoria não foi suficiente para mudar a condição de subalternidade. Mesmo com esses resultados, o governo Lula não perdeu o apoio majoritário das organizações camponesas que decidiram pressionar o governo para colocar a expressão desenvolvimento territorial no campo das políticas sociais (2009, p. 22).

Os conflitos por terra continuaram e, em determinadas áreas até aumentaram.

Segundo CPT, 2011

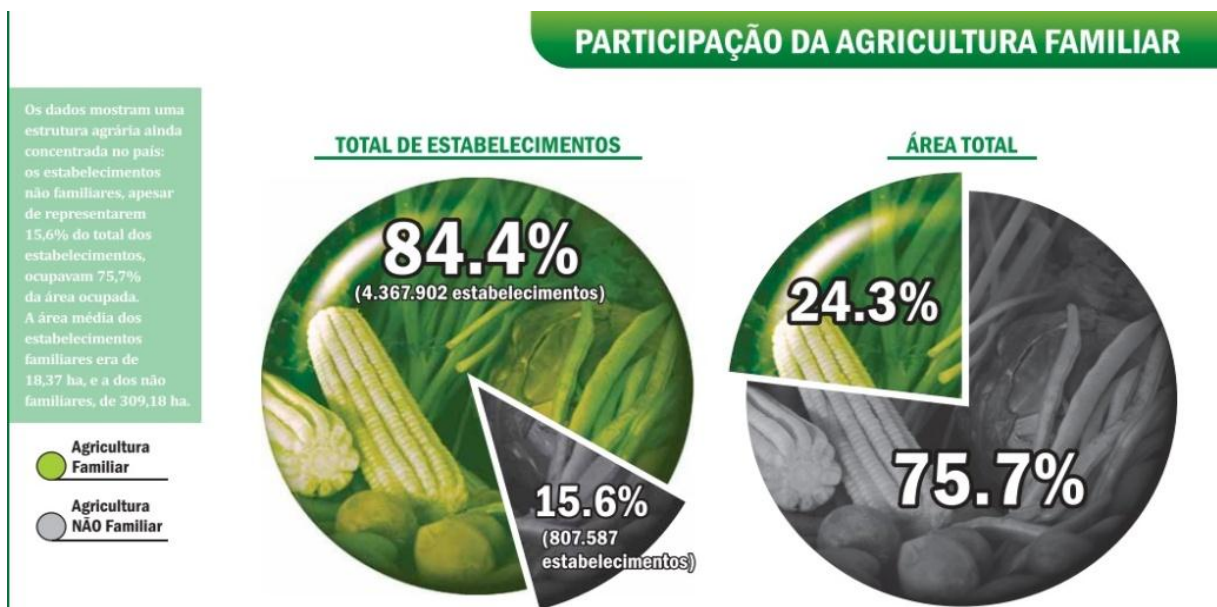
[...] quanto à violência, o número de assassinatos recuou, em 2008, para 25, em 2009. Outros indicadores, porém, cresceram, alguns exponencialmente. As tentativas de assassinatos passaram de 44, em 2008, para 62, em 2009; as ameaças de morte, de 90, foram para 143; o número de presos aumentou de 168, para 204. Mas o que mais choca é o número de pessoas torturadas: 6, em 2008, 71, em 2009. O número de famílias expulsas cresceu de 1.841, para 1.844, e significativo foi o aumento do número de famílias despejadas de 9.007, para 12.388, 36,5%. Também elevou-se o número de casas, de roças destruídas 163%, 233%. Em 2009, registrou-se 9.031 famílias ameaçadas pela ação de pistoleiros, contra 6.963, em 2008, mais de 29,7% (p. 15).

O campo continuou com altos investimentos do agronegócio e a balança comercial brasileira saltou de 24,84% em 2002 para 76,44% em 2010. Isto demonstra um modelo de desenvolvimento econômico que prioriza a monocultura, em especial a produção de soja, milho, café para a exportação em detrimento da agricultura de base camponesa e da diversidade das culturas (JESUS, 2015, p. 15)

Redefinem-se alguns programas e o Ministério do Desenvolvimento Agrário passa a defender o discurso do Combate à Pobreza Rural. Poucas mudanças são realizadas e o “governo incrementa as políticas de recortes sociais e de caráter compensatório, destinadas ao enfrentamento dos níveis de pobreza que atingem os segmentos pobres das áreas rurais” (LUSTOSA, 2012, p. 252). Apesar das políticas compensatórias destinadas aos pequenos agricultores pobres, a concentração de terras se mantém no governo Lula, conforme demonstra a tabela do Censo Agropecuário de 2006. A Agricultura patronal possui apenas 15,6% dos estabelecimentos e ocupa uma área total de 75,6%,

em detrimento da agricultura familiar de base camponesa, que detém 24,3% da área total e 84% dos estabelecimentos.

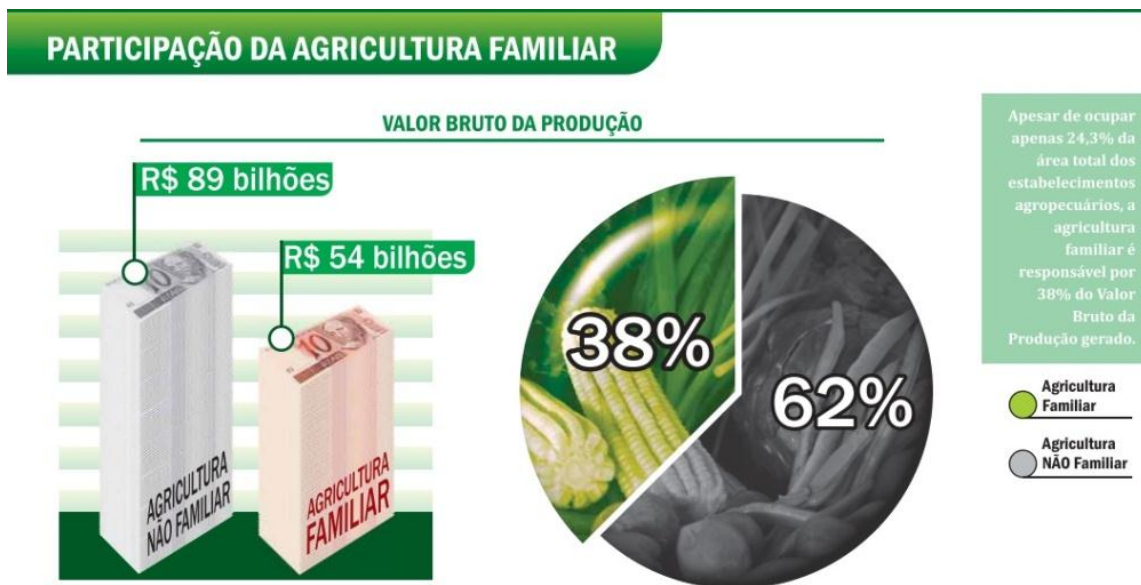
Figura 4. Gráfico representativo da participação da agricultura familiar na totalidade dos estabelecimentos rurais.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

A agricultura patronal com sua produção de commodities, com 62% de participação no valor bruto da produção e a agricultura familiar com 38%. É preciso ressaltar que as produções são diferenciadas entre elas. Enquanto a agricultura patronal produz voltada ao mercado externo, a agricultura familiar de base camponesa volta sua produção para o mercado interno, com alimentos diferenciados que são os responsáveis pela alimentação da população brasileira.

Figura 5. Gráfico do valor da participação da agricultura familiar na produção de alimentos.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

Esse panorama da agricultura corresponde a uma estratégia utilizada pelo Banco Mundial para estimular o crescimento da agricultura não familiar, principalmente no setor de serviços e no processamento de alimentos, enquanto a agricultura familiar de base camponesa contribuiria para o combate a pobreza na área rural, acrescida de políticas setoriais específicas (LUSTOSA, 2012, p. 224-225).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) responsável pela agricultura familiar de base camponesa foi dividido

[...] entre responsáveis e equipes vindos dos movimentos e organizações sindicais e profissionais, concorrentes entre elas ou ligadas a correntes diferentes do PT: a SRA à Contag, a SAF à Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf), o Inca ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a SDT às Cooperativas da agricultura familiar (SABOURIN, 2007, p.725).

O Ministério da Agricultura, da Pesca e da Alimentação (MAPA), responsável pela agricultura patronal, foi confiado a grandes proprietários, latifundiários e agroexportadores. O orçamento dos Ministérios é bem diferenciado, o que se destina para o MDA representa de 15 a 20% do total destinado ao MAPA. Essa

disparidade explica-se pela importância da bancada ruralista e o consequente apoio do governo ao agronegócio (SABOURIN, 2007).

Nos primeiros anos 2000 essa disparidade foi estimulada pela tendência à elevação dos preços das commodities agrícolas no mercado internacional devida especialmente ao aumento da demanda e determinada pela entrada maciça no comércio mundial de países da Ásia, como a Índia e, muito especialmente, a China. O caso da soja foi marcante neste sentido,

A expansão dos produtos de exportação foi também garantida pela política econômica governamental e pela prática recorrente de renegociação e de rolagem das dívidas dos grandes produtores. A expansão do agronegócio e de seus produtos de exportação em direção ao Norte e à região Amazônica pressionou de forma considerável o desmatamento na região, assim como a estrutura fundiária regional, provocando crescentes e violentos conflitos fundiários com pequenos produtores, posseiros, seringueiros e povos indígenas. Nesse aspecto, os conflitos no campo se intensificaram na região Amazônica durante o Governo Lula e a manutenção do agronegócio como principal elemento de ajuste das contas externas do país teve como contrapartida a devastação ambiental e a insegurança das populações rurais na região (DELGADO, 2009, p.35).

O governo Lula obteve uma conjuntura interacional favorável, com uma abertura para negociação comercial mais independente dos Estados Unidos. A participação na Organização Mundial do Comércio, no G-20 em que se encontram Índia, China, África do Sul, Nigéria, Argentina, Indonésia, entre outros e as negociações com a China foram capazes de equalizar a dívida externa brasileira tornando “o país relativamente mais resistente a mudanças bruscas na conjuntura internacional e a possibilidades de fuga de capitais” (DELGADO, 2009, p. 33).

O peso do agronegócio na economia, na política e no próprio governo influenciou a decisão governamental de permitir o crescimento da produção de produtos transgênicos, em particular da soja. Com isso, consolidou a proximidade entre técnicos, agências governamentais e empresas multinacionais produtoras de sementes transgênicas, como a Monsanto, o que acarretou na formação de um forte lobby a favor da liberação dos transgênicos, mesmo dentro do governo.

A continuidade no aumento da produção de produtos agropecuários de exportação nos dois governos Lula, e a expressividade do agronegócio nesse processo, “praticamente eliminou qualquer preocupação mais consistente e permanente por parte do governo com a mudança do padrão predominante de modernização da agricultura” (DELGADO, 2009, p, 36). A ênfase se deu na política de redução das desigualdades no campo, em especial através da inclusão de agricultores até aqui excluídos do processo de modernização.

No entanto,

[...] embora o governo Lula tenha praticado diversas políticas de desenvolvimento da agricultura camponesa, estas não foram suficientes para diminuir os níveis de subalternidade do campesinato ao agronegócio e tampouco para realizar uma reforma agrária plena. As razões dessa parcialidade encontram-se na difícil e contraditória convivência da hegemonia do capital financeiro com políticas sociais redistributivistas estabelecidas no governo Lula (FERNANDES, 2013, p. 198).

Quanto à reforma agrária, o fraco apoio do Governo Lula,

[...] à revitalização e o avanço da reforma agrária como um processo econômico, social e político indispensável para a transformação do modelo de modernização agrícola predominante no país é um dos elementos que o aproximam do projeto neoliberal implantado na década de 1990 (DELGADO, 2009, p. 38).

Mesmo com o aumento dos recursos destinados à agricultura familiar, como no caso do Pronaf, o relativo descaso do governo com a reforma agrária parece seguir uma concepção que separa as políticas destinadas à agricultura familiar da reforma agrária, o que “aproxima, neste particular, da prática política do Governo FHC e tende a acentuar a diferença e o isolamento desses dois componentes do projeto democratizante no meio rural, como dois movimentos estanques e sem interação” (DELGADO, 2009, p. 40).

Além do Pronaf, o governo Lula criou, em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para estimular prefeituras e estados a adquirirem produtos dos agricultores, comunidades tradicionais e dos assentamentos rurais. Este programa, “em princípio reservado aos agricultores familiares, constitui, apesar de recursos ainda muito limitados (teto de 2.500 reais por família/ano), um

verdadeiro instrumento adaptado ao fortalecimento da agricultura familiar e camponesa” (SABOURIN, 2007 p.743).

No governo Lula, além desses programas destinados aos agricultores familiares, também se investiu na primeira política habitacional rural destinada aos agricultores e trabalhadores rurais. Incluída no Ministério das Cidades, o Programa Nacional de Habitação Rural faz parte do “Minha Casa, Minha Vida” que é subdividido em dois eixos: Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

3.4 HISTÓRICO DO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL

A criação do Programa Nacional de Habitação Rural se efetivou em 2009, mas este surge ainda de forma incipiente em 2003, no Rio Grande do Sul. Surge a partir de uma de uma demanda histórica dos movimentos sociais, que pautavam a moradia popular rural como uma demanda necessária para a continuidade dos agricultores camponeses no meio rural.

Segundo Bolter (2013)

[...] o programa nasce em um contexto no qual o déficit habitacional da área rural passava à margem das preocupações dos programas habitacionais públicos. Ou seja, os programas até então existentes não eram acessíveis à população rural de baixa renda e as receitas do mundo rural, além de não serem fixas mensalmente, muitas vezes são incertas, o que impedia que a população rural de baixa renda conseguisse acessar os financiamentos de habitação aos moldes urbanos (p.99).

Este programa surge de forma embrionária no Estado do Rio Grande Sul, em 1999, por meio de um grupo de trabalho que elaborou um conjunto de ações para fixar as famílias no campo e estimular o retorno das famílias que moravam nas cidades. Um desses programas foi o Programa Estadual de Habitação Rural – PHRRS. Para a operacionalização desse programa, várias organizações sociais em parceria com o governo estadual o executaram em curto período de tempo, até 2002 (BOLTER, 2013).

Após essa experiência, em 2003,

[...] o Ministro das Cidades, Olívio Dutra, ex-governador do estado do Rio Grande do Sul no período de 1999 a

2002, e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, ex vice-governador do Rio Grande do Sul no mesmo período, foram designados pelo presidente Lula para coordenar um grupo de trabalho, composto por atores públicos e sociais, que ficou encarregado de dialogar sobre uma proposta concreta de habitação voltada para o meio rural. Dentre os atores envolvidos no grupo de trabalho, responsável por idealizar a proposta, participavam diversas organizações sociais que, assim como os ministros, também atuaram ativamente no processo político de formulação do PHRRS. Esse grupo de trabalho propôs em 2003 a implementação de um programa de habitação rural nacional, semelhante ao PHRRS. Denominado inicialmente Programa de Habitação Rural, o mesmo ficou vinculado ao Programa Nacional de Habitação, junto à Caixa Econômica Federal (CAIXA) (BOLTER, 2013, p. 98,99).

As primeiras contratações evidenciaram alguns remodelamentos que o Programa precisava passar, principalmente quanto ao valor do subsídio e as regras de enquadramento. Toda a articulação que ocorreu depois aprimorou e desenvolveu, em 2009, o Programa Nacional de Habitação Rural.

Por meio da Lei 11.977 de 07 de Julho de 2009, institui-se o Programa Nacional de Habitação Rural com o objetivo de “subsidiar a produção ou reforma de imóveis aos agricultores familiares e trabalhadores rurais cuja renda familiar anual bruta não ultrapasse R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)” (BRASIL. Ministério das Cidades, 2014).

Com recursos do Orçamento Geral da União, o PNHR concede subsídio habitacional aos agricultores/trabalhadores rurais divididos em três grupos: (Grupo I) agricultores/trabalhadores rurais com renda familiar bruta, comprovada pela Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) de até R\$15.000,00 por ano; (Grupo II) renda de agricultores/trabalhadores rurais de R\$15.001,00 até R\$30.000,00 anual; (Grupo III) de 30.001,00 a R\$60.000,00 (BRASIL. Ministério das Cidades, 2014).

É importante ressaltar que o subsídio é diferenciado para cada grupo, ao grupo I é destinado um valor para construção/reforma/ampliação de R\$ 28.500,00 e para os grupos II e III o valor é apenas para financiamento das unidades habitacionais, com juros mais baixos se comparados aos financiamentos disponibilizados por outros bancos. (BRASIL. Ministério das Cidades, 2014).

Conforme o Programa foi se estruturando no cenário brasileiro, a CEF também foi ajustando sua equipe para melhor atender as demandas apresentadas pelas Entidades Organizadoras. Foi criada dentro da CEF a Superintendência de Habitação Rural para cuidar especialmente das questões relacionadas à habitação rural. Cabe salientar que as regras do programa foram criadas pelo Ministério das Cidades e operacionalizadas pela CEF, cabendo a esta o papel de intermediar as regras criadas pelo Ministério das Cidades e as Entidades Organizadoras que executam o programa.

Além disso, as regras do programa vem sendo adequadas e reformuladas no decorrer dos anos por pressão dos movimentos sociais, que reivindicaram o aumento do valor do subsídio, (o PNHR iniciou com um subsídio de R\$12.000,00 para municípios com até 20 mil habitantes e R\$15.000,00 para municípios com mais de 20 mil habitantes e atualmente é de R\$28.500,00, independente do número de habitantes do município)³¹, bem como a alteração das regras do programa para ampliar o número de pessoas beneficiadas pelo PNHR (a renda para enquadramento era de R\$10.000,00 anual e atualmente é de R\$15.000,00 reais anual).

3.4.1 Primeiros passos do PNHR no Espírito Santo

No estado do Espírito Santo as iniciativas para a construção de habitações de interesse social no campo foram viabilizadas por meio da Resolução 460 de 2007 do Ministério das Cidades que preconizava a utilização de recursos do FGTS para subsidiar a construção de unidades habitacionais para famílias com renda per capita inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo. Tal iniciativa tinha como objetivo promover o acesso à moradia digna para a população mais pobre.

A resolução 460 tinha como foco a população do meio urbano, mas dada a necessidade de atender a demanda dos trabalhadores rurais, uma parte dos recursos foi destinada para a construção de casas na zona rural. Desta forma o governo federal passou a oferecer um aporte financeiro de R\$ 6.000,00 por família para a compra de materiais de construção, o que naquele momento correspondia a 60% dos custos com materiais. Os outros 40% deveriam ser uma contrapartida dos agricultores, mas a partir de uma articulação entre as

³¹ Cabe ressaltar que as regras para enquadramento no programa são as mesmas para as diferentes cidades, o subsídio se diferenciava apenas pelo quantitativo populacional das cidades.

entidades representativas dos pequenos agricultores, governo federal e governo estadual os outros 40% dos recursos foram oferecidos pelo governo estadual. O governo estadual entrou com R\$ 4.000,00 que somados aos R\$ 6.000,00 disponibilizados pelo governo federal totalizavam R\$ 10.000,00 para a construção das referidas unidades habitacionais (JESUS, SOARES, 2014). A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo, o Movimento dos Pequenos Agricultores, por meio da Associação dos Pequenos Agricultores do Espírito Santo (Apagees) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colatina eram alguns dos movimentos responsáveis por organizar os pequenos agricultores para construção das casas com os recursos da Resolução 460 até 2009.

Em 2009 depois de intensa mobilização, no contexto nacional, dos movimentos sociais do campo foi criado o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), pois os referidos movimentos entendiam que a resolução 460 não atendia demandas específicas dos trabalhadores rurais, uma vez que foi criada para atender a demanda de construção de habitações de interesse social na zona urbana. A criação do PNHR exigiu dos movimentos sociais envolvidos, na sua execução, uma qualificação do seu quadro técnico para lidar com as exigências técnico-burocráticas do governo que demandava por parte destes a elaboração de projetos técnicos sociais e projetos de engenharia para a liberação de recursos.

No Espírito Santo, os movimentos sociais que executaram a Resolução 460 precisaram aumentar suas equipes técnicas e destinar mais tempo para acompanhar e executar o PNHR. Esta execução é realizada com muitas dificuldades, pois os custos para manter uma equipe são altos. Além disso, as Entidades precisam monitorar todo o processo de construção das casas, o que também demanda tempo, pois são residências distantes uma das outras e de difícil acesso por conta das estradas ruins.

Mas, por outro lado, executar o programa amplia a visibilidade do movimento social, possibilitando também ampliar a legitimidade junto a base. Além disso, as organizações privadas também recebem recursos financeiros por sua atuação no programa, sendo atrativa a sua execução. Segundo Bolter,

[...] percebe-se que a atuação dos atores no processo político do PNHR acontece em prol do desenvolvimento e da inclusão social das famílias de agricultores familiares que não dispõem de unidades habitacionais condizentes e com a mínima estrutura para viverem com suas famílias. Porém, essa atuação vai além, visa também obter mais credibilidade e apoio para os projetos desses atores, bem como recursos e estruturas para estes desenvolverem suas ações cotidianas (2013, p.109).

No estado do Espírito Santo o MPA é o movimento que mais se destaca na execução do programa. Até 2012 o movimento já construiu 2032 moradias em 32 municípios do estado (Movimento dos Pequenos Agricultores, Acesso em 08, jun, 2014). Sua área de atuação é principalmente entre o norte e noroeste do estado.

No próximo capítulo, vamos tratar da operacionalização do PNHR pelo MPA do Espírito Santo, a sua participação na execução e o impacto para o movimento.

CAPÍTULO 4. OPERACIONALIZAÇÃO DO PNHR E A PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES NO ESPÍRITO SANTO.

O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) que faz parte do “Minha Casa, Minha Vida” é o único programa voltado para o campo com o objetivo de diminuir o déficit habitacional no país. Lançado no governo do ex-presidente Lula em 2009 continuou no governo da Presidente Dilma até os dias atuais. O PNHR se consolidou e se tornou uma das políticas públicas mais importantes voltadas para o campo nos últimos tempos. O Programa é uma das reivindicações mais antigas de movimentos sociais do campo como: o movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, MST e MPA, que sempre pautaram a importância da habitação para a permanência do homem no campo com qualidade de vida.

Com recursos do governo federal e, no caso do Espírito Santo, com recursos estaduais, o principal objetivo do programa é “subsidiar a produção ou reforma de imóveis aos agricultores familiares e trabalhadores rurais cuja renda familiar anual bruta não ultrapasse R\$ 60.000,00” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2015). Como relatado nos capítulos anteriores, vários sujeitos fazem parte da implementação do programa. O Governo Federal, como agente financiador do programa, e a Caixa Econômica Federal, principal mediador e responsável pela análise e aprovação dos projetos habitacionais e, por fim, as Entidades Organizadoras, que podem ser

[...] prefeituras, governos estaduais e do distrito federal, e respectivas companhias de habitação, quando houver, e de caráter privado como entidades representativas dos grupos associativos entidades privadas sem fins lucrativos, sindicatos, associações, condomínios e cooperativas (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2015).

A participação destes sujeitos políticos na condução e implementação do programa ocorre de forma a beneficiar os camponeses que participam do programa. No entanto, vários desafios e obstáculos são encontrados neste processo. E é isso que tentaremos revelar neste capítulo. No caso do movimento social, o MPA no Espírito Santo e a implementação do PNHR.

4.1 A PARTICIPAÇÃO DO MPA NA EXECUÇÃO DO PNHR NO ESPÍRITO SANTO

O PNHR como destacado é o primeiro programa habitacional específico para o campo lançado por um governo. Como bandeira de luta do movimento desde o seu surgimento, o PNHR ocupa um espaço de destaque para levar qualidade de vida para os camponeses. Segundo o entrevistado 1

[...] eu diria que de todas as políticas públicas estruturantes do governo federal nos últimos 10, 12 anos, pro campo, na roça, esta é a que mais se consolidou e tem ajudado a resolver o déficit habitacional rural muito grande. E tem dado o suporte para muitas famílias ficarem no campo porque o que tem de gente que não tinha condições de fazer uma tulha e pode fazer uma casa, então isso revigorou a esperança de ficar no campo, a autoestima, a alegria de morar bem.

Permanecer no campo desde a década de 1960 tem sido um desafio para o camponês, uma vez que o processo de industrialização e mecanização da agricultura “aprofundou as condições de desigualdade” (JEZUS, 2010, p. 346), pois boa parte das famílias camponesas nunca tiveram condições de se contrapor ao avanço do modo de produção capitalista sobre o campo, sem apoio do Estado a maioria não dispunha do acesso aos recursos necessários para acompanhar as modificações na agricultura, aliado a um processo brutal de concentração de terra que ocorreu na época.

As grandes empresas capitalistas começam a pressioná-lo para se submeter às regras do mercado levando uma fração considerável de camponeses a se submeter à condição de assalariado, por exemplo. Outro exemplo da sujeição do campesinato a logicado mercado foi a adoção de técnicas mais produtivas para a lavoura, as quais o camponês não conseguiu ter mais acesso, uma vez as técnicas “que antes lhe eram próprias foram se destacando e passaram a ser exploradas pela indústria” (JEZUS, 2010, p. 346), como foi o caso da produção de sementes e adubos químicos.

Esta industrialização intensificou a relação de exploração do camponês. Segundo Gorender

O relacionamento com o capital industrial com a exploração camponesa recria formas de trabalho a domicílio característica da fase mais inicial do capitalismo na Europa. Os camponeses são providos de financiamento, matérias – primas e ajuda

técnica, mas produzem o que interessa ao capital industrial a preços por eles fixados. Há aí uma subordinação dos camponeses ao capital industrial que se manterá enquanto for vantajosa a este, porém poderá ser substituída adiante pelo puro e simples assalariamento (2013, p. 50, 51).

Ademais, o preço dos produtos produzidos pelo camponês é prejudicado na política de preços mínimos, pois estes não dispõem das facilidades de armazenagem dos produtos e tem pouco acesso a assistência técnica para produção. Nesse cenário aos camponeses mais pobres resta trabalhar como mão de obra assalariada precária e temporária.

O trabalhador rural, portanto, se encontra no centro de um sistema de produção bastante amplo e complexo; é como se fosse o vértice de uma pirâmide invertida. Como fornecedor de força de trabalho produtiva, segundo as condições do setor agrário, o excedente que o trabalhador rural produz é apropriado por diferentes setores do sistema econômico. Esse excedente é repartido entre os seguintes elementos do sistema econômico global: o proprietário, o arrendatário da terra, o comerciante de produtos agrícolas na cidade, o comerciante no mercado mundial, a empresa industrial que consome matéria-prima de origem agrícola e o aparato governamental (IANNI, 2004, p. 131).

O trabalhador rural, proletário, passa a vender a sua força de trabalho para as empresas do campo, numa troca desigual que transfere para as indústrias todo “o excedente econômico gerado no meio rural” (BERTERO, 2007, p. 101). Com isso há tanto um aumento do trabalho assalariado no meio rural, principalmente dos filhos dos camponeses, pois “a proletarização não precisa atingir diretamente toda a família camponesa, mas seguramente a maior parte dela” (OLIVEIRA, 2013, p. 78), quanto o trabalho familiar camponês. Em alguns casos os camponeses possuem uma reserva de dinheiro e compram mais terras de vizinhos que não tiveram o mesmo processo de acumulação, ou então que migraram para as cidades. Com isso, o que é importante ressaltar é que o capital, no processo contraditório, é o responsável por determinar a relação de expropriação do camponês e “a possibilidade de os filhos dos camponeses também terem terra para continuarem camponeses” (OLIVEIRA, 2013, p. 78).

Diante deste contexto os movimentos sociais do campo buscam construir alternativas para a permanência dos pequenos agricultores no campo e como podemos constatar na fala do entrevistado 1, o PNHR nasce do anseio destes

movimentos de construir as condições necessárias para fixação dos pequenos agricultores no campo.

Na visão dos militantes do MPA o Programa Nacional de Habitação Rural pode ser um fator determinante para a permanência do camponês no campo. A possibilidade de uma moradia digna altera uma condição histórica na vida dos camponeses.

[...] não conhecemos nenhum outro programa hoje que leva possibilidade de famílias camponesas de construir uma casa pra estar morando na roça. Não conhecemos nenhum outro, então, a partir disso, o PNHR com todos os limites, com todas as dificuldades que ele tem, mas ele é o que representa para nos uma grande esperança de realizar outros passos para transformar a realidade de todos que necessitem de uma casa justa e digna. Então ele representa para nós, no campo da habitação, hoje, bem ou mal, é tudo o que nos temos. Então há uma grande aposta nossa de fato da gente transformar ele numa política mais popular ainda, que atenda a todas as classes que vivem do campo e precisam do recurso (Entrevistado 1)

O MPA, portanto, compreende o programa como um passo importante para a promoção da qualidade de vida do camponês, mas deixa claro que o programa tem limites. Um dos limites do programa está em sua cobertura, pois não compreende todos os trabalhadores que vivem da terra: meeiros, parceiros e outras modalidades de trabalhadores rurais.

Têm direito ao Minha Casa Minha Vida Rural o agricultor familiar, o quilombola, pescadores, assentados da reforma agrária, moradores de comunidades ribeirinhas ou tradicionais, residentes no campo ou na floresta. O trabalhador rural sem-terra pode ser beneficiado desde que haja a posse pacífica do terreno em que irá construir a sua unidade habitacional. “Não pode haver litígio da área há pelo menos cinco anos”, explica Noemi Lemes, referindo-se aos sem-terra (CAIXA, 2015).

De acordo com a citação acima só podem ser contemplados camponeses que de alguma forma tem a posse da terra de forma legalizada.

[...] as exigências e a cultura do Estado tratou essas famílias de não ajudar se a organizar dentro da burocracia elas estão fora do programa não tem os documentos necessários que provem a terra, a posse da terra que prove isso ou aquilo, então tem umas travas boas ai hoje, dos mais necessitados (entrevistado 1).

A exigência da legalização da terra para participar do programa exclui parte dos trabalhadores rurais, dos quais, no decorrer do processo de concentração fundiária foram os mais prejudicados. Por não terem acesso a terra, se apossarem de lotes dos quais tiram o seu sustento, mas sem a regularização. Os posseiros são os mais desfavorecidos, conforme o entrevistado 2

[...] aqui no estado, o Espírito Santo tem um caso emblemático que são os posseiros de terras devolutas. São famílias que ocuparam as áreas do estado legitimamente, talvez legalmente, não é ok. Mas do ponto de legitimidade, sempre trabalharam na terra, mas de forma legítima o estado não permite que hoje as famílias sejam beneficiadas e a gente evidencia porque não tem a terra, não teve acesso ao crédito a várias outras políticas são as famílias que mais precisam.

Levando-se em consideração que a reforma agrária no Brasil ainda está longe de se realizar e que uma grande parcela dos camponeses ainda não tem a posse da terra regularizada, é possível afirmar que para ampliação do programa é necessária uma democratização da terra em nosso território.

Mesmo com uma abrangência limitada é possível afirmar que a base do MPA tem sido contemplada pelo programa e este tem repercutido positivamente para a fixação dos camponeses no campo, sobretudo entre jovens, e para o aumento da visibilidade do Movimento.

O PNHR possibilitou ao movimento aumentar a sua visibilidade e legitimidade junto à base. De acordo com o entrevistado 2 “a gente tem o costume de falar que a moradia hoje é a menina dos olhos do movimento. E chama a atenção das famílias também a participarem”. A possibilidade de fazer parte do Programa e ter acesso a uma moradia faz o camponês reconhecer no movimento a resposta a uma demanda concreta. Isso possibilita conhecer o movimento e criar um vínculo.

A moradia popular historicamente defendida pelo MPA ocupa, portanto, um espaço importante na condução do movimento, pois segundo o entrevistado 3,

[...] a base ela passa a enxergar no movimento com a moradia, a concretização da proposta do movimento. De parte dessa proposta. Que é garantia concreta da qualidade de vida. Então quando você vai lá, faz um discurso, e o povo compreende a necessidade de se melhorar a qualidade de vida no campo e aí a gente tem a proposta que a gente chama de Plano Camponês, que é a nossa proposta pro campo, para toda a sociedade, mas voltada mais pro campo, que você fala da

necessidade de preservação de uma educação adequada, do fortalecimento das comunidades camponesas, do espaço de vida, da necessidade de estruturar essas comunidades, com estruturas de produção, estruturas de lazer, de ter uma estrada digna, que você tenha preservação ambiental. E aí quando você vai lá e fala isso tudo e as famílias enxergam que de fato essa é uma proposta que os contemplam, isso é muito importante, mas a gente precisa dar um passo, que é concretizar. Então, além de falar que é importante preservar as nascentes e reconhecer que é importante preservar uma nascente, você tem que preservar. Além de falar da produção de alimentos, você tem que produzir, sem agrotóxico, com agroecologia, você tem que produzir. E a moradia, ela foi e é, agora menos, porque a gente conseguiu implementar outras ações, mas ela foi durante muito tempo o que a gente conseguia concretizar. Efetivar na prática. Então isso foi muito importante para a família que via um discurso coerente com a prática e vê até hoje isso.

À medida que o MPA foi ampliando a sua área de abrangência e se consolidando no Estado, conquistando novos territórios por meio da sua atuação política, o PNHR e as pautas que o movimento defende também o acompanharam. Foi um processo que ocorreu no caminhar do movimento, característica que o MPA desenvolve no cotidiano da sua formação com a base, “[...] o MPA tornou-se um diferencial paradigmático, pois a formação, direção, o sentido do projeto é construído enquanto se caminha, norteiam suas práticas e compromissos” (CADONÁ, 2004, p. 129).

A importância da efetivação do PNHR garantiu notoriedade ao movimento uma vez que segundo o entrevistado 3 “em certo momento o MPA foi conhecido como o movimento das casas”. Nota-se a importância da efetivação de uma proposta (a moradia popular) que esteve entre as pautas do movimento desde o seu surgimento, contribuindo para a expansão e consolidação do movimento no estado. A construção da sua base perpassa também pela efetivação do programa.

Isto significa que o acesso a moradia popular por meio do PNHR e da execução do MPA proporcionou ao movimento seu reconhecimento pelos camponeses, pois este se tornou uma referência para que aqueles pudessem acessar uma política pública. Ele se tornou uma via para o atendimento de uma importante necessidade.

O movimento usa as ações vinculadas ao PNHR para dar visibilidade as suas pautas políticas, mas ao mesmo tempo assume o complexo papel de executor de uma política pública.

4.1.1 Relação com a Base por meio do PNHR

No item anterior destacamos a importância do programa para o movimento, principalmente na efetivação de uma bandeira de luta e na sua visibilidade perante a sociedade e principalmente junto a sua base. No entanto, esta relação é contraditória, pois ao mesmo tempo em que o MPA efetiva uma de suas bandeiras de luta, também assume um papel que deveria pertencer ao Estado. Segundo o entrevistado 1

Nós temos uma cultura no Brasil, impregnada no Brasil, uma cultura instituída pelos poderes, principalmente pelo poder executivo e outros poderes da sociedade que é essa cultura do assistencialismo com as pessoas ou em outras palavras o tal do paternalismo. Então essa cultura como é ainda muito forte no Brasil e no Espírito Santo não é diferente. Então as pessoas quando ouvem falar no PNHR, Minha Casa, Minha Vida, recurso federal, subsidiado para quem tem renda vê isso como uma obrigação, às vezes a família acha que os movimentos são obrigados a fazer essas casas para eles. É uma obrigação de fato do Estado e eles como recebedores não tem nenhuma responsabilidade de participar disso ou daquilo pra ter isso, porque é uma política pública é um direito nosso. Então essa cultura é muito forte e ela às vezes não deixa avançar mais junto às famílias no processo de formação, política, ideológica, de consciência na necessidade de se unirem para conquistar as coisas. Por que para quem tá entrando hoje no PNHR ele tá recebendo como uma coisa dada, ele não precisou participar de mobilizações, não precisou participar de nada, quem começou sabe a dureza que foi.

O processo de desresponsabilização do Estado, própria do neoliberalismo, alia-se a séculos de políticas clientelistas, paternalistas e assistencialistas, que marcam a história do surgimento das políticas sociais no Brasil, conforme afirma Yazbeck

[...] a política brasileira tem essa herança cultural pesada do clientelismo, da tutela, do apadrinhamento, do favor. É claro que nas ações assistenciais esse peso é maior ainda porque essas ações passam pela oferta de algum recurso, de algum serviço, de algum benefício (2004, p. 25).

Tal conjugação leva a uma distorção da visão que a base tem construído do MPA. O movimento, na sua origem, rompe com o sindicalismo rural, que historicamente foi atrelado ao Estado e transformado, no período da ditadura militar,

[...] em centros de recreação e local de prestação de serviços assistenciais (convênios de assistência médica entre o Estado e os sindicatos, transformando-os em ambulatórios e centros de assistência hospitalar, laboratorial, dentária, etc..) (MONTANO; DURIGUETO, 2011, p. 240).

Nota-se que o processo de construção de consciência de classe é um desafio constante para o MPA. A formação política e ideológica para a construção de um “movimento combativo, autônomo e organizado” (MPA, 2015) encontra diversas barreiras. Superar o econômico e imediato e perceber o PNHR dentro de uma concepção político-ideológica ainda é de difícil compreensão para os camponeses que fazem parte da base do MPA.

Segundo a última fala do entrevistado 1, a base, principalmente os que participam mais recentemente, não compreende o papel do movimento social na implementação do PNHR e a ação do movimento é confundida com a ação do Estado. Neste processo a responsabilidade do Estado na efetivação do direito à moradia, como previsto na Constituição Federal no art. 6 “[...] direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia [...]” é efetivada, na prática, pelo movimento social, que passa a ser visto como responsável direto pela efetivação do direito a moradia. Segundo GOHN,

[...] as bases do movimento refluíram e se vive uma grande contradição: a de ter uma sociedade política construída a duras penas pelos movimentos e lutas sociais, com ganhos expressivos para a redemocratização do país, e a inércia desmobilizadora, alimentada por dois elementos: de um lado, o formato das novas ações coletivas, que, assim, como o sistema produtivo moderno, priorizam poucos e bem capacitados militantes, entrincheirados em aguerridas organizações; por outro lado, a conjuntura política do país, de incertezas, medo da violência exacerbada e descrença na força de alguns valores, como o da participação (2014, p. 318).

A base passa a visualizar no movimento responsabilidades que são do Estado e assim não compreende, de fato, a importância da organização e luta do movimento para melhorar a qualidade de vida dos camponeses. Nesse

processo, a despolitização da participação ocorre de forma a individualizar as lutas e tratar as questões de forma específica e particular.

Ao separar a formulação da política da sua execução o Estado retira não apenas a sua responsabilidade com a efetivação do direito como também neutraliza possíveis conflitos, ficando a cargo dos executores a resolução direta dos problemas mais imediatos

[...] de modo que o núcleo duro do Estado as formularia, a partir da sua capacidade técnica, e as agências autônomas as implementaria. Trata-se aqui de uma inspiração liberal de primeira hora: o medo da política como “loucura dos homens”, como dizia Smith, e a necessidade de isolamento diante das pressões, transformando-as em questões de natureza técnica (p. 154).

É importante ressaltar que o PNHR enquanto política pública caracteriza-se na sua formulação política e ideológica consolidando uma proposta de governo que atua na concretização do projeto neoliberal. Neste sentido, conforme aponta BEHRING (2010) a política pública no contexto neoliberal assume uma natureza técnica e deixa a cargo dos executores a condução política na sua consolidação. Segundo GOHN, isto é uma tendência dos anos 90 em que

[...] as políticas são formuladas para segmentos sociais, numa perspectiva que privilegia áreas temáticas-problema e não mais atores sociais organizados em movimento. Desta forma, os sujeitos das ações transfiguram-se em problemáticas: a fome, o desemprego, a moradia [...] (2014, p.311)

Assim, neste processo, o MPA, encontra dificuldades que vão além das decorrentes da execução da política, mas de ultrapassar uma demanda pontual, a moradia, e trabalhar com sua base a importância da organização política para a conquista dos direitos.

Neste sentido, ao mesmo tempo em que o Estado possibilita ao movimento o reconhecimento da sua base ao concretizar uma antiga reivindicação, também cria as condições para a descaracterização do seu papel como movimento social. Quando este movimento executa uma política pública, os camponeses o procuram pelo tem a oferecer e o desafio de romper com o imediatismo econômico torna-se mais difícil.

Assim,

[...] os mandatários serão também os executores da implantação e da gestão do serviço reivindicado. Este fato muda radicalmente o paradigma da ação coletiva. Necessariamente tais ações deixam de se estruturar como movimentos sociais e passam a ser articuladas em grupos organizados, com certo grau de institucionalidade [...] o poder público se transforma em agente repassador de recursos (GONH, p 315).

A institucionalização dos movimentos sociais é uma tendência que segundo Touraine apud Pleyers “é um estágio clássico da história natural dos movimentos sociais” (2014, p. 168). Assim, é incluída na pauta de discussões dos movimentos “[...] questões como: elaboração de projetos, captação de recursos, busca de um marco jurídico para enquadrar a sua atuação, gerência de recursos humanos” (ALMEIDA, 2006, p. 127) e a abrangência das suas ações se torna mais complexa, ou seja, passa a realizar outras atividades que demandam do movimento mais tempo e equipe para efetivá-las. Como é o caso do MPA a partir da implementação do PNHR.

Segundo o entrevistado 2 “algumas famílias com o objetivo de conquistar essas moradias, muitas acabam entrando no movimento para conquistar e depois acaba saindo, por que entra somente com o objetivo da casa”. Este talvez seja um dos maiores desafios do movimento, romper com o imediatismo e construir com a base um processo de formação na tentativa de elevar a consciência individual na construção de um movimento forte e combativo.

4.1.2 Dificuldades na implementação do PHNR

Ao executar o PNHR o movimento se depara com diversas responsabilidades e dificuldades postas pelo Estado para realização de todas as etapas que compõe a política. O aspecto econômico é um deles, como relata abaixo o entrevistado 3,

[...] as dificuldades estão relacionadas ao econômico. O programa não dá condições econômicas para as entidades atuarem. A gente não tem dentro do programa recursos para custear as despesas das entidades.

Esta é uma relação complexa que enfrenta diversos nós, afinal, o Estado ao transferir a responsabilidade da execução de uma política pública para os movimentos exige destes uma infraestrutura e custos com despesas até então inexistentes. Os custos vão da contratação de profissionais exigidos pela

normativa do programa e da gasolina para acompanhar as obras e as reuniões com os beneficiários, até o gasto com os materiais de escritório. Assim, as entidades, e neste o caso o MPA, na implementação do PNHR, precisam criar novas condições para estruturar a equipe e as despesas, redefinindo seu trabalho para desenvolver as atividades. É importante ressaltar que o programa destina recursos financeiros para o Projeto Técnico Social e o Projeto de Engenharia, mas ainda assim os gastos são grandes. No entanto, sem esse repasse o movimento não consegue continuar com as atividades, conforme a fala do entrevistado 3

as Entidades Organizadoras começaram a se organizar melhor, se articular melhor, inclusive mesmo insuficiente, mas houve uma destinação de recursos públicos para entidade através do social e da engenharia, do técnico. Então isso fez com que as entidades se movessem e se estruturassem. E aí, ao invés de nós termos o programa avançando, no período de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 de avanço enorme ao invés do governo continuar nesse sentido, de fazer o programa decolar, corta-se os recursos. Então, nós temos entidades, que é o caso que nós vivemos, de equipe organizada, pessoas se destinaram para essa finalidade, se preparam e que hoje não tem condição econômica de atuar. E que estão aos trancos e barrancos. Então assim é um desafio enorme, nesse ponto de vista, dessa dificuldade. Necessidade de ter mais recursos.

A dificuldade apontada pelo entrevistado trata-se de um complicado processo que envolve os movimentos sociais, pois dependentes da destinação de recursos federais para o programa, quando o repasse destes recursos é interrompido, cria-se uma lacuna financeira para a execução. As atividades previstas precisam ser interrompidas, os profissionais ficam sem salários e as obras paralisadas.

A equipe técnica se amplia conforme aumenta a demanda e a ampliação do programa

Uma, duas, três pessoas faziam 40 cadastros, elaboravam um empreendimento, eram 50 beneficiários. Duas pessoas que faziam isso, você precisava de uma sala, um computador, era coisa dessa natureza. Agora hoje não, para você fazer um empreendimento de 50 60 unidades você envolve no mínimo 4 ou 5 pessoas só a nível de escritório. Fora o trabalho de campo, fora as visitas. Então assim, a questão do impacto na estrutura foi muito grande, tivemos que investir muito em infraestrutura para poder hoje atender minimamente as necessidades. Tem sido um desafio para nós (entrevistado 1).

Outro desafio é criar o papel organizativo que o movimento precisa construir. Ou seja, como pode ser executado por diversas Entidades Organizadoras, estas se responsabilizam pelo caráter pedagógico e ideológico na sua implementação

Criaram as condições necessárias para fazer o trabalho social, mas não o trabalho organizativo, politizador, então isso não existe no programa, isso tudo fica na conta da entidade dos movimentos sociais. E aí não é fácil sobreviver. Mas ele tem sido, uma grande diferença que ele fez, dentro do espaço organizativo. Mas ele também trouxe para nós uma possibilidade e a oportunidade de dialogar com muito mais gente (entrevistado 1)

Percebe-se que o poder público passa a ser o “repassador de recursos” (GONH, p.315) e o MPA o principal agente no processo, estruturando de fato o programa e organizando as demandas. Neste sentido, o encolhimento do Estado de suas responsabilidades e a estrutura precária dos movimentos para executar a política estaria caracterizando uma dimensão perversa para a continuidade desta execução. Interrupção do repasse de recursos pela CEF para os movimentos sociais, cria uma situação desarticuladora com a sua base, uma vez que as obras ficam paralisadas, na maioria das vezes no meio da construção, e os beneficiários cobram do movimento a resolução do processo, responsabilizando-o quando a responsabilidade cabe ao governo. A complexidade da questão financeira e a falta de recursos para o programa é uma dificuldade que o MPA e outros movimentos sociais enfrentam. A política pública por estar associada a uma dinâmica capitalista e um Estado que privilegia o capital financeiro na implementação da lógica neoliberal impacta diretamente o PNHR. O movimento por depender do recurso para a condução do programa, precisa se readequar e por vezes paralisar o curso da sua execução.

[...] a gente tem que colocar é de fato a destinação dos recursos do programa como um todo. Então a gente teve no último período, desde 2014, todo ano de 2014 faltou dinheiro para o programa. Então a gente tava com os projetos organizados, tudo prontinho para se contratar, mas não se contratava porque não tinha dinheiro. E esse problema ainda persiste nesse primeiro período de 2015 (entrevistado 1)

Neste sentido, a ausência de recursos financeiros para o programa faz parte de uma conjuntura econômica, “em um país como o Brasil com tradições político-econômicas e sócio culturais delineadas anteriormente” (BEHRING, 2010, p. 156) tem feito uma opção contundente quanto a condução das políticas sociais no contexto de neoliberalismo.

[...] as políticas sociais nascem articuladas com as reformas liberais, cujas funções seriam compensar, de forma parcial e limitada, os estragos socioeconômicos resultantes do modelo liberal periférico e as suas políticas econômicas que geraram um processo generalizado de precarização do trabalho (2013, p. 157).

Essa insuficiência de recursos apontados pelo entrevistado revela um dos pontos centrais das dificuldades com a execução do PNHR. Os movimentos sociais possuem poucos recursos financeiros para desenvolver projetos junto à comunidade e a oportunidade apresentada com as políticas públicas torna-se essencial para o movimento. Esta relação com o Estado ao mesmo tempo em que cria possibilidades de aumentar os recursos financeiros do movimento para as suas atividades junto à base, também o transforma em interlocutores do Estado. E a questão financeira é um dos principais eixos de ligação destes dois atores. Segundo GOHN,

[...] a questão financeira é um dos nódulos principais da complexa relação dos movimentos com o Estado. Todos os movimentos reivindicam e apregoam autonomia e independência diante do Estado. Mas na prática o total isolamento nunca existiu (2014, p. 313).

O Estado, portanto, define as “linhas de atuação para os movimentos à medida que cria programas sociais, com subvenções e financiamentos. A questão está na postura que o movimento adota diante de tal realidade” (GOHN, 2014, p. 313). Cabe destacar que o contexto político, econômico e ideológico em que se encontram os movimentos sociais influi diretamente na sua dinâmica e na sua autonomia para com o Estado, ou seja, “para compreender os movimentos sociais contemporâneos é essencial contextualizá-los dentro destes movimentos cíclicos, já que estes se moldam e até podem dar origem a eles” (FRANK, FUENTES, 1989, p. 27). O contexto neoliberal e a progressiva isenção do Estado garantidor de direitos exigem dos movimentos sociais uma nova postura, não necessariamente de conflito direto com o Estado.

As políticas sociais fazem parte do conflito entre capital e trabalho e tendem a “um processo crescente de estagnação e perda de financiamento” principalmente pelo deslocamento dos recursos do fundo público para a dívida pública. Segundo Oliveira apud Behring

[...] o fundo público sofre pressões e funciona como um elemento fundamental para a reprodução do capital e também para a reprodução da força de trabalho, ou seja, existe uma tensão desigual pela repartição do fundo público. Dessa forma, o fundo público reflete as disputas existentes na sociedade de classes, em que a mobilização dos trabalhadores busca garantir o uso da verba pública para o financiamento de suas necessidades, expressas em políticas públicas. Já o capital, com sua força hegemônica, consegue assegurar a participação do Estado em sua reprodução por meio de subsídios econômicos, de participação no mercado financeiro, com destaque para a rolagem da dívida pública. (2010, p. 174)

Nessa disputa e correlação de forças, em tempos de crise econômica, o Estado atua no sentido conter os conflitos de classes, na tentativa de que o fundo público haja “apenas como pressuposto do capital” (BEHRING, 2010, p. 177). No campo, as organizações internacionais apontam, em especial o BIRD, para reformas com o intuito de combater a pobreza rural e estimular o “desenvolvimento” econômico por meio de programas sociais focalizados. Essa lógica das políticas sociais

[...] concebe a redução da pobreza como um ‘bom negócio’ e que transforma o cidadão portador de direitos e deveres sociais em consumidor tutelado, através da transferência direta de renda, e cuja elegibilidade, como participante desses programas, subordina-se a critérios “técnicos” definidos ad hoc a depender do governo de plantão e do tamanho do ajuste fiscal – numa operação ideológica de despolitização do conflito distributivo (DRUCK, FILGUEIRAS, 2007, p. 26)

Além disso, conforme relatado pelo entrevistado 1

[...] depois quando virou uma política pública, com muito acesso, muita gente interessada e aí também que levar em consideração que apareceram muitos oportunistas e aproveitadores para ganhar dinheiro em cima da política pública e em cima das famílias beneficiadas, aí então as coisas foi travando [...]

A destinação de recursos para as políticas sociais são determinadas, portanto, pela conjuntura econômica atrelada às organizações multilaterais. Os cortes incidem diretamente nas áreas tidas como custos e realocadas no pagamento

dos juros da dívida pública. Essa relação conflituosa com o Estado é o que será destacado no próximo item.

4.1.3 Relação com o Estado

A relação do Estado com a sociedade civil a partir dos anos 90 é de outra natureza. O Estado reconfigura-se a partir do projeto neoliberal e este encontrou no Brasil um terreno fértil para se desenvolver, já que “conseguiu impactar ideologicamente vários de seus segmentos, obtendo apoio difuso - ou pelo menos uma não oposição ativa - para as reformas neoliberais” (FILGUEIRAS, 2006, p. 202) pela maioria da população. Dentre as suas reformas, a transferência de responsabilidade para a sociedade civil foi o “núcleo duro do bem conhecido processo global de adequação das sociedades ao modelo neoliberal produzido pelo Consenso de Washington” (DAGNINO, 2004, p. 140). Os movimentos sociais, nos anos 90, também passaram por mudanças, nas quais “importa menos a presença dos movimentos sociais enquanto estruturas específicas, ou organizações, e mais as novas instituições, os novos quadro de pessoal, a nova mentalidade sobre a coisa pública [...]” (GOHN, 2014, p. 319) desempenhando papéis de mediação entre “a sociedade, propriamente dita, o mercado, e o Estado, por meio de parcerias em políticas públicas” (GOHN, 2014, p. 319). Os chamados movimentos sociais tradicionais, classistas³² persistiram com algumas estratégias para efetivar suas bandeiras de luta, como passeatas, ocupações, congressos e encontros para discussão de suas bandeiras de luta, conservando sua identidade e pautas reivindicatórias.

Consideramos o MPA como um movimento social autônomo, classista, que efetiva suas bandeiras de luta tanto por meio de negociações com o Estado, na luta pela efetivação de políticas públicas para os camponeses, quanto por meio

³² [...] compreendemos e caracterizamos o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) como movimento social camponês, histórico e classista, diferente dos NMS, o que não significa dizer que ele não esteja preocupado com as questões individuais, específicas e relacionadas às temáticas ecológicas, de fome, de gênero. Entretanto, quando nos referimos ao MPA como movimento social, temos diante de nós a ponderação de Gohn (1997, p.11) de que os movimentos sociais não são algo tão novo como parecem, nem são instrumentos por si só capazes de transformar a sociedade. Eles buscam dar continuidade e se alimentam das velhas forças históricas, fazendo com que o campesinato esteja em permanente construção, em contínuo acumular de forças, articulando-se com outras forças históricas, rumo à autonomia e à transformação social (CADONÀ, 2004, p. 116,117)

do embate mais direto, por meio de passeatas e ocupações de prédios públicos. Segundo o entrevistado 1

a nossa avaliação do movimento perante o Estado, aos governos brasileiros, estadual no nosso caso, com prefeituras que também fazem parte, fazemos parceria com prefeitura, na preparação do terreno. Na nossa avaliação é positiva, nos continuamos no movimento com nossa independência, nos não rendemos ao governo por causa desses recursos. Que nos sabemos que é uma conquista que é um recurso do povo, precisa ser devolvido pro povo do campo. Então não tem nenhum motivo pra gente se humilhar pro governo, achar que o governo ta sendo bonzinho ou não. Então a nossa relação é de independência, dialogamos muito, sentamos muito na mesa pra provar que a gente precisa fazer aumentar os valores, mas não temos nenhuma relação de assim, ah nós estamos amarrado no governo por causa do PNHR, se não sair o PNHR nós vamos morrer, ou se nos enfrentar o governo o PNHR não sai. Portanto o MPA é um dos movimentos que todo ano vai pra rua, ocupa a caixa, nós não temos problema em ocupar porque vai piorar a nossa situação. A nossa relação é boa politicamente e nós mantemos a nossa independência diante do Estado.

Por meio da fala do entrevistado, observamos que

[...] os movimentos que participam destas experiências também redefinem seus valores no sentido de olharem para o Estado não como um inimigo, como nos anos 70-80, mas como para um interlocutor, um possível parceiro, num campo de disputas políticas em que as demandas têm significados contraditórios: pra uns são conquistas de direitos a obter ou preservar, pois há toda uma luta por detrás de sua aparente causalidade; para outros são mecanismos que permitiriam diminuir os custos operacionais das ações estatais [...] (GOHN, 2014, p. 317).

Neste sentido, o movimento entende que a parceria com o Estado para a efetivação de uma política pública como o PNHR é uma conquista de direitos, na qual houve toda uma luta e história por trás desta aparente parceria. No entanto, é importante ressaltar que a relação do Estado, principalmente no Governo Lula e se estende ao Governo Dilma, junto aos movimentos sociais foi de negociação e diálogo consensual para ambos os lados, pois segundo (MARQUES, MENDES, 2007, p. 19)

[...] se por um lado sua política econômica favoreceu largamente os interesses do capital financeiro nacional e internacional... por outro lado implementou uma série de programas e iniciativas, direcionadas aos segmentos mais

pobres da população brasileira e àqueles até então excluídos de algumas políticas.

Ou seja, o contexto na qual surge esta política faz parte de uma proposta ampla de governo, como estratégia de negociação de um partido político que venceu as eleições com o apoio de vários segmentos da sociedade civil, inclusive dos movimentos sociais de esquerda. No entanto, na condução da sua política econômica, continuou com a implementação do projeto neoliberal e as políticas sociais implementadas deram seguimento a este modelo econômico. O PNHR é um exemplo desta situação, uma vez que responde tanto aos anseios dos movimentos sociais que pautavam a reivindicação da habitação rural, quanto se caracteriza como uma política pública de aporte neoliberal, sustentada por um governo que desenvolve uma política econômica voltada para o grande capital, em especial o financeiro, sem alterar as condições estruturais da população (MARQUES, MENDES, 2007).

O governo do PT desempenhou um papel de conciliação com os movimentos sociais, tanto com o incremento de políticas sociais e incentivo à chamada agricultura familiar, como também serviu ao agronegócio. Assim, o governo criou possibilidades de diálogo com ambos os setores e conseguiu desenvolver um projeto político que beneficiasse esses segmentos.

Segundo o entrevistado 3, o papel dos movimentos sociais na reivindicação destas políticas foi fundamental para pressionar o governo quanto à implementação de políticas públicas.

[...] O MPA conseguiu nos últimos anos colocar a agricultura camponesa, chamar atenção da agricultura camponesa. Nós ainda somos mais de 20 % da população do país, nos temos uma função estratégica que é produzir alimentos que essa função é cumprida, que a gente é que da conta dessa tarefa, com todos os desafios, então a gente conseguiu essa legitimidade. Construir essa legitimidade pro campo nos últimos anos. E isso obrigou o estado brasileiro a conformar políticas públicas voltadas para o povo rural. E a nossa posição com Estado, eu sempre falo, a gente sempre adotou uma posição de autonomia e de cobrança, de proposição e cobrança. Nós temos um problema de alimentos na sociedade brasileira, temos! Um dos grandes responsáveis pela inflação, pelos altos índices de inflação, está relacionado ao alimento, nós temos um problema com a contaminação desses alimentos, com a qualidade desses alimentos pelo agrotóxico e nos temos um problema também que é o acesso da população aos alimentos, não temos um acesso ainda de forma justa para toda a

população brasileira e quem tem a solução para esse problema é o campesinato, é o provo que produz comida. Então é necessário formular políticas públicas que vai “de” encontro a fortalecer essa parcela da população com tamanha importância. E aí a nossa posição foi essa, de cobrar e propor. Apresentar propostas, aqui governo, se a gente tá falando em preservação ambiental nos temos que fomentar a preservação nas comunidades camponesas. Se nós estamos falando de produzir alimentos sem agrotóxicos, nos temos que ter políticas públicas nesses e nesses moldes para garantir que o agricultor camponês consiga garantir alimentos de qualidade. Se nós estamos falando em inchaço das cidades e todo o problema que acarreta de violência nos temos que fortalecer a permanência dos que estão no campo, pra evitar ainda mais o inchaço e dentro do possível promover o retorno de quem tá na cidade e querem voltar, através de assentamentos e tal. Então a nossa relação foi essa.

No entanto, o mesmo reconhece que, embora o governo tenha disponibilizado maiores recursos para as políticas públicas, o mesmo, em tempos de crise, assume uma postura conservadora, na defesa do agronegócio em detrimento da agricultura camponesa.

Mas em relação ao Estado brasileiro nos últimos períodos, a gente observa que esse é um desafio, que por mais que tenha nos últimos períodos algumas ações que vão “de” encontro com as nossas propostas e com os nossos objetivos através de políticas públicas, na hora do vamos ver, da decisão final, o que pesa é sempre o lado mais forte, o lado dos ricos, do agronegócio. Então se não tem dinheiro, para quem que a gente vai garantir, vai ser pro agronegócio. Então nós não temos dúvida que para avançarmos mais, a gente tem que adotar, o governo tem que adotar tem que tomar um lado e que a gente tem visto que não vai ser nosso. Não tem dinheiro para moradia, mas tem dinheiro para pagar a dívida e vão continuar pagando. Então acho que tá colocado a encruzilhada e eu vejo como perspectiva eu tenho uma perspectiva um pouco pessimista em relação ao Estado brasileiro. Eu não sei se a gente vai ter por muito tempo a garantia de políticas públicas nos moldes que queremos e precisamos para fortalecer o camponês (entrevistado 3).

O fato do governo nos últimos meses ter cortado parte dos recursos destinados aos programas sociais, dentre eles o PNH, revela seu compromisso com o projeto neoliberal implementado no sentido de “reduzir os recursos para as políticas sociais, transferindo-os para o pagamento dos juros da dívida pública” (FILGUEIRAS, 2006, p. 202).

A preocupação do militante do MPA com o futuro das políticas públicas diante do contexto de crise vivenciado nos últimos anos evidencia a insegurança com

o rumo da condução política do país. “Sem uma correlação de forças relativamente equilibrada entre o capital e o trabalho, é impossível imaginar a possibilidade de Estado democrático alicerçado em nexos morais entre as classes sociais” (SAMPAIO Jr, 2013, p. 193).

Nessa perversa realidade, reafirmamos que a questão agrária constitui um problema que envolve diversas dimensões da conjuntura econômica e social do país. Desse modo, a “reforma agrária é um elemento estratégico da luta do povo brasileiro para superar as relações internas e externas responsáveis pela dupla articulação³³ que perpetua o regime burguês” (SAMPAIO Jr, 2013, p. 197). No entanto, para isso a luta precisa ser encampada por trabalhadores urbanos e rurais para assim romper com um duplo processo - controle do capital internacional e segregação social - “que leva ao paroxismo a relação de causalidade entre capitalismo e barbárie” (SAMPAIO Jr, 2013, p. 237).

³³ Essa dupla articulação se manifesta na posição subalterna do país no regime capitalista e a extrema desigualdade social (SAMPAIO Jr, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou desenvolver nos capítulos o desenrolar de um questão científica, vivenciada no Brasil que é a persistência da questão agrária e as consequências desta para o camponês, que vivencia atualmente uma conjuntura adversa, refém de uma política agrária que destina recursos para a permanência dos latifúndios e da monocultura. A pobreza rural está diretamente relacionada à forma de exploração na terra e segundo SAMPAIO Jr

[...] a raiz das gritantes desigualdades sociais, que caracterizam o Brasil como uma das sociedades mais injustas do mundo, encontra-se na relação umbilical entre a concentração da propriedade fundiária e a presença de um gigantesco exército industrial de reserva permanentemente marginalizado do mercado de trabalho (2013, p. 193).

As Ligas Camponesas (1950) foram as expressões políticas de maior destaque da época contra o modelo de exploração da terra, evidenciando a situação de precariedade em que viviam os camponeses em Pernambuco. Logo em seguida surgem os sindicatos rurais, organizados pela ULTAB. Nos 1980 temos o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e nos 1990 o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) como alguns dos movimentos ligados ao campo que buscam melhores condições de vida e trabalho para o agricultor camponês e que negam o êxodo rural como saída.

Nesta realidade, de reafirmação do binômio moderno /arcaico pela burguesia o Brasil *optou* por desenvolver, principalmente após o debate dos rumos da questão agrária na década de 1960, o desenvolvimento de políticas públicas para o campo se tornou um complexo emaranhado de possibilidades e limites, cujos sujeitos políticos envolvidos, com diferentes interesses, são responsáveis pela perpetuação do modelo concentrador de terras e indigência em que vivem os trabalhadores no campo.

Dentre estas políticas públicas formuladas para o campo, destaca-se a execução do Programa Nacional de Habitação Rural, criado em 2009, pelo MPA tornou-se objeto deste estudo por ser a habitação uma importante pauta reivindicatória dos movimentos sociais para permanência do agricultor

camponês no campo. Esta política que separa os formuladores dos executores, de forma contraditória, acarreta impactos positivos/negativos para àqueles que decidem participar desta execução.

A partir do objetivo geral do trabalho, analisar o impacto da execução do Programa Nacional de Habitação Rural para a organização política do Movimento dos Pequenos Agricultores para verificar a existência ou não de mudanças em suas bandeiras de luta e formas de expressão política faremos algumas considerações sobre este processo.

Verificamos que com a execução do PNHR o movimento ampliou e se estendeu territorialmente no Estado, levando para sua base a concretização de uma antiga demanda que é a moradia popular. À medida que o movimento levava para a sua base antigos direitos reivindicados, o reconhecimento se tornava mútuo, pois para o movimento era interessante ampliar a sua área de atuação, como também para a base que o reconhecia como um movimento forte e combativo, atendendo suas expectativas.

No entanto, nessa relação, as dificuldades com a implementação do PNHR, principalmente na ausência de recursos financeiros para o prosseguimento das obras e pagamento da equipe técnica, que se formou exclusivamente para o programa, fez com que o movimento disponibilizasse mais foco para a demanda da moradia popular. A base, por sua vez, cobra do movimento o andamento do programa, e superar essa situação se torna um desafio para o MPA.

A relação com o Estado é contraditória, hoje o Estado não é mais visto como “inimigo” e a ascensão de um partido que na sua origem se aproximava das pautas da esquerda, trouxe uma nova relação com os movimentos sociais. Não houve mudanças estruturais na condução econômica, social e política, mas o Estado respondeu de forma focalizada algumas demandas e pautas de reivindicação dos movimentos sociais.

Portanto, consideramos que houve impactos para o movimento por meio da implementação do PNHR. O programa possibilitou uma aproximação maior com a base e sua ampliação, no entanto, as dificuldades enfrentadas com a implementação possibilitam uma desarticulação com a base, uma vez que a interrupção da continuidade do programa cria uma insatisfação na relação com base. Suas formas de expressão política como passeatas e ocupações

continuaram, assim como suas bandeiras de luta e suas pautas de reivindicações não mudaram, uma vez que as condições estruturais em que se encontram os agricultores camponeses não sofreram modificações.

REFERÊNCIAS

- ANDRADES, T.O.; GANIMI, R.N. **Revolução Verde e a Apropriação Capitalista**. Rev. CES. V.21, 2007. Disponível em: http://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf. Acesso em: 02/07/2015.
- AGRA, N.G; SANTOS, R.F. **Agricultura Brasileira: Situação Atual e Perspectivas de Desenvolvimento**, 2001. Disponível em: http://www.gp.usp.br/files/denru_agri. Acesso em: 31/06/2014.
- ALENTEJANO. P.R.R O que há de novo no mundo rural? **Rev. Terra Livre**, São Paulo. n. 15, pg.87-112.2000. Disponível em: Acesso em:
- ALMEIDA, C. O Marco discursivo da “Participação Solidária” e a nova agenda de formulação e implementação de ações sociais no Brasil. **Disputa pela Construção Democrática na América Latina**. Campinas, SP: UNICAMP, São Paulo, SP: Paz e Terra, 2006.
- AMBIENTIZE. Grupo de Trabalho sobre Ambiente da Associação de Geógrafos Brasileiros – seção local Vitória. 2015. Disponível em: <https://gtambiente.wordpress.com/>. Acesso em: 01/10/2015.
- AMIN, M.M. **A Ação Especulativa dos Fundos de Hedge e de Commodities nos Mercados Futuro de Cacau**, Brasil. Informe; v.7, n1. Cascavel: Universidade Federal do Oeste do Paraná, 2003. Disponível em: revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/download/296/213. Acesso em: 31/06/1014.
- AZEVEDO, C.M.M de. **Onda Negra, Medo Branco: O negro no imaginário das elites**. Rio de Janeiro – sex. XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BASTOS, E.R. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis. Vozes, 1984.
- BATISTA. A.F. **ORGANIZAÇÃO SOCIAL, LUTA DE CLASSES E PROCESSO DE CONSCIÊNCIA: movimentos sociais camponeses e sua articulação internacional**: trabalho apresentado: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e

Pesquisas sobre Marx e Marxismo. Universidade Federal Fluminense. 2015. Disponível em: <http://www.niepmarx.com.br/MM2015/anais2015/mc47/Tc471.pdf>. Acesso em: 04/09/2014.

BEHRING, E.R. **Política Social: fundamentos e história/** Elaine Rosseti Behring, Ivante Boschetti. – 7 ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

BEM, Arim Soares do. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. **Educ. Soc.** [online]. 2006, vol.27, n.97 pp. 11371157. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302006000400004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01/07/2015.

BERTERO, J.F. Uma Crítica a José de Souza Martins. **Rev. Lutas Sociais** nº 17/18 - 2º sem. 2006 e 1º sem. 2007. São Paulo. 2007. Disponível em: http://www.pucsp.br/neils/downloads/v17_18_inicio.pdf. Acesso em: 04/-9/2015.

BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano. "Eu quero votar para presidente": uma análise sobre a Campanha das Diretas. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 169-196, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264452009000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 /10/2015.

BOITO Jr, A. A burguesia no Governo Lula. En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/grupos/basua/C07Boito.pdf>. Acesso em: 14/08/2015.

BOLTER, J.A.G. **Interfaces e cogestão nas políticas para agricultura familiar: Uma análise do Programa Nacional de Habitação Rural.** 2013. 171f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2013. Disponível em: [http:](http://)

<://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/72258/000883355.pdf?sequence=1> Acesso em:17 jul. 2013.

BOYADJIAN, A.P.B. Os programas de Transferência de Renda no Brasil no período de 1992-2007. **O Brasil sob a Nova Ordem: a economia brasileira contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula**. Rosa Maria Marques e Mariana Ribeiro Jansen Ferreira (org.). – São Paulo: Saraiva, 2010.

BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 24 de Julho de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 04/072014.

BRUNO, R. Revisitando a UDR: Ação Política, Ideologia e Representação. **Rev. Inst. Est. Bras.** SP, 40. 1996. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/72151-96701-1-SM.pdf>. Acesso em: 05/022014.

CADONA, C. V. **Movimento dos Pequenos Agricultores: O Novo Nasce nas Estradas**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) – Departamento de Pedagogia, Universidade Regional do Noroeste do Estado do RGS, Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.mstemdados.org/sites/default/files/2014%20mestrado%20UNIJUI%20Celio%20Valdemar%20Cadona.pdf>. Acesso em: 03/-5/2014.

CAMPIGOTTO, L; CETOLIN, S.F; FAGUNDES, J.R. Análise das Metas do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) no Contexto Nacional. **Revista Colóquio**. V.10, n.01. Jul/Dez. 2013. Disponível em: <http://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/29>. Acesso em: 31/06/2014.

CEPAL, 2014: <http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/brasil/noticias/paginas/2/5562/p5562.xml&xsl=/brasil/tpl/p18f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil 2010**. Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski – Goiânia: CPT, 2011. Disponível em: <http://cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/43-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/192-conflitos-no-campo-brasil-2010?Itemid=23>. Acesso em: 03/09/2015.

CORTES, S.M.V. Técnicas de Coleta e Análise Qualitativa de Dados. **Cadernos de Sociologia/Programa de Pós Graduação em Sociologia**, v. 9 (1998. Porto Alegre:PPGS/UFRGS

COSTA, M. C. O. Integrando e Capacitando a Juventude Rural no Brasil. Do Caso dos Jovens do Movimento dos Pequenos Agricultores no Espírito Santo, 2011. Tese (Doutorado em Sociedade, Políticas Públicas e Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/CostaMariaCandidadeOliveira_D%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/CostaMariaCandidadeOliveira_D%20(2).pdf). Acesso em: 12/02/2015.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. Histórico. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-historico>. Acesso em: 03/10/2014.

CRUZ, S.S. O fenômeno da pluriatividade no meio rural: Atividade agrícola de base familiar. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n 110, p. 213-240, Abril./Jun.2012.

DAGNINO, E. Construção Democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. Política e Sociedade. **Rev. Sociologia Política**, UFSC. Programa de Pós Graduação em Sociologia Política. V-1-. N 5 (2014). Florianópolis.

DELGADO, G. A Questão Agrária no Brasil, 1950 – 2003. **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**/Luciana Jacound, organizadora: Frederico Barbosa da Silva...[et al]. - Brasília: IPEA, 2005.

DELGADO, N. G. **Papel e Lugar do Rural no Desenvolvimento Nacional**. 2009. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/condraf/arquivos/2036220256.pdf>. Acesso em: 12/03/2015.

DRUCK, G; FILGUEIRAS, L. Política Social Focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 24-34 jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n1/v10n1a04.pdf>. Acesso em: 04/04/2015.

FALEIROS, R.N; NAKATANI, P.; VARGAS, N.C; Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n 110, p. 213-240, Abril./Jun.2012.

FERNANDES, B.M. A Reforma Agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma / Emir Sader (org.). - São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/coediciones/20130610051040/LulaeDilma.pdf>. Acesso em: 15/08/2015.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológico**. 5. ed. – São Paulo: Globo, 2006.

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. En publicación: **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>. Acesso em: 14/08/2015.

FILHO, L.C.P.M; MACHADO, L.C.P. **A Dialética da Agroecologia: Contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. Expressão Popular: São Paulo, 2014.

FRANK, A. Fuentes, M. Dez Teses Acerca dos Movimentos Sociais. **Lua Nova**, n. 17. Junho 1989, São Paulo. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n17/a03n17.pdf>. Acesso em: 13/10/2015.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional no Brasil 2009**. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/185-deficit-habitacional-2009/file>. Acesso em: 29/7/2014.

GARCIA, RIVERA – FERRE, ORTEGA-CERDÀ. Introducción a la Crisis Alimentaria Global. **Ed: Henk Hobbelink y Mónica Vargas**. – Barcelona, 2008. Disponível em: http://www.noetmengiselmon.org/IMG/pdf/Introduccion_Crisis_Alimentaria_Global.pdf. Acesso em: 12/08/2015.

GOHN, M. G. **Abordagens Teóricas no Estudo dos Movimentos Sociais na América Latina**. *Caderno CRH*, [online]. 2008, vol.21, n.54, p.439, 455. Salvador. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300003. Acesso em: 20/03/2015.

GOHN, M.G; BRINGEL, B.M. **Movimentos Sociais na era Global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GORENDER, J. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. **A Questão Agrária no Brasil: O debate na década de 1990**/João Pedro Stédile(org). 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GRISA, C. Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: Produção e Institucionalização das Ideias. 2012. Tese (Doutorado em Ciências) **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2012%20Tese-Catia-Grisa.pdf> . Acesso em: 22/06/2014.

GUANZIROLLI, C.E. PRONAF. Dez Anos Depois: Resultados e Perspectivas para o Desenvolvimento Rural. **Ci. Inf.**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 02, p. 301-328,

abr/jun. 2002. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/resr/v45n2/04.pdf>. Acesso em: 01/05/2014.

GUIMARAES, A.P. A Crise Agrária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

<http://www.cgu.gov.br/publicacoes/prestacaocontaspresidente/Arquivos/2000/Vol%20I/PartIII/Ministerio%20do%20Desenvolvimento%20Agrario.pdf>

IANNI, O. Origens Agrárias do Estado Brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IBGE. **Vamos Conhecer o Brasil.** Disponível em: <http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/caracteristicas-da-populacao>. Acesso em: 03/06/2014.

JEZUS, C. T. Organização sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Espírito Santo: O processo de construção da FETAES. (Dissertação) Mestrado em Política Social. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória. 2011.

JESUS, S M S. A de. Educação do campo nos governos FHC e Lula da Silva: potencialidades e limites de acesso à educação no contexto do projeto neoliberal. *Educ. rev.* [online]. 2015, n.55, pp. 167-186 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440602015000100167&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12/02/2015.

JEZUS, L.A. A questão agrária no Brasil. **O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula** / Rosa Maria Marques e Mariana Ribeiro Jansen Ferreira (org.). – São Paulo: Saraiva, 2010.

JIJON,V,H. Las crisis mundial, las reformas em América Latina y el eco de las calles. *Argumentum*, Vitória, v.6, n.2, p. 44-63, jul/dez. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/8218/6209ca>. Acesso em: 15/3/2015.

LIMA, C.E. Agricultura Camponesa, Pronaf e Iniciativas Agroecológicas no município do Crato, 2011 (Dissertação). Mestrado em Geografia. Universidade

Federal do Ceará. Fortaleza. Disponível em: http://www.programabolsa.org.br/pbolsa/pbolsaTeseFicha/arquivos/tese_cicero_erivaldo_de_lima.pdf. Acesso em: 01/10/2015.

LIMA, J.B. As relações do Brasil com o FMI na Gestão do Governo Lula. **Rev. Praia Vermelha**, v. 23, n1, jan/jun, 2013.

LOPES, E.S.A. Comentário sobre o “Novo Mundo Rural” ou a “Nova Reforma Agrária” do Governo FHC. *Rev. Geonordeste*, ano IX n 01, 1999.

LUSTOSA, M.G. **Reforma Agrária à brasileira: política social e pobreza**. São Paulo: Cortez, 2012.

MARQUES, R.M. O Regime de Acumulação sob a Dominância Financeira e a Nova Ordem Mundial. **O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula** / Rosa Maria Marques e Mariana Ribeiro Jansen Ferreira (org.). – São Paulo: Saraiva, 2010

MARQUES, M.I M. O Conceito de Espaço Rural em Questão. **Rev. Terra Livre**, São Paulo. n. 19, jul/dez 2002, p.95-112 (2002). Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Marta/2011/2semestre/15_Marques_conceito_de_espaco_rural.pdf.

MARQUES, R.M; MENDES.A. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. **Rev. Katálises**. Florianópolis. V 10, n 1, p. 15-23 jan/jun 2007.

MARTINI, G. A Trajetória da Modernização Agrícola. A Quem Beneficia? **Rev. Lua Nova**, n 23. Março, 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n23/a03n23.pdf>. Acesso em: 06/09/2014.

MARTINS, J S. A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na Nova República. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. A Militarização da Questão Agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

MATHIAS, G; SALAMA, P. **O Estado Superdesenvolvido** (Ensaio sobre a intervenção estatal e sobre as formas de dominação no capitalismo contemporâneo). São Paulo: Brasiliense. 1983.

MEDEIROS, L.S. Reforma Agrária no Brasil: História e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. .

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Disponível em: http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Cartilha_PNHR.pdf. Acesso em: 06/06/2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: http://portal.mda.gov.br/plano-safra/arquivos/view/censo_agropecuario.pdf. Acesso em: 03/06/2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/>. Acesso em: 19/07/2014.

MONTAÑO, C. DURIGUETTO, M.L. Estado, Classe Social e Movimento Social. -3. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

MORAIS, C.S. História das Ligas Camponesas do Brasil. **História e Natureza das Ligas Camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES. **Uma alternativa de organização do campesinato brasileiro**. Disponível em <http://www.mpabrazil.org.br/mpa-uma-alternativa-de-organizacao-do-campesinato-brasileiro#regiao-menu-principal>. Acesso em:12/07/2014.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES. **Conquistas**. Disponível em: <http://www.mpabrazil.org.br/conquistas#regiao-menu-principal>. Acesso em: 12/07/2014.

NAKATANI, P. OLIVEIRA, F.A. Política Econômica Brasileira de Collor a Lula: 1990-2007. **O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira**

contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula / Rosa Maria Marques e Mariana Ribeiro Jansen Ferreira (org.). – São Paulo: Saraiva, 2010.

NASCIMENTO, C.A. **Pluriatividade, Pobreza e Políticas Públicas**. 2005. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. 2005. Campinas. São Paulo. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000359254>. Acesso em: 01/05/2014.

NETO, A.P. A Política Agrícola e a Globalização. **Revista de Política Agrícola**. Ano V, N.04. Out/Nov/Dez 1996. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/publicacoes/revista-de-politica-agricola>. Acesso em: 25/06/2014.

OLIVEIRA, A.U de. O campo brasileiro no final dos anos 1980. **A questão agrária no Brasil: o debate da década de 1990**. / João Pedro Stedile (org). 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

OLIVEIRA, A.U. **Modo de Produção Capitalista e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

PCB, Partido Comunista Brasileiro. Breve Histórico do PCB. Disponível em: <http://pcb.org.br/portal/docs/historia.pdf>. Acesso em: 08/-9/2014.

PEREIRA, J.M.M. Neoliberalismo, políticas de terra e reforma agrária na América Latina. **Capturando a Terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado** / Sergio Sauer, João Marcio Mendes Pereira (orgs) –1. ed—São Paulo: Expressão Popular, 2006. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/capturando_a_terra_-_LIVRO.pdf. Acesso em: 09/04/2015.

PIRES, M, J, S. RAMOS, P. O Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e Utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.40, n.03, p.411-414, 2009.

PLAYERS, G. Internacionalização sem Institucionalização. **A experiência do Fórum Mundial. Movimentos Sociais na Era Global.** Maria da Gloria Gohn. Breno M. Bringel (orgs). Petrópolis, RJ. Vozes: 2014.

PRADO JUNIOR, C. **A questão agrária no Brasil** / Caio Prado Jr. 5. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

RODRIGUES, F.C. **O Papel da Questão Agrária no Desenvolvimento do Capitalismo Nacional, entre 1950 e 1964, em Caio Prado Junior, Celso Furtado, Ignácio Rangel e Autores Pecebistas.** Campinas. 2005. [http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2005%20Rodrigues FabianadeC%C3%A1ssia.pdf](http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2005%20Rodrigues%20FabianadeC%C3%A1ssia.pdf). Acesso em: 06/09/2014.

ROESE, M. A metodologia do estudo de caso. **Cadernos de Sociologia**/Programa de Pós Graduação em Sociologia, v. 9 (1998). Porto Alegre:PPGS/UFRGS.

SABADINI, M.; CARCANHOLO, R.A. Capital Fictício e Lucros Fictícios. Ver. **Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 41-65, junho 2009.

SABOURIN, E. Que Política Pública para Agricultura Familiar no Segundo Governo Lula. 2007. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751, set./dez. 2007.

SADER, E. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana.** / Emir Sader. São Paulo: Boitempo, 2009.

SAMPAIO, P.A. A Questão Agrária Brasileira e a Luta pelo Socialismo. **A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000** / João Pedro Stedile(org) ; - 1. Ed – São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAMPAIO Jr, P.A. Notas Críticas sobre a Atualidade e dos Desafios da Questão Agrária. **A Questão Agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária da década de 2000.** João Pedro Stedile (org). 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, R.M. **Se Planta e Colhe Alimentos Neste Sertão: Resistência e Permanência da Autonomia Camponesa e as Estratégias do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) nas Contradições do Projeto de Soberania Alimentar.** 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós Graduação, Universidade Federal de Sergipe.

SCHERER, V. Proposta de Reforma Agrária da Igreja Conservadora. **A Questão Agrária no Brasil: Programas de Reforma Agrária – 1946-2003.** João Pedro Stedile (org); 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SILVA, P.A. O; RAMOS, P. Brasil República: **As interpretações acerca da Questão e Reforma Agrária.** (2012). Disponível em: http://cihe.fflch.usp.br/sites/cihe.fflch.usp.br/files/Patricia_Silva%20&%20Pedro%20Ramos.pdf. Acesso em: 06/09/2014.

SILVA, S.P. **Políticas Públicas e Agricultura Familiar: Uma abordagem do Pronaf no Médio Jequitinhonha.** Dissertação. Universidade Federal de Viçosa. Programa de Pós Graduação em Economia. Minas Gerais, 2008.

SILVA. J.G. **O que é Questão Agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

SILVA. L. A Construção da Rede Sindical Rural no Brasil pré-1964. Entrevista concedida a **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, 2 de Junho 1994. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/doi/flavio2.htm>. Acesso em: 13/09/2014.

Velho e Novos Mitos do rural brasileiro. (2001) Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a05.pdf>. Acesso em: 13/09/2014.

STEDILE. INTRODUÇÃO. **A Questão Agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980/**João Pedro Stedile (org); Douglas Estevam (assistente de pesquisa) –1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TRÉS, P.A. O Movimento dos Pequenos Agricultores e a Luta pela Moradia Camponesa. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Serviço Social, Faculdade Capixaba de Nova Venécia, Nova Venécia.

VIEIRA, F, B. Via Campesina: Um projeto Contra Hegemônico? In: III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2008, Londrina. **Anais**. Londrina: UEL. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/flaviabraga.pdf>. Acesso em: 13/04/2015.

YAZBECK, M.C. Tendências da Política de Assistência Social. XX Ciclo de Debates do Serviço Social do Hospital das Clínicas da UNICAMP. Campinas Maio 2004. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/3_Yazbek.pdf. Acesso em: 17/08/2015.

WEISHEIMER, N. **Desenvolvimento Rural, Capitalismo e Agricultura Familiar**. 2013. Disponível em: <http://www.ufrb.edu.br/olhaessociais/wp-content/uploads/Desenvolvimento-rural-capitalismo-e-agricultura-familiar.pdf>. Acesso em: 29/06/2014.

